

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA
ANO 64 - NÚMERO 4 - OUTUBRO/NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2012

Ciência&Cultura

TEMAS E TENDÊNCIAS

MUNDO ÁRABE

3 EDITORIAL

4 TENDÊNCIAS

TECNOLOGIAS SOCIAIS

Saulo Faria Almeida Barretto e
Renata Piazzalunga

BRASIL

**6 AGROTÓXICOS:
AGRICULTURA BRASILEIRA
É A MAIOR CONSUMIDORA
MUNDIAL; GASTO EM 2011
CHEGOU A R\$ 14 BILHÕES**

**9 MOVIMENTO DIVULGA
CARTA ABERTA PELO
ACESSO UNIVERSAL
À INFORMAÇÃO**

**10 CRESCE DEMANDA
POR TRATAMENTO DE
INFERTILIDADE, MAS O
ACESSO É AINDA CARO
E SELETIVO**

**12 SÉRGIO MASCARENHAS:
UMA VIDA DE ATUAÇÃO
E ESFORÇOS PARA O
DIÁLOGO ENTRE CIÊNCIA
E SOCIEDADE**

MUNDO

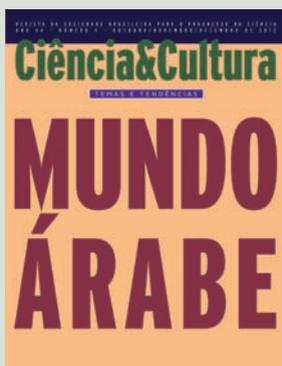
**14 MANUEL CALVO HERNANDO
(1924-2012)**

**15 ÓRGÃOS HUMANOS
EM CHIPS SUBSTITUIRÃO
TESTES PRÉ-CLÍNICOS?**

**16 A IGNORÂNCIA QUE
MOVE A CIÊNCIA**

**NÚCLEO TEMÁTICO:
MUNDO ÁRABE**

ARTIGOS



18
APRESENTAÇÃO
**O mundo árabe
em perspectiva**
Vânia Carvalho Pinto

19
The West and the rest.
**Reflexões sobre uma década
de "Guerra contra o terror"**
Daniel Pinéu

22
**Saara Ocidental:
um processo de
não-autodeterminação
nacional?**
Pascoal Santos Pereira

26
**A dimensão religiosa e
étnica nos conflitos do
Sudão: uma análise crítica**
Daniela Nascimento

30
**A revolução que não
começou: as
particularidades da
Primavera Khaleeji**
Vânia Carvalho Pinto

34
**A Primavera da Tunísia
islâmica: o legado de
Bourguiba**
Luisa Gandolfo

38
**A política externa russa
e a Primavera Árabe:
ambivalência num
contexto em mudança**
Maria Raquel Freire

43
**A Turquia e
a Primavera Árabe**
André Barrinha

47
**Construindo pontes?
O Brasil diante da
Primavera Árabe**
Guilherme Stolle Paixão e Casarões

PESQUISAS 51
NOTÍCIAS 52

A & E

54 REFLEXÕES SOBRE
AS TENDÊNCIAS DA
REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA
POPULAÇÃO NO BRASIL, À LUZ
DOS ÚLTIMOS RESULTADOS DO
CENSO DEMOGRÁFICO 2010
José Irineu Rangel Rigotti

CULTURA

58 CINEMA
"Chris Marker: o discreto
artesão do tempo e da
memória foi também um
gênio da humildade"

Divulgação



Observatório solar indígena na
aldeia Jaguapiru, Dourados (MS)

61 ASTRONOMIA
O céu como guia de
conhecimentos e
rituais indígenas

64 MUSEUS
Profissionalização e
expansão da museologia
no Brasil

66 PROSA
Maria Cecilia Gomes
dos Reis

68 POESIA
Bruno Darcoleta Malavolta

E X P E D I E N T E

Ciência&Cultura

<http://cienciaecultura.bvs.br>

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria Fernandes, André Tosi Furtado, Carlos Vogt, Celso Pinto de Melo, Dora Fix Ventura,
Francisco Cesar de Sá Barreto, Hernan Chaimovich Guralnik,
Ima Célia Guimarães Vieira, Isaac Roitman, João Lucas Marques Barbosa, Luiz Eugênio de Mello,
Marcelo Marcos Morales, Phillippe Navaux, Regina Pekelman Markus

EDITOR CHEFE

Marcelo Knobel

EDITORA EXECUTIVA

Wanda Jorge

EDITORA ASSISTENTE

Germana Barata

EQUIPE DE REPORTAGEM

Alfredo Suppia, Bruno Buys
Chris Bueno, Cristina Caldas
Daniel Blasioli Dentillo, Graça Caldas
Julia Milward, Leonor Assad
Marcela Marrafon de Oliveira
Patrícia Mariuzzo

CAPA

João Baptista da Costa Aguiar

DIAGRAMAÇÃO

Carla Castilho | Estúdio
Luis Paulo Silva (tratamento de imagens)

REVISÃO

Daisy Silva de Lara

CONSULTORES

Literatura

Alcir Pécora, Carlos Vogt, Paulo Franchetti

CONTATOS

Redação: cienciaecultura@sbpcnet.org.br

DIRETORIA DA SBPC

PRESIDENTE

Helena Bonciani Nader

VICE-PRESIDENTES

Ennio Candotti
Dora Fix Ventura

SECRETÁRIO-GERAL

Rute Maria Gonçalves Andrade

SECRETÁRIOS

Edna Maria Ramos de Castro
Maria Lucia Maciel
José Antônio Aleixo da Silva

PRIMEIRO TESOUREIRO

Regina Pekelman Markus

SEGUNDO TESOUREIRO

Walter Colli

Revista *Ciência e Cultura*

ISSN 0009-6725

Turbulências políticas, avanços tecnológicos, políticas ambientais não são mais assuntos restritos à sua geografia de origem, dado o mundo conectado em rede em que vivemos. O cidadão comum tem acesso à informação, de forma praticamente instantânea e por variadas fontes noticiosas; e, se quiser, pode também opinar sobre qualquer dos assuntos. Nesta edição, a revista contempla uma reflexão atualíssima e fundamental sobre a turbulência em que vivem vários países localizados numa parte do planeta bem pouco compreendida, mas que chega até o mundo ocidental num misto de solidariedade às populações e rejeição à violência a elas impetrada. O Mundo Árabe é aqui destrinchado por articulistas que trataram de temas de suas especializações, subordinados a dois grandes eixos de reflexão: política doméstica e implicações internacionais dos recentes protestos populares nos países árabes. A coordenação deste Núcleo Temático é de Vânia Carvalho Pinto, professora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), que coloca em perspectiva “a trajetória de transição política trazida pela Primavera Árabe”.

Na contracorrente mundial de redução de uso de produtos que causam impactos ambientais e riscos à saúde humana, o Brasil ostenta o título nada atraente de maior consumidor de agrotóxicos da atualidade. Tema controverso que vai ao encontro do modelo de desenvolvimento agropecuário escolhido, e que abre a seção “Brasil”.

A divulgação científica perdeu em agosto o entusiasta e pioneiro Manuel Calvo Herando, aos 88 anos. O jornalista espanhol estimulou e inspirou gerações e influenciou o movimento de institucionalização do jornalismo científico no Brasil.

Em “Cultura”, o destaque vai para a rememoração da vida e obra de Chris Marker, documentarista francês que o cinema perdeu este ano aos 91 anos. Autor de mais de 50 filmes, marcados pelo fascínio pela passagem do tempo e modernidade nas formas audiovisuais, ele encantou e influenciou várias gerações de cineastas.

Em “Artigos e Ensaios”, José Irineu Rangel Rigotti traz uma análise sobre as tendências futuras da distribuição espacial da população brasileira, frente aos últimos dados do Censo Demográfico.

Tecnologias sociais, órgãos humanos conectados por meio de chips, uma conversa com o físico Sérgio Mascarenhas, prosa e poesia compõem *Ciência e Cultura*.

Boa leitura!

MARCELO KNOBEL
Outubro de 2012

TECNOLOGIAS SOCIAIS

*Saulo Faria Almeida Barretto e
Renata Piazzalunga*

O desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas a gerar alternativas tecnoproductivas em cenários de vulnerabilidade social e econômica já ganhou nomes tais como “tecnologias apropriadas”, “inovação social”, entre outros.

Em 2005, o Brasil passou a adotar o nome de “tecnologias sociais” para definir “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social”.

Na prática, esse conceito implica numa abordagem científica e tecnológica bastante inovadora, principalmente porque coloca a comunidade como parte ativa no processo de pesquisa, deixando de ser apenas mera beneficiária. Isso porque está claro que existem questões relacionadas à apropriação tecnológica e autonomia, essenciais para posterior reaplicação, que não podem ser resolvidas em laboratórios, nem a partir de modelos teóricos. É preciso incorporar membros da comunidade, tanto no processo de planejamento quanto de execução

da pesquisa e de sua implementação local. Como os processos de transformação social envolvem questões de natureza cultural, o envolvimento dos atores locais nas etapas de concepção e execução da tecnologia é vital para o sucesso da pesquisa. Aqui, é importante salientar a diferença conceitual que o Brasil adota entre apropriação tecnológica e transferência de tecnologia, já que as tecnologias sociais derivam de um compartilhamento de experiências, integrando pesquisadores e comunidade.

Para tornar mais claro o parágrafo acima, vamos analisar o caso de uma tecnologia social que o Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação (IPTI) desenvolve, cujo objetivo é diagnosticar e reduzir a prevalência da anemia ferropriva nas escolas. O ponto de partida para essa tecnologia foi o desenvolvimento de um equipamento portátil, de baixo custo, robusto e fácil de operar, que permite a medição do nível de hemoglobina no sangue (hemoglobímetro), por uma pequena empresa de base tecnológica (Exa-M), parceira do IPTI. Com o apoio da Fundação de Am-

paro à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), desenvolvemos uma estratégia de ação e fomos a campo, em dois municípios brasileiros, nas regiões Sudeste e Nordeste, nos quais conseguimos reduzir a prevalência de 24% para menos de 5%, em 12 semanas de tratamento e acompanhamento. Nesta experiência piloto, envolvemos aproximadamente 200 alunos, de duas escolas, de cada um dos municípios. O equipamento (Agabê) obteve patente e registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e as experiências de campo forneceram resultados com a qualidade necessária para gerarmos publicações científicas.

Do ponto de vista do sistema de ciência e tecnologia vigente, esta, seguramente, seria considerada uma experiência de sucesso. Contudo, não poderíamos chamá-la de tecnologia social, simplesmente porque sua capacidade de ser sustentável, condição essencial para sua reaplicabilidade, não estava comprovada.

Para isso, iniciamos um novo projeto, agora atuando em todas as escolas do município nordestino, num total de 4.500 alunos, em

22 escolas, a maior parte delas em zonas rurais. O início foi um fracasso! A estratégia de empregar a metodologia que havia funcionado em escala piloto simplesmente não obteve a adesão do pessoal da área de saúde do município. Para contornar essa situação, passamos a reconstruir toda a metodologia, iniciando com uma melhor identificação dos atores locais que, de fato, poderiam ser incorporados no processo participativo de construção das novas estratégias de ação. Somente a partir do início desse processo, e após duas etapas de reavaliação e aperfeiçoamento, é que chegamos próximos à metodologia eficiente e adequada à realidade de um município como Santa Luzia do Itanhy (SE), cujas características são similares à grande maioria dos municípios brasileiros.

Como foi mencionado anteriormente, do ponto de vista do nosso sistema de C&T, o pesquisador poderia (e até deveria) parar logo após a experiência piloto. Na verdade, a prioridade naquele momento seria a dedicação à publicação de artigos científicos e iniciar novas linhas de pesquisa, sempre na vertente do desenvolvimento da carreira acadêmica do pesquisador e dos programas das instituições. Contudo, como ficam os interesses da sociedade, principal financiadora de todo esse sistema?

Temos que ter em mente que o tempo e a energia que serão gastos para conseguir construir uma tecnologia social são enormes e com um grau de risco, no mínimo, similar ao da própria pesquisa e inovação tec-

nológica que geraram a base dessa tecnologia. Isso implica numa revisão profunda do modelo de avaliação da produtividade científica e tecnológica do pesquisador e da instituição. Seguramente, para a sociedade, a quantidade de reaplicações bem sucedidas de uma tecnologia social teria significado de avaliação positiva muito maior do que qualquer número de artigos publicados, independentemente do nível de reputação da revista científica.

Esse *gap* entre ciência e sociedade é prejudicial para todos e contribui enormemente para dificultar a percepção pela sociedade brasileira do fundamental papel da ciência no desenvolvimento humano. Nos últimos anos, temos observado um enorme esforço para superar as barreiras culturais (outro *gap*) entre universidade e empresas, mas queríamos chamar a atenção de que esse esforço não vem sendo aplicado na relação ciência e sociedade.

Há uma enorme contribuição que as tecnologias sociais podem dar aos programas sociais do governo federal, tais como o “Brasil sem miséria”, “Brasil carinhoso”, entre outros, o que poderia resultar em recursos adicionais à área de ciência e tecnologia, que tem sofrido bastante nos últimos dois anos com cortes significativos de orçamento. Por outro lado, devemos também considerar as possibilidades de reaplicações internacionais, em especial em países da América Latina e África, de tecnologias sociais desenvolvidas no Brasil, como contribuições

estratégicas para o fortalecimento do papel de liderança que o Brasil busca desempenhar.

Para concluir, gostaríamos de salientar que consideramos o conceito brasileiro de tecnologias sociais como sofisticado, inovador e amplo o suficiente para abrigar qualquer iniciativa e/ou projeto que busque empregar o conhecimento científico e tecnológico para promover a melhoria da qualidade de vida de comunidades e regiões que vivem em condições de vulnerabilidade social e que estabeleça uma relação contemporânea entre ciência, tecnologia, inovação e sociedade.

Saulo Faria Almeida Barretto é engenheiro civil pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), mestre e doutor em estruturas pela Universidade de São Paulo (USP). Cofundador do IPTI, coordena projetos de desenvolvimento de tecnologias sociais, em especial nas áreas de educação e saúde pública. Email: saulo@ipti.org.br

Renata Piazzalunga é arquiteta, mestre em arquitetura e urbanismo e doutora em ciências da comunicação pela USP. Cofundadora do IPTI, coordena projetos nas áreas de desenvolvimento local e economia criativa; processos de interação e confluência entre espaço virtual e concreto; design de interfaces complexas. Email: renata@ipti.org.br



A.Camargo/Reprodução

Os defensores do uso de agrotóxicos alegam que o consumo no país é alto porque a área plantada é muito extensa. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), na safra 2011/2012, a área cultivada com grãos, fibras, café e cana-de-açúcar foi de 81,7 milhões de hectares. Outro argumento é que, nos últimos 20 anos, a safra de grãos tem batido recordes sucessivos de produtividade. A produção de soja, por exemplo, saltou de 15,4 milhões de toneladas na safra 1980/1981 para 75,3 milhões de toneladas na safra 2010/2011, ganho atribuído em parte ao combate sistemático de pragas e doenças. Argumenta-se, ainda, que o Brasil tem clima tropical, o que favorece a proliferação de ervas daninhas, fungos, insetos, bactérias e vírus.

À sociedade fica o papel de avaliar se o preço pago pela população brasileira não seria alto demais para justificar um modelo que consome recursos na forma de isenção de impostos e sobrecarrega a saúde pública. Os que preconizam o uso de agrotóxicos procuram difundir o uso correto e seguro desses produtos. O desafio é garantir uso seguro de venenos agrícolas num país continental, onde é possível comprar o produto que estiver disponível e usá-lo sem que haja monitoramento dos efeitos no ambiente e na saúde de trabalhadores e consumidores. Além disso, nenhum estudo laboratorial pode

Mercado multibilionário dos insumos agrícolas recebe incentivo do governo federal

AGROTÓXICOS

Agricultura brasileira é a maior consumidora mundial; gasto em 2011 chegou a R\$ 14 bilhões

Na contracorrente dos países desenvolvidos, onde há forte tendência de redução no uso de agrotóxicos por conta dos danos diretos à saúde humana e impactos ambientais preocupantes, a agricultura brasileira ostenta números nada admiráveis: em 2011, as vendas de agrotóxicos no país alcançaram cerca de R\$ 14 bilhões, um aumento de mais de 72% entre 2006 e 2012, e o consumo médio por hectare saiu de 7 para 10,1 quilos, num

salto de 43,2%. Desde 2008, o Brasil ocupa a primeira posição no consumo mundial, quando ultrapassou os Estados Unidos. Atualmente, é responsável pelo consumo de 1/5 dos agrotóxicos produzidos no mundo e, entre 2000 e 2010, enquanto o mercado mundial de tais produtos subiu 93%, o mercado brasileiro cresceu 190%. Comemorando, certamente estão as 130 empresas produtoras de defensivos agrícolas que atuam no país.



assegurar que determinado nível de veneno é inócuo, pois, entre outros fatores, depende do estado de saúde do indivíduo que vai manipulá-lo.

Existem técnicas alternativas para combater pragas, doenças e plantas infestantes nas lavouras, mas são ainda pouco praticadas em larga escala. O uso intensivo de agrotóxicos tem menos de 70 anos, certamente aumentou a produtividade agrícola, mas não melhorou a segurança e a soberania alimentar da humanidade. Ao contrário: hoje quase um bilhão de pessoas são desnutridas ou subnutridas no planeta.

Porém, enquanto políticas públicas para o setor agrícola privilegiarem sistemas de produção intensivos, com monoculturas em grandes extensões de terra, visando à exportação de produtos com baixo valor agregado, os agrotóxicos serão cada vez mais necessários para combater o que não pode ser combatido por meio da biodiversidade perdida. Outro desafio a enfrentar é de ordem cultural: enquanto o consumidor preferir um produto com aparência perfeita, os alimentos oferecidos por sistemas de produção agroecológicos não ganharão escala e continuarão mais caros.

CONTAMINAÇÃO DA ÁGUA, ALIMENTO E LEITE MATERNO O *Dossiê Abrasco: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde - Parte 1: Agrotóxicos, segurança alimentar e saúde*, elaborado

pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), discute a escala crescente de uso de agrotóxicos no país e de contaminação do ambiente e das pessoas. Com base em análises de amostras coletadas em todos os 26 estados, realizadas pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para) da Anvisa, o dossiê aponta que um terço dos alimentos consumidos cotidianamente pelos brasileiros está contaminado por agrotóxicos. E acrescenta: mesmo que alguns dos ingredientes ativos possam ser classificados como medianamente ou pouco tóxicos, com base em seus efeitos agudos, é necessário considerar os efeitos crônicos que podem ocorrer meses, anos ou até décadas após a exposição, manifestando-se em várias doenças como cânceres, malformação congênita e distúrbios endócrinos, neurológicos e mentais. Raquel Rigotto, professora do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC), que participou da elaboração do documento da Abrasco, destaca ainda que um problema no controle é que não se considera a soma dos ingredientes consumidos. Nas muitas misturas feitas, existem inúmeras combinações possíveis; pode haver antagonismo entre ingredientes o que potencializaria os efeitos na saúde humana e no ambiente. Além disso, pouco se sabe sobre os efeitos

dos metabólitos, produzidos a partir da degradação do produto originalmente aplicado, e sobre o tempo de permanência dessas substâncias no ambiente, acrescenta Raquel.

O Atlas de Saneamento de 2011, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que esgoto sanitário, resíduos de agrotóxicos e destinação inadequada de lixo foram responsáveis por 72% das incidências de poluição na captação em mananciais superficiais, 54% em poços profundos e 60% em poços rasos, considerando os municípios que declararam poluição ou contaminação. E um aspecto inquietante é que ao longo dos anos constata-se um aumento dos tipos de substâncias cuja presença nas águas é permitida: de 1977 para 2011, a presença de agrotóxicos aumentou de 12 para 27 tipos.

E os casos de contaminação se multiplicam país afora. Estudo conduzido por pesquisadores da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), de 2007 a 2010, após a chuva de agrotóxicos que atingiu a zona urbana de Lucas do Rio Verde (MT) em 2006, por uso do herbicida paraquat em pulverização aérea no entorno da cidade, apontou que a exposição da população local (pelo ambiente, no trabalho ou por alimento) foi de 136 litros de agrotóxicos por habitante por ano. Dos 12 poços de água potável analisados, 83% estavam contaminados com resíduos de vários tipos

de agrotóxicos, assim como mais da metade das amostras de água da chuva. E mais: a análise do leite materno de 62 mulheres apontou que todas tinham presença de, pelo menos, um tipo de agrotóxico.

O relatório da Subcomissão sobre o Uso de Agrotóxicos e suas Consequências à Saúde, aprovado em dezembro de 2011 pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, apontou correlação entre o aumento da incidência de câncer e o uso de agrotóxicos na agricultura. Um dos exemplos citados é o da cidade de Unaí (MG), onde foram registrados 1.260 novos casos de câncer por ano em cada 100 mil habitantes. No mundo essa taxa é de 600 casos.

Nos últimos anos, o Brasil se tornou o principal destino de produtos banidos no exterior. Em 2008, em função de alertas sobre o perigo para a saúde humana, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) colocou em reavaliação 14 ingredientes ativos de agrotóxicos. Entretanto, já em 2008, decisões judiciais impediram, por quase um ano, que isso se concretizasse. Atualmente, cinco dos 14 ingredientes já tiveram seus processos concluídos. Mas ainda são usados nas lavouras brasileiras pelo menos nove produtos proscritos na União Europeia, Estados Unidos, China e outros países.

Leonora Assad

INCENTIVOS FISCAIS NO BRASIL

O uso de agrotóxicos na agricultura teve seu primeiro grande incentivo em 1965, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural, que vinculava o crédito agrícola à obrigatoriedade de compra de insumos químicos pelos agricultores. Em 1975, o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas destinou recursos financeiros para a criação de empresas de insumos agrícolas. Mas são as isenções fiscais e tributárias concedidas ao comércio desses produtos que, até hoje, impulsionam esse mercado multibilionário. Desde 1997, encontra-se vigente o Convênio ICMS 100/97, segundo o qual o governo federal concede redução de 60% da alíquota de cobrança do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) a todos os agrotóxicos.

Flavia Londres, em seu livro *Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida*, assinala que o Decreto 6.006/06 isenta completamente da cobrança de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) agrotóxicos fabricados a partir de uma lista de dezenas de ingredientes ativos, dentre eles o glifosato, campeão de vendas, e o metamidofós, retirado de mercado em junho de 2012 pela Anvisa. Além disso, o Decreto 5.630/05 isenta da cobrança de PIS/Pasep (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor) e de Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) os defensivos agropecuários classificados na posição 38.08 da NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) e suas matérias-primas, que compreende produtos diversos das indústrias químicas como inseticidas, fungicidas e herbicidas. Além das isenções federais, há as isenções complementares determinadas por alguns estados. No Ceará, por exemplo, a isenção de impostos para atividades envolvendo agrotóxicos chega a 100%, afirma Flavia.

No Brasil, a venda de agrotóxicos é controlada; o comprador deve apresentar um receituário agrônomo assinado por engenheiro agrônomo, após vistoria da lavoura. Na prática, a situação é bem diferente. A professora Raquel Rigotto explica que “a maioria das revendas conta com um agrônomo que passa de vez em quando, às vezes uma vez por mês, para assinar receituários agrônômicos”. Ou seja, o agricultor não recebe a devida orientação e muitas vezes a compra não é a mais adequada para as suas reais necessidades.



SOFTWARE LIVRE

Movimento divulga carta aberta pelo acesso universal à informação

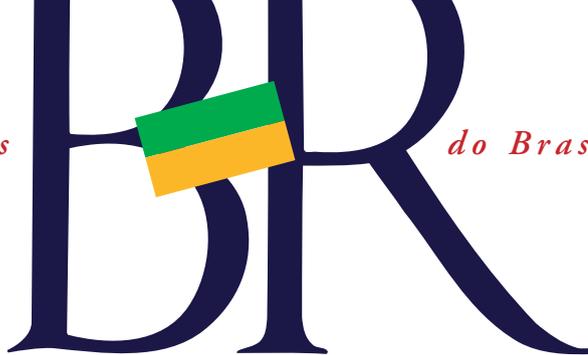
Em um salão repleto de jovens hackers, estudantes, executivos, jornalistas e ativistas, o coordenador-geral da Associação Software Livre, Ricardo Fritsch, leu em julho uma carta aberta de preocupação com os rumos das ações do governo, durante o encerramento da 13ª edição do Fórum Internacional de Software Livre (FISL), em Porto Alegre. O fórum ocorre anualmente na capital gaúcha, desde 2000, e funciona como catalisador de movimentos sociais e ativistas, que se reúnem sob a égide do "livre": internet livre e neutralidade, dados abertos, participação cidadã, colaboração e comunidade, sociedade em rede, inclusão digital e educação. A carta aberta expressa a visão predominante, hoje, nesses movimentos sobre a condução de assuntos ligados à sociedade digital, dada pelo governo federal nos dois últimos anos. A retirada da licença Creative Commons - que permite modificações pelo usuário - do site do Ministério da Cultura, e a guinada na condução da reforma da Lei de Direitos Autorais, ambas ações conduzidas pela então ministra Ana



Panorâmica da entrada do hall de exposições do FISL13, com o pórtico do governo do RS

de Holanda, acabaram provocando algumas das insatisfações apontadas no documento. Outro ponto em questão foi o esvaziamento do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), iniciado para promover a inclusão digital dos brasileiros, sobretudo daqueles distantes dos centros urbanos. O programa foi movido pela constatação que as grandes operadoras de telecomunicações, a partir de 2000, não foram capazes de promover a universalização dos serviços prometida. Ao contrário, a rede de cobertura permaneceu, na década, limitada às regiões de alto poder aquisitivo dos grandes centros, com custo elevado e má qualidade do serviço. Hoje se fala em e-Gov, em inclusão digital e educação a distância,

que contribuiriam para o salto de qualidade da sociedade brasileira, mas é preciso que haja acesso pleno. Exemplo disso é a entrega do Imposto de Renda da Pessoa Física à Receita Federal que, desde 2011, é feita exclusivamente via internet. Em palestra no FISL13, os ativistas Mário Brandão, presidente da Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital (ABCID), e o publicitário João Carlos Caribé criticaram a tímida iniciativa em inclusão digital do governo. Eles citaram pesquisas realizadas pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Cetic), que mostram uma penetração de 53% dos serviços de internet na população brasileira urbana e de apenas 25% na população rural.



PATENTES DE SOFTWARE EM QUESTÃO

A luta contra as patentes de software, uma das principais bandeiras do Movimento do Software Livre, motiva grandes discussões. A norte-americana Free Software Foundation, por exemplo, mantém a campanha “End software patents”, porque percebe as patentes como uma ameaça. É inviável para um programador independente, por exemplo, desenvolver um software livre, pesquisar e estar ciente de todas as patentes que podem incidir sobre seu trabalho. O texto descritivo dessas patentes é vago, de forma a cobrir uma grande área de atuação, o que cria, de fato, uma área de risco. A carta aberta também tratou do pregão eletrônico recentemente lançado pela Caixa Econômica Federal (N. 116/7066-2012 - Gilog/BR) para aquisição de softwares proprietários da Microsoft. O pregão evidencia, diz o documento, que o uso do software livre no governo federal tem um de seus principais pilares ameaçado. A CEF, até recentemente, era grande usuária de software livre, além de desenvolvedora, com soluções inovadoras disponibilizadas à comunidade. O acesso à íntegra da carta aberta à presidenta Dilma Rousseff está no link: <http://softwarelivre.org/fis13/noticias/carta-a-dilma>

Bruno Buys

REPRODUÇÃO HUMANA

Cresce demanda por tratamento de infertilidade, mas o acesso é ainda caro e seletivo

Em 1978 nascia a inglesa Louise Brown, primeira criança concebida a partir de embrião gerado em laboratório, ou o primeiro bebê de proveta, como ficou conhecida. Tal conquista médica serviu de esperança a inúmeros casais que sonhavam com filhos, mas que tinham dificuldades reprodutivas. Em mais de três décadas, essa prática médica, que passou a ser chamada de reprodução (humana) assistida, não parou de se desenvolver e é indicada a um número cada vez maior de pacientes. A cada ano ocorrem cerca de 2.500 procedimentos de reprodução assistida no Brasil, equivalente a um crescimento anual de 5 a 10% nos últimos cinco anos, informa o médico Édson Borges Júnior, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Reprodução Assistida e diretor do Centro de Fertilização Assistida Fertility, de São Paulo. O novo estilo de vida dos casais modernos, que adiam a gestação, é um dos motivos para esse cenário de maior busca por tratamento reprodutivo. “Antigamente as mulheres tinham filhos mais cedo,

Reprodução



Manchete sobre bebê de proveta em 1978

entre os 20 e 30 anos; hoje, retardam a maternidade, principalmente por causa de tarefas e compromissos profissionais, o que altera a fertilidade e reduz a possibilidade de engravidar”, conta Ana Carolina Japur de Sá Rosa e Silva, docente do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP-USP). Ela explica que, ao contrário dos homens (que produzem espermatozoides periodicamente), as mulheres possuem um número finito de gametas, cujo número diminui com o passar do tempo. “As pacientes que buscam o serviço de reprodução assistida pela primeira



vez têm em média 38 anos, e depois querem ter outro filho aos 40, idade em que a quantidade de óvulos já declinou bastante”, relata a médica.

No quesito idade, muitas vezes a reprodução assistida tem papel pouco esperançoso. “Em geral, a chance média da reprodução assistida ser bem sucedida é de 30 a 40% nos casais até 40 anos; a partir dessa idade, essa chance cai para 20%, chegando a menos de 5% aos 42 anos”, esclarece Rui Alberto Ferriani, docente e médico responsável pelo setor de Reprodução Humana do Hospital das Clínicas (HC) da FMRP.

A fertilidade masculina também sofre alterações: “hoje, quando se analisa um espermograma (exame usado para avaliar a qualidade do sêmen), dificilmente encontra-se 90, 100 milhões de espermatozoides por mililitro de sêmen, o que era absolutamente normal há 30 anos”, avalia Mário Cavagna, secretário da Comissão Nacional de Reprodução Humana da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetria (Febrasgo). Como exemplo causal dessa alteração, ele acusa o consumo constante e prolongado de produtos com substâncias que comprovadamente interferem na saúde reprodutiva, como os agrotóxicos.

Há vários outros pontos a se levar em conta no modo como se comporta a sociedade contemporânea, como “a presença de doenças sexualmente transmissíveis e aumento da obesidade”, que elevam o risco de infertili-

dade, como descreve Carlos Alberto Petta, diretor do Centro de Pesquisas em Saúde Reprodutiva de Campinas e coordenador do Centro de Reprodução Humana do Hospital Sírio Libanês. Existe também o fator psicológico. “Muitos casais acreditam que a partir do momento em que decidem gerar descendentes, a gravidez ocorrerá, no máximo, em 2 a 3 meses, e ficam extremamente ansiosos em não ter êxito no tempo em que imaginavam”, conta Liliana Seger, psicóloga clínica e professora de pós-graduação do curso de reprodução humana do Instituto Sapienae.

FILA DE ESPERA Não existem números oficiais indicativos do número de casais brasileiros com problemas reprodutivos. Estima-se, porém, que, mundialmente, hoje “15 a 20% dos casais tenham dificuldade para gerar um filho em algum momento de sua idade reprodutiva”, afirma Ana Carolina. O que se sabe é que a assistência reprodutiva brasileira aos casais inférteis ainda é muito pequena. O cenário nacional é de “uma enorme demanda reprimida: existe um grande número de pacientes que necessitam de reprodução assistida e não conseguem ter acesso a clínicas especializadas, sejam elas particulares (preços muito altos, de R\$ 15 mil a R\$ 20 mil) ou oferecidas em serviços públicos, que não comportam a quantidade de casais que os procuram”, explica Cavagna, que também é diretor da Divisão de Re-

produção Humana do Hospital Pérola Byington, única instituição em que o protocolo completo de reprodução assistida é totalmente custeado com verba pública, da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. No entanto, “para atender a procura, o hospital teria que realizar 2 mil procedimentos por ano e só conseguimos fazer 300; há uma fila de espera de quatro anos para novos casos”, lamenta.

Apesar da Portaria 426/GM (2005) “instituir, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Atenção Integral em Reprodução Humana Assistida, a ser implantada em todas as unidades federadas”, como escrito no próprio documento, ela nunca foi implementada. Atualmente, o que se tem de contribuição do SUS é algo pequeno e pontual. No HC da FMRP, por exemplo, “o SUS não financia os procedimentos de reprodução assistida, embora esta seja uma aspiração de todos os serviços públicos que trabalham com isso”, conforme notificou a superintendência do hospital. O panorama, porém, pode melhorar. Uma comissão de parlamentares está tentando uma audiência pública com a presença de representantes do Ministério da Saúde e de importantes sociedades brasileiras de reprodução para discutir o acesso realmente integral aos procedimentos de reprodução assistida por meio do SUS.

Daniel Blasioli Dentillo

Faac/Unesp/Reprodução



Sérgio Mascarenhas – Foram tomadas medidas, pelo menos recentemente, pela USP – não sei se também na Unesp e na Unicamp – que permitem ao professor aposentado, compulsório, usar os benefícios da universidade no que tange a equipamentos e infraestrutura, caso ele opte por dar aulas e fazer pesquisa. Na USP foi dado o nome de professor sênior. Sou totalmente a favor, porque o Brasil tem poucas pessoas experientes e a idade de aposentadoria no país, com o aumento da longevidade, ficou relativamente baixa. Isso é um benefício pessoal, mas não é um benefício social, porque, estando bem de saúde, a pessoa deveria poder dedicar mais tempo à universidade. Essa solução poderia ser melhorada propiciando aos professores aposentados algumas facilidades – sem os critérios restritos das leis trabalhistas – para que possam, por exemplo, receber diárias para viagens, no caso de estarem afastados da sede da universidade. E seria muito importante que se aumentasse a interação com o ensino a distância para que os professores aposentados pudessem participar de debates e aulas nesses cursos.

ENTREVISTA

Sérgio Mascarenhas: uma vida de atuação e esforços para o diálogo entre ciência e sociedade

Um entusiasmo contagiante com a ciência, educação e sociedade. Essa é a marca que o carioca Sérgio Mascarenhas, professor titular aposentado do Instituto de Física e Química da Universidade de São Paulo (USP) de São Carlos, onde vive há mais de 50 anos, deixa em qualquer um que tenha o privilégio de ouvi-lo. Sua atuação na criação de instituições como o Departamento de Física da USP São Carlos, SBPC, Embrapa Instrumentação Agropecuária e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), fazem de Mascarenhas, aos 84 anos, um cientista completo, cheio de pro-

jetos e ações para melhorar o acesso da sociedade ao conhecimento. Sua maior preocupação atual é com a educação brasileira, que considera viver um momento de “enorme injustiça social”, na qual os mais pobres são duplamente prejudicados, porque pagam pelo estudo superior, enquanto os mais ricos estão nas universidades públicas.

Ciência e Cultura - Como o senhor, tão ativo intelectualmente, coordenando projetos e criando patentes, vê as políticas de aposentadoria no Brasil?

Como equilibrar as atividades de pesquisa e ensino tendo em vista as metas de produção científica?

Embora estatutariamente nas universidades públicas a função do professor seja tripla – docência, pesquisa e gestão administrativa –, é difícil encon-

trar, na mesma pessoa, capacidades iguais nas três áreas. Os concursos na universidade deveriam ser feitos para as diferentes áreas. Se o professor com atividade docente acredita que também possa fazer pesquisa então ele deve firmar um compromisso com isso, sempre sob avaliação, sob critérios definidos em um plano de trabalho, e receber um adicional. Desta forma, não será apenas uma obrigação, mas terá também um incentivo. O que está acontecendo é que as pessoas não fazem bem, em geral, pelo menos uma dessas coisas. A universidade precisa cair na real e reconhecer que existem essas três funções para a instituição como um todo, mas não para um docente individualmente, porque é impossível, muito raro, ter pessoas que exerçam bem as três funções.

Como o senhor avalia o ensino superior brasileiro, considerando que há hoje maior acesso às universidades? Estamos enfrentando um dos mais sérios problemas da nossa educação superior. Temos 72% dos alunos nas universidades privadas onde, em geral, não se faz extensão e pesquisa. Elas se limitam a uma atividade vocacional, de formar engenheiros, médicos, historiadores, literatos... Então as universidades privadas não dão tudo que poderiam dar para a sociedade. Por outro lado, o panorama sociológico, socioeconômico do ensino superior do Brasil, com essa dicotomia entre universidades pú-

blicas e privadas, é que a classe mais pobre foi para a universidade privada e os mais ricos estão na universidade pública, o que é uma injustiça social. Estamos prejudicando duplamente a classe que tem menos recursos. Alguma coisa tem que ser feita. Não podemos ficar convivendo com esse problema que já dura mais de 40 anos, desde que as universidades privadas tiveram um grande aumento de alunado. Nós, que trabalhamos em educação, temos que pensar nesse problema e agir, propor soluções.

As universidades públicas brasileiras valorizam o papel social do cientista e têm atuado socialmente?

A educação que damos para as classes sociais superiores nas universidades públicas favorece certo egocentrismo, em que a universidade vira uma torre de marfim desligada da sociedade. Acho que todo professor, aluno e funcionário das universidades públicas tem que ter seus olhos voltados para fora da universidade. Os problemas de saúde, da educação básica, da logística, da tecnologia e da inovação são graves. Somos realmente um país em desenvolvimento, de baixo conteúdo tecnológico. Recebemos uma herança maldita dos 500 anos de colonização e a aceitamos sem qualquer sentimento de culpa: a escravatura, o machismo, a tremenda dependência social das classes mais pobres. Convivemos com isso com conforto. A universidade precisa ter uma interação

com a escola pública. Em São Carlos, temos um programa educacional no Instituto de Física, dirigido pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA), com a universidade e a escola pública, com resultados muito bons, em que alguns professores e alunos de graduação, e até de pós-graduação, dedicam parte do tempo aos professores das escolas fundamentais, criando um clima de solidariedade e de conhecimento. Não existe muita diferença entre o conhecimento gerado no ensino fundamental e no superior, no sentido de que ambos são necessários para a sociedade.

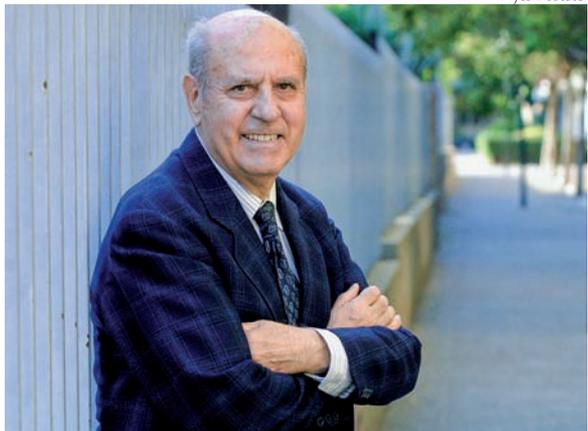
A educação tem sido sua maior preocupação atualmente.

Tenho uma ligação muito forte com o problema da educação fundamental, porque fui aluno do Anísio Teixeira. Embora a educação superior seja muito importante, estamos naquela fase, do país em desenvolvimento, que temos que consertar o avião em pleno voo. Vou cuidar só da educação fundamental? Não posso fazer isso. Temos que tratar da educação técnica, da educação superior avançada. O problema é que temos uma simultaneidade de problemas, que exige um tratamento muito especial e urgente que entenda de sistemas complexos. O caminho do Brasil tem que ser o caminho da ciência, tecnologia e inovação juntamente com o humanismo.

Germana Barata

MUN

Wyss Institute



MANUEL CALVO HERNANDO
(1924-2012)

Divulgador de ciência, democracia e cultura

Em uma sociedade democrática, os cidadãos precisam de uma compreensão básica de informação científica, para que possam tomar suas próprias decisões. Este é o principal legado das ideias do jornalista espanhol Manuel Calvo Hernando, pioneiro em jornalismo científico e morto aos 88 anos, no dia 16 de agosto, em Madri. Advogado por formação e jornalista por vocação e opção, sua trajetória representa um importante estímulo para diferentes gerações de jornalistas e cientistas do mundo inteiro.

Calvo Hernando trabalhou na imprensa escrita, na TV e teve algumas incursões pelo rádio. Após descobrir a divulgação científica durante co-

bertura da 1ª Conferência Mundial de Usos Pacíficos da Energia Nuclear, em Genebra, em 1955, passou a dedicar-se à comunicação pública da ciência. Foi um estudioso da história da divulgação científica e de seus problemas na Europa, nos EUA e na Ibero-América. Sua paixão pelo conhecimento fez com que

escrevesse mais de 30 livros e centenas de artigos de divulgação científica, com ensinamentos fundamentais na área. Acreditava que o divulgador da ciência deve mover-se entre o desejo de compreensão, a curiosidade universal, a capacidade de expressão, sede de conhecimento, o estado da dúvida, o ceticismo e o alerta permanente, sem esquecer o necessário rigor da informação.

Seus colegas em jornais espanhóis como o *Ya*, e na Televisão Espanhola, da qual foi diretor, o descrevem como uma pessoa que exerceu jornalismo em período integral, com paixão humana e profissional, de palavras amáveis e sempre atento às questões colocadas pelas novas gerações. Em 1971 fundou a Associação Espanhola de Jornalismo Científico e ajudou a criar outras da área em diferentes países da América Central e do Sul.

NO BRASIL Conheci Calvo Hernando em São Paulo, em 1982, durante o 4º Congresso Ibero-Americano de Jornalismo Científico e 1º Congresso da Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC), que ajudou a criar, em 1977. Na época, trabalhando no *Jornal do Brasil*, acompanhei de perto suas ideias e paixão quase juvenil pela área. A todas perguntas entusiasmadas de jovens e de experientes jornalistas respondia com paciência e vivacidade.

A última passagem de Calvo Hernando pelo Brasil foi em 2002, durante o 1º Congresso Internacional de Divulgação Científica, realizado na USP pelo Núcleo José Reis e pela Associação Brasileira de Divulgação Científica (Abradic), quando falou sobre a ética na divulgação científica. Em 2005, em entrevista na revista *Ciência e Cultura*, o jornalista mostrou, mais uma vez, seu desejo de que a divulgação científica fosse mais ampla e que as pessoas tivessem consciência do que têm a ganhar com tal tipo de informação. Reafirmou a necessidade da cultura científica e vaticinou: “se queremos uma sociedade democrática, é preciso que todos entendam a ciência. Caso contrário, não alcançaremos a democracia cultural”.

*Graça Caldas
é professora e pesquisadora em divulgação
científica no Labjor/Unicamp*

D



Notícias do Mundo

MICROELETRÔNICA

Órgãos humanos em chips substituirão testes pré-clínicos?

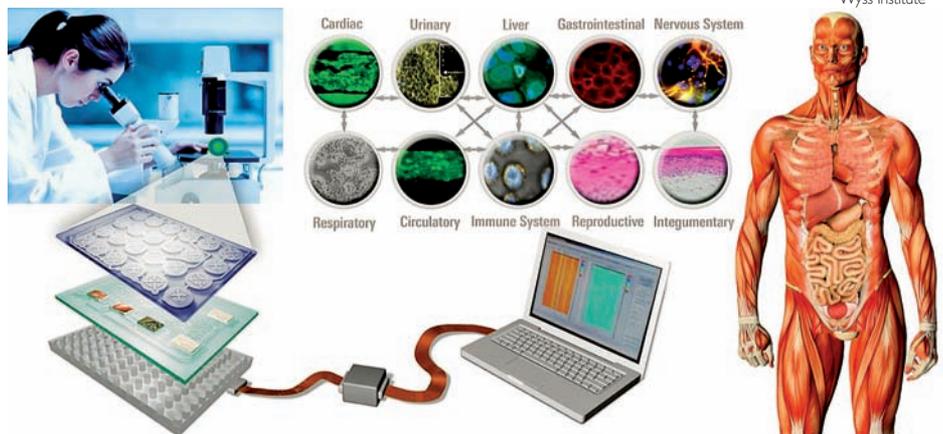
Tecnologias que permitem a construção de peças cada vez menores e de alta performance têm sido desenvolvidas para uso médico, como é o caso, por exemplo, dos micro e nano robôs, chips implantados em cérebros, além de variados testes diagnósticos. O Departamento de Defesa do governo norte-americano lançou, em 2011, uma chamada para financiar projetos de pesquisa para desenvolvimento de plataforma de tecidos humanos. Ao interligar, *in vitro*, dez sistemas humanos - circulatório, endócrino, gastrointestinal, imune, tegumentar, músculo-esquelético, nervoso, reprodutivo, respiratório e urinário -, a plataforma deverá ser capaz de “predizer a segurança, eficácia e farmacocinética dos medicamentos e vacinas antes de sua administração em humanos”, exigia o edital. Os dois projetos vencedores, anunciados em julho passado, somam investimentos de cerca de US\$ 70 milhões. Na Universidade Harvard, o projeto de cinco anos será liderado por Donald Ingber

e Kevin Kit Parker, do Wyss Institute for Biologically Inspired Engineering. Já no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), Linda Griffith conduzirá o programa Bio-Mimetics, em parceria com o Laboratório Draper e com as empresas MatTek e Zyoxel. Versões em miniaturas e simplificadas de órgãos humanos em chips vêm sendo desenvolvidas nos últimos anos, como é o caso de pulmão, rim e coração. Ao contrário de cultivar células em placas, a tecnologia de construção dos chips envolve engenharia tridimensional e leva em consideração o microambiente de cada órgão. Aliando micromanufatura a conhecimentos sobre microfluidos e engenharia de tecidos, e usando um substrato flexível onde as células humanas crescem, é possível adicionar dinâmica aos pequenos

órgãos, como movimentos peristálticos e batidas cardíacas. O desafio de conectar os dez sistemas humanos em uma única plataforma pretende desenvolver tecnologias que permitam reações rápidas contra doenças existentes ou emergentes, pandemias e bioterrorismo. Donald Ingber, em material de divulgação do Institute Wyss, afirmou que essa tecnologia, simples e barata, pode vir a ser uma alternativa ao uso de modelos animais para testes de drogas, especialmente testes pré-clínicos. Ainda não é possível prever se a plataforma irá de fato mimetizar as respostas fisiológicas do corpo humano, mas se depender da aposta do governo norte-americano, a tecnologia promete revolucionar a busca por novas drogas.

Cristina Caldas

Wyss Institute



A busca pelo mimetismo da fisiologia humana



RESENHA

A ignorância que move a ciência

"Cientistas usam a ignorância para planejar suas pesquisas, identificar o que precisa ser feito e definir os rumos dos seus projetos. A ciência progride por meio da ignorância. Ao invés de perder tempo formulando hipóteses, os cientistas deveriam focar no desconhecido, nas questões em aberto em suas áreas de atuação. Quando mal administrada, a ignorância na ciência pode ser limitante".

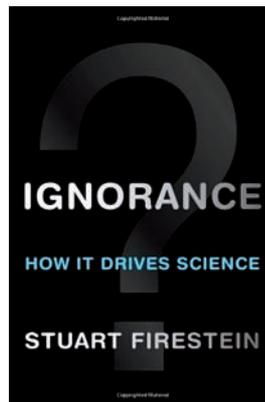
Tais citações e conselhos, que certamente causam estranhamento, quando não desconforto, estão no livro *Ignorance – How it drives science*, de autoria de Stuart Firestein, publicado este ano pela Oxford University Press. Firestein, professor de neurologia da Universidade Columbia, nos Estados Unidos, começa sua argumentação a favor da ignorância como motor de propulsão da atividade científica citando um velho provérbio: "É muito difícil achar um gato preto em um quarto escuro, especialmente quando não há gatos".

Foi em sala de aula que Firestein percebeu a importância, pouco explorada, ao menos para o público em geral, do papel da ignorância na ciência. Utilizando um livro didático de quase 1.500 páginas e pesando duas vezes o peso de um cérebro humano, ele notou que suas aulas de

neurologia conduziam os alunos à falsa impressão de que sabe-se tudo em neurociência. "Isso não poderia ser mais equivocado", escreve.

Após essa revelação, Firestein estruturou um curso de ciência devotado à e intitulado "Ignorância", iniciado em 2006. Em cada uma das sessões, um cientista é convidado a falar aos estudantes o que não se sabe em sua área, o que gostaria de se saber, o que é crítico para se entender, como pesquisar os pontos ainda desconhecidos, o que é impossível de se conhecer, por que querem saber, e muito mais. "Em resumo, eles falam sobre o estado atual de sua ignorância", escreve.

Astrônomos, químicos, ecólogos, geneticistas, matemáticos, neurobiólogos, físicos, estatísticos e zoólogos, entre outros, já participaram do curso. Foram tais estudos de caso sobre a ignorância que move a ciência que inspiraram Firestein a escrever o livro, que se baseia em uma definição menos pejorativa da ignorância, não como estupidez e falta de informação, e sim como uma condição particular do conhecimento: "a ausência de fato, *insight* ou clareza sobre algo". Na primeira parte, Firestein explica as ideias centrais do livro: fatos servem para acessar a ignorância do cientista em sua área, conhecimentos aparentes podem retardar o progresso (cita a frenologia como exemplo), fatos enqua-



drados como de sucesso ficam refratários à revisão (diferentes regiões da língua representam diferentes sensibilidades), limites, incertezas e impossibilidades da ciência, falha e perigo das previsões dos rumos que a ciência deveria tomar e, por fim, estratégias utilizadas pelos cientistas pa-

ra abordar a ignorância.

Já na segunda parte, o autor narra quatro histórias que iluminam particularidades da ignorância e sua importância no desenvolvimento científico, nas áreas de psicologia cognitiva, física teórica, astronomia e neurociência.

Ironicamente (considerando o título do livro), Firestein errou a nacionalidade da neurocientista brasileira Suzana Herculano-Houzel, assim como o número de neurônios e de células gliais no cérebro calculado por seu grupo.

Erros a parte, o livro leva a uma reflexão sobre o processo de produção do conhecimento científico. Trazendo exemplos de diversas áreas, como biologia, matemática e física, o autor consegue, no entanto, chamar a atenção para o fato de que a busca incessante pelo conhecimento, pelo viés da ignorância, contribuiu para uma visão mais humilde do processo de construção do conhecimento.

Cristina Caldas

MUNDO ÁRABE

Coordenação

Vânia Carvalho Pinto

Daniel Pinéu

Pascoal Santos Pereira

Daniela Nascimento

Luisa Gandolfo

Maria Raquel Freire

André Barrinha

Guilherme Stolle Paixão e Casarões

APRESENTAÇÃO

O MUNDO ÁRABE EM PERSPECTIVA

Vânia Carvalho Pinto

A ideia para a realização de um dossiê temático acerca da região árabe nasce da constatação de que assuntos atinentes a esta parte do mundo têm continuado a despertar grande interesse não só entre comentaristas políticos e acadêmicos, como também entre o público em geral. Questões tão diversas como a investigação acerca das causas do terrorismo, a situação de mulheres e minorias em países muçulmanos e, mais recentemente, a trajetória de transição política trazida pela Primavera Árabe, têm ocupado posição de destaque no nosso horizonte midiático e acadêmico.

Visando contribuir para a continuidade dessa reflexão, os artigos deste dossiê têm por objetivo ampliar não só a gama de assuntos que habitualmente se discutem sob a égide de “mundo árabe”, como também discutir questões atuais da cena internacional contemporânea. Nessa perspectiva, os artigos que se seguem podem ser entendidos como estando subordinados a dois grandes eixos: as análises sobre a política doméstica e as reflexões acerca das implicações da Primavera Árabe.

O breve texto de Daniel Pinéu, com o qual abrimos esta edição, levanta uma indagação acerca da centralidade que os atentados do 11 de setembro ainda exercem no nosso imaginário coletivo e que em muitos casos veio a definir a construção do que seria “árabe”. Imediatamente a seguir, encontram-se dois artigos que versam sobre a região africana do mundo árabe, por Pascoal Pereira e Daniela Nascimento. Tais artigos ilustram as muitas dificuldades associadas aos processos de autodeterminação nacional no Saara Ocidental e no Sudão, respectivamente.

O eixo seguinte engloba um conjunto de contribuições que lidam com diversas facetas da Primavera Árabe, tanto no seu con-

texto doméstico como na sua dimensão regional. Começamos com um artigo que investiga o porquê da não existência de Primavera Árabe nas monarquias da Península Arábica, por Vânia Carvalho Pinto, seguido pela contribuição de Luisa Gandolfo acerca dos muitos desafios à estabilidade política que se colocam à Tunísia depois da sua revolução. Em seguida, favorecemos um olhar mais inter-regional indagando acerca do papel da Turquia e da Rússia nesta “nova ordem” árabe. André Barrinha investiga as causas da recente projeção turca na região, enquanto que Maria Raquel Freire avalia a importância que o Oriente Médio desempenha na política externa russa. Depois do périplo pelo mundo árabe e pelo Cáucaso, encerramos este dossiê, com o artigo de Guilherme Casarões, acerca do papel do Brasil na região e dos desafios que este enfrenta em se projetar como ator regional de relevância no Oriente Médio.

Obviamente que este dossiê não esgota o conjunto de assuntos que podemos tratar sob esta rubrica, vários outros seriam possíveis. Esperamos, contudo, que o leque que aqui é oferecido e que buscou tratar das questões mais recentes, ofereça perspectivas ricas e diversificadas sobre essa região do mundo e que contribua com algumas linhas de reflexão acerca desses temas.

Vânia Carvalho Pinto é professora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora visitante no Centro de Pesquisas do Golfo no Dubai e no Conselho Supremo para Assuntos da Família em Sharjah, de 2007-2008. Autora do livro Nation-building, state, and the genderframing of women's rights, publicado este ano pela Editora Internacional Ithaca Press.

NOTA EDITORIAL os termos de origem árabe deste Núcleo Temático foram grafados segundo os padrões editoriais da revista, de acordo com o português do Brasil.

THE WEST AND THE REST. REFLEXÕES SOBRE UMA DÉCADA DE “GUERRA CONTRA O TERROR”

Daniel Pinéu

Os fatídicos acontecimentos do 11 de setembro assumiram um status icônico na narrativa da modernidade ocidental: a sua presença não pode ser negada, nem ignorada. No entanto, mais do que falar dessa presença óbvia, ou do impacto dessa data na política externa americana, o objetivo deste breve artigo é chamar a atenção para as ausências e silêncios da última década no que toca ao 11 de setembro e às suas consequências políticas. Especificamente, o objetivo é de complexificar a narrativa do 11 de setembro, alargando-a no tempo e no espaço, e tentar pensar a década pós-11 de setembro de uma perspectiva descentrada – isto é, uma perspectiva diferente das narrativas dominantes nos centros de poder do mundo ocidental(1).

Uma das narrativas dominantes é precisamente a de que o 11 de setembro pertence ao cânone histórico americano, e – secundariamente – ao cânone histórico do “Ocidente”. Desse ponto de vista, os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 inserem-se na memória coletiva dos cidadãos do “Norte global” dentro de uma linha de acontecimentos extraordinários que afetaram o curso da história americana, como o ataque a Pearl Harbour em 1941. Esta singularização e “americanização” dos ataques tornou-se uma narrativa de tal forma dominante nos discursos políticos e midiáticos da última década que efetivamente “apagou” outros pontos de referência históricos, geográficos e políticos(2).

A narrativa dominante sobre os ataques do 11 de setembro, e toda a iconografia que a rodeia, centrou-se quase exclusivamente na destruição das Torres Gêmeas – com os aviões a embater, os corpos a caírem do edifício, as torres a ruir, os nova-iorquinos cobertos de cinzas. Esta tendência reduz um processo extraordinariamente complexo, longo e global, aos terríveis eventos de um dia; e elide uma série de acontecimentos politicamente salientes – como a longa confrontação entre os EUA e a al-Qaeda desde 1992 (3), o assassinato de Ahmed Shah Massoud, as várias mensagens de Osama bin Laden, ou a promulgação do Patriot Act – numa só imagem (4).

Mas as consequências dos ataques vão muito além da tragédia nova-iorquina, ou norte-americana. Efetivamente, a esmagadora maioria das vítimas do 11 de setembro provém da Ásia do Sul, mas países como o Afeganistão e o Paquistão foram desde o início caracterizados como os pontos de origem da violência terrorista, e não como as suas maiores vítimas. Infelizmente, e ao contrário dos números das vítimas dos atentados em si – 3066 (5) – não há estatísticas confiáveis e sistemáticas para o número de civis mor-

tos no Afeganistão e no Paquistão como resultado das operações norte-americanas e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), em resposta ao 11 de setembro. No entanto, as estatísticas de que dispomos sugerem um número não inferior a 3000 vítimas civis por ano no conjunto desses países (6). Isso significa, portanto, mais de 30 mil civis mortos nessa região, como resultado do 11 de setembro, das estratégias regionais da al-Qaeda e da “Guerra contra o terror” desencadeada pelos EUA. Em resposta a pressões americanas, em 2009 e 2010 o governo do Paquistão lançou várias ofensivas militares na região fronteiriça com o Afeganistão (7), resultando em mais de 2,7 milhões de deslocados internos (IDP’s) (8). Em comparação, podemos então perguntar: onde estão os memoriais – as estátuas, os documentários, os discursos sentidos de políticos europeus, as peças de teatro e filmes – dedicados a essas outras vítimas de uma mesma tragédia?

Os acontecimentos do 11 de setembro tiveram, no entanto, outras consequências, eventualmente tão ou mais nefastas, a longo prazo, que a trágica perda de vidas de civis “apanhados” entre as estratégias dos EUA e de uma série de grupos extremistas, incluindo a al-Qaeda. Uma dessas consequências foi o (re)aparecimento de

um discurso de confrontação entre o “Ocidente” e o mundo islâmico (9), e uma série de narrativas sobre os perigos do Islã político – se quisermos, a ideologização ou culturalização da guerra contra o terrorismo. Visto dessa perspectiva, os fatores que mais cabalmente explicam os atentados, e atos terroristas em geral, não são os percursos biográficos dos seus autores, nem dinâmicas de grupo que levaram a radicalização e eventualmente ao uso de violência, nem agravos políticos legítimos, e sim fatores “culturais” como ideologia ou religião – muitas vezes entendida de forma

simplicista (10). Esta perspectiva – que resultou numa verdadeira indústria acadêmica de “peritos”, muitas vezes de credenciais intelectuais duvidosas, sobre o Islã político e/ou terrorismo (11) – teve várias consequências funestas, entre elas a indelével associação entre terrorismo e Islã político (12).

Outra grave consequência a longo prazo dos ataques do 11 de setembro e da “Guerra contra o terror”, global mas sentida desproporcionalmente por muçulmanos, foi o que poderíamos chamar de reordenamento legal global, baseado num ethos excepcionalista – a ideia que medidas extraordinárias e porventura ilegais são necessárias e justificadas para garantir a segurança de Estados ocidentais, ainda que às expensas das liberdades civis dos cidadãos (13). A última década trouxe-nos um triste número de episódios específicos que ilustram essa tendência excepcionalista. Entre estes, contam-se os abusos dos direitos humanos e o uso de tortura em Guantánamo e Abu Ghraib, uma série de assassinatos extrajudiciais – incluindo o de bin-Laden e do seu filho Khalid, bem como o do cidadão americano Anwar al-Awlaki e do seu filho Abdul Rahman –, e números indeterminados de “rendições extraordinárias”.

Significativamente, os dez anos de “Guerra contra o terror” evidenciaram também a tendência crescente para qualificar a soberania

**MAS AS
CONSEQUÊNCIAS
DOS ATAQUES
VÃO MUITO ALÉM
DA TRAGÉDIA
NOVA-IORQUINA,
OU NORTE-
AMERICANA**

de Estados, em particular Estados de maioria muçulmana (Iraque, Afeganistão, Paquistão, Iémen, Somália) – empregando conceitos como Estados frágeis ou falhados – legitimando assim uma série de pressões e intervenções, muitas vezes violentas, por parte de Estados liberais ocidentais, liderados pelos EUA.

No Paquistão, por exemplo, os EUA implementaram, desde 2004, uma política de ataques a alvos da al-Qaeda e dos talibans paquistaneses (Tehrik-e-Taliban ou TTP) através de veículos aéreos não-tripulados (drones), sob a liderança da CIA (14). Até agora ocorreram mais de 310 ataques, que resultaram num número de vítimas estimado entre 1800 e 2900 (15). O impacto desses ataques na opinião pública e na segurança da população paquistanesa, bem como no comportamento e estabilidade do governo democraticamente eleito do Paquistão, não pode nem deve ser descontado. O governo de Asif Ali Zardari encontra-se numa posição extremamente precária – entre as pressões do estabelecimento militar, afastado do poder pela primeira vez em décadas; dos setores políticos e religiosos mais radicais; e as pressões americanas derivadas da estratégia da “Guerra contra o terror”. E se, por um lado, não pode simplesmente virar as costas aos aliados norte-americanos, por outro lado também não pode ignorar violações egrégias da sua soberania, nem o crescente descontentamento popular com as notícias diárias de mortes de civis nas regiões fronteiriças. Mais recentemente, o assassinato de bin-Laden em solo paquistanês, por elementos das forças especiais norte-americanas, levantou novamente questões sobre a legalidade e as consequências a longo prazo de tais ações. Do ponto de vista norte-americano, essas iniciativas foram cruciais para a prossecução da “Guerra contra o terror”, e os seus qualificados sucessos contra a al-Qaeda justificam não só os custos humanos, mas também a inexorável deterioração da relação com o Paquistão, o aliado mais crucial na região. A perspectiva paquistanesa sobre a “guerra contra o terrorismo” nunca é, portanto, levada seriamente em conta, ou sequer estudada, sobretudo a perspectiva dos cidadãos do Paquistão – que, contra todas as probabilidades, conseguiram uma democratização pacífica do seu país e, no geral, têm demonstrado uma notável moderação no comportamento eleitoral.

Outro exemplo dessa separação radical de perspectivas, e de ignorância relativamente ao contexto local, foi o pânico evidenciado pela mídia e pela liderança política e militar norte-americanas, em 2009, relativamente a uma putativa tomada de poder dos talibans no Paquistão, uma fantasia absolutamente implausível e arredada das realidades daquele país. Como observa astutamente Manan Ahmed (16), esse medo norte-americano/ocidental está baseado numa “versão comicamente exagerada da realidade”:

Existem cerca de 400 a 500 combatentes talibans paquistaneses na região de Buner (...) e 15.000 a 20.000 em operação na região entre Peshawar e o noroeste da fronteira do Paquistão. Entretanto, o contingente na ativa do exército paquistanês está em cerca de 500.000, financiados por um orçamento anual de aproximadamente US\$4 bilhões. (...) Como ameaça a uma imensa e diversa nação-Estado, em que 40 por cento da população vive em centros urbanos como Karachi (com seus 18 milhões de habitantes), os combatentes talibans rurais não são terrivelmente intimidadores. O Paquistão não é nem a Somália nem o Su-

dão, nem mesmo o Iraque ou o Afeganistão. É um Estado completamente moderno com vasta infraestrutura; com uma mídia verdadeiramente crítica e diversa; uma economia ativa, global; e com fortes laços com os poderes regionais, como a China e o Irã. Não é um “Estado falido” — já pagou inclusive as suas dívidas com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, à custa do fornecimento de eletricidade aos seus cidadãos. Possui uma burocracia civil profundamente arraigada. A retórica do “Estado falido” obscurece essas realidades. Ela esconde o fato de que os partidos com bases religiosas nunca terem conseguido garantir mais do que 10 por cento dos assentos em qualquer eleição (16).

As análises midiáticas, e uma larga maioria das análises acadêmicas, nas capitais europeias e norte-americanas caem no mesmo erro, apenas reconhecendo agência aos terroristas ou aos indivíduos e organizações envolvidos na “Guerra contra o terror”, e caracterizando regularmente os cidadãos e países no Sul global como incapazes de resistir ou lutar contra o extremismo e o terrorismo nos seus próprios termos. Se os acontecimentos da última década demonstram alguma coisa, é que essa perspectiva eurocêntrica dominante e a subalternização dos conhecimentos, práticas, aspirações e projetos do outro que ela implica, ainda que eventualmente apelativa pela simplicidade, limita severamente o nosso entendimento do complexo contexto político da “Guerra contra o terror”, e da segurança internacional em geral. A nossa responsabilidade – enquanto analistas políticos, mas também enquanto cidadãos – passa por desenvolver um espírito mais crítico, por desenvolver narrativas mais descentradas e menos estereotipadas.

Daniel Pinêu é membro do Conselho Científico do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI) e pesquisador associado da Escola de Política e Relações Internacionais da Universidade Quaid-i-Azam em Islamabad, no Paquistão.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Para um ótima introdução a este tipo de perspectiva, e a sua aplicação às relações internacionais, cf. Nayak, Meghana, e Eric Selbin. *Decentering international relations*. London: Zed Books. 2010.
2. Um claro exemplo desta tendência é a forma como a própria expressão “11 de setembro” ou “9/11” se tornou unívoca, apagando qualquer referência histórica a qualquer outro 11 de setembro, como por exemplo a data do golpe de estado no Chile que derrubou o governo democraticamente eleito de Salvador Allende e instalou a ditadura do Gen. Augusto Pinochet, com o apoio cúmplice do governo de Nixon (Maxwell, Kenneth. “The other 9/11 - the United States and Chile, 1973”. In: *Foreign Affairs* 82: 147. 2003.
3. O primeiro ataque contra interesses dos EUA reivindicado pela al-Qaeda ocorreu em dezembro de 1992, em Aden, no Iémen. Entre 1992 e 2001, a al-Qaeda reivindicou ainda os ataques contra as embaixadas dos EUA em Nairobi (Kenya) e Dar-es-Salaam (Tanzânia), e o ataque contra o navio de guerra americano USS Cole, estacionado no porto de Aden. Os EUA atribuem ainda à al-Qaeda a autoria ou pelo menos cumplicidade em vários outros ataques (incluindo ataques falhados e/ou frustrados pelos serviços de segurança), em particular a primeira tentativa contra as Torres Gêmeas, em fevereiro de 1993.

4. Uma imagem de tal forma poderosa que efetivamente secundarizou ou apagou, na memória coletiva, outros aspectos do 11 de setembro, incluindo o ataque contra o Pentágono, e o ataque falhado devido à coragem dos passageiros do voo da United Airlines 93, que se despeñou num descampado da Pensilvânia.
5. Conforme as estatísticas oficiais apresentadas no relatório final da Comissão do 11 de Setembro.
6. Por exemplo, e segundo dados das Nações Unidas, só em 2009 e só no Afeganistão foram mortos ou feridos 5978 civis (2412 mortos confirmados, dos quais um quarto - 596 ou 25% - foram mortos por forças da Otan ou do governo afegão). Em 2010 foram mortos 2770 civis, 440 dos quais (16%) por forças governamentais ou da Otan, e 2080 (75%) por forças anti-governamentais. No Paquistão, as estimativas de civis mortos por atentados terroristas em 2009 oscilam entre os 2123 e os 2670 (Civic - Civilian Harm and Conflict in Northwest Pakistan. Disponível em: <http://www.civicworldwide.org/storage/civicdev/documents/civic%20pakistan%202010%20final.pdf>. [Consultado em 20 julho 2011], p. 13).
7. Vide Roggio, Bill. "Taliban and Pakistan military battle in Swat". In: *Long War Journal*. Disponível em: http://www.longwarjournal.org/archives/2009/05/taliban_and_pakistan.php [Consultado em 20 julho 2011], e ainda Pande, Aparna. *Explaining pakistan's foreign policy: escaping India*. London/NY: Routledge. p. 79. 2011.
8. HRCP (Human Rights Commission of Pakistan). Internal displacement in Pakistan: contemporary challenges. Disponível em: www.hrcp-web.org/pdf/Internal%20Displacement%20in%20Pakistan.pdf [Consultado em 20 julho 2011].
9. Por exemplo, Bawer, Bruce. *While Europe slept: how radical Islam is destroying the West from within*. NY: Doubleday. 2006, ou Phillips, Melanie. Londonistan. NY: Encounter Books. 2007. No entanto, para análises críticas que desconstroem esta narrativa, cf. Halliday, Fred. *Islam and the myth of confrontation: religion and politics in the Middle East*. I. B. Tauris. 2002, e Dabashi, Hamid. *Islamic liberation theology: resisting the empire*. London/NY: Routledge. 2008.
10. Marranci, Gabriele. *Understanding Muslim identity: rethinking fundamentalism*. Basingstoke: Palgrave Macmillan. pp. 2-4. 2009.
11. Para uma análise desta perniciosa tendência, cf. Mueller, John. *Overblown: How politicians and the terrorism industry inflate national security threats, and why we believe them*. NY: Free Press. 2006, ou Jackson, Richard, Marie Breen Smyth, Jeroen Gunning, e Lee Jarvis. *Terrorism: a critical introduction*. Basingstoke: Palgrave Macmillan. pp. 11-14. 2011.
12. Jackson, Richard. "Constructing enemies: 'islamic terrorism' in political and academic discourse". In: *Government and Opposition* 42 (3): 394-426. 2007; ver ainda Steuter, Erin e Deborah Wills. "Making the muslim enemy: the social construction on the enemy in the War on Terror". In: *The routledge handbook of war and society*. Ed. Stephen Carlton-Ford e Morton G. Ender. New York: Routledge. 2010.
13. Para algumas boas discussões sobre o conceito de excepcionalismo aplicado à "Guerra contra o terror", cf. Aradau, Claudia, e Rens van Munster. "Exceptionalism and the 'War on Terror'." In: *British Journal of Criminology* 49 (5): 686-701. 2009; Foot, Rosemary. "Exceptionalism again: the Bush administration, the 'Global war on terror' and human rights". In: *Law and History Review* 26 (3): 707-725. 2008; ou ainda Neal, Andrew W. *Exceptionalism and the politics of counter-terrorism: liberty, security, and the War on Terror*. London: Taylor & Francis. 2010.
14. Vide Williams, Brian Glyn. "The CIA's covert predator drone war in Pakistan, 2004-2010: the history of an assassination campaign". In: *Studies in Conflict & Terrorism* 33 (10): 871-892. 2010.
15. Conforme as estimativas apresentadas pela New America Foundation (New America Foundation. The year of the drone - an analysis of U.S. drone strikes in Pakistan 2004-2011. Disponível em: <http://counterterrorism.newamerica.net/drones>. [Consultado em 20 julho 2011] e considerando que as estatísticas são de julho de 2011.
16. Tradução de trecho original em inglês extraído de Ahmed, Manan. *Where the wild frontiers are: Pakistan and the american imagination*. Charlottesville, VA: Just World Books. 2011.

SAARA OCIDENTAL: UM PROCESSO DE NÃO-AUTODETERMINAÇÃO NACIONAL?

Pascoal Santos Pereira

“Descolonização” é um termo que, na atualidade, não faz parte do alinhamento dos noticiários sobre política internacional. No entanto, isso não significa que esse processo esteja concluído e arquivado no passado, por muito que tenha deixado de merecer a atenção da mídia internacional. O Saara Ocidental é provavelmente um dos últimos territórios em que esse processo ainda não foi concluído, sendo que a indefinição sobre o seu status internacional se arrasta desde 1975. Neste artigo, pretendemos traçar uma breve contextualização histórica e política que nos permita entender a atual situação desse território, qualificada mesmo por alguns autores como a “última colônia da África” (1). Numa primeira parte, faremos um resumo da história da luta do Saara Ocidental pela sua autodeterminação desde 1975, quando a Espanha, a potência colonial, se retirou desse território. Passamos em seguida para uma curta apresentação dos principais atores envolvidos nessa questão e das motivações por detrás dos seus atos. O impasse a que a situação do Saara Ocidental chegou é, em seguida, ilustrado pelas diversas tentativas por parte da comunidade internacional (a ONU, essencialmente) em procurar uma solução definitiva e satisfatória para as partes envolvidas, contudo sem êxito nos últimos 15 anos. Teceremos, por fim, algumas considerações sobre cenários possíveis para a resolução dessa questão.

A ÚLTIMA COLÔNIA AFRICANA O Saara Ocidental é um território costeiro situado no Noroeste do continente africano, delimitado por Marrocos, Argélia e Mauritânia e tradicionalmente habitado por populações nômades que falam variações locais da língua árabe. O número total da população não é consensual, sendo que as projeções variam dentro de um intervalo de 385 mil a 550 mil habitantes (2). Independentemente do valor total, essa população distribui-se por um território com uma área pouco maior que a do Reino Unido ou do estado do Piauí, tornando-o um dos territórios com menor densidade populacional no mundo.

Até 1975, o Saara Ocidental foi um território colonial administrado pela Espanha. Numa altura em que o processo de descolonização se ia generalizando e se tornou irreversível no restante do continente africano, a Espanha foi sendo crescentemente pressionada pela comunidade internacional para que libertasse o Saara Ocidental, o que se materializou em sucessivas resoluções da Assembleia Geral da ONU, a partir de 1965, principalmente por pressão diplomática de Marrocos, Argélia e Mauritânia (3). Simultaneamente, a posição espanhola passou a ser internamente contestada por um movimento anticolonial de guerrilha saaraui, a Frente Popular para a Libertação de Saguia el-Hamra e Rio de Oro (Polisário), criada em 1973 para combater o ocupante espanhol e

que, desde cedo, teve o apoio da Argélia. Face a essas pressões, o Estado espanhol compromete-se finalmente em 1974 a realizar um referendo sobre o status do Saara Ocidental no ano seguinte. O Marrocos, anteriormente favorável à libertação daquela colônia, manifestou-se contra a possibilidade da realização de um referendo, com a esperança de que esse processo de autodeterminação resultasse na integração territorial do Saara Ocidental ao Marrocos (4), e solicita então, conjuntamente com a Mauritânia, uma opinião legal ao Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), contestando a validade legal de um referendo sobre um território ao qual teriam um direito soberano pré-colonial (5). Não encontrando base legal às pretensões de Marrocos e Mauritânia (6), o TIJ pronuncia-se a favor do exercício de autodeterminação pelos saaraus, o que quase automaticamente provocou a invasão do Saara Ocidental por 25.000 soldados marroquinos em outubro de 1975 (7), logo seguida por uma “Marcha Verde” de 350.000 civis, simbolizando uma “retomada pacífica das províncias do sul” pelo Marrocos, como na altura afirmou o rei Hassan II (8). Quase simultaneamente, e por forte pressão dos EUA, que receavam o surgimento de um regime revolucionário no Saara Ocidental (9), Espanha recua na intenção de realizar o referendo e conclui o Acordo de Madrid com o Marrocos e a Mauritânia, em novembro 1975, no qual se compromete a retirar-se completamente do território saaraui em fevereiro de 1976, transferindo para esses dois Estados a administração partilhada do Saara Ocidental. Em resposta à tomada de controle do território pelo exército marroquino, a Frente Polisário proclama a República Árabe Saaraui Democrática (Rasd), cujo governo é constituído no exílio, na Argélia, onde mais de 150.000 saaraus se refugiaram e se mantêm em grande parte até hoje em campos de refugiados.

Inicia-se então uma guerra entre o exército da Rasd (com o apoio político e logístico da Argélia), por um lado, e as forças do Marrocos e da Mauritânia, por outro lado. A Mauritânia cedo desiste das suas pretensões sobre o Saara Ocidental. Contudo, a guerra continuaria com o Marrocos, que empreendeu mesmo a construção de um muro de areia com 2.700 km de comprimento e altamente minado (perto de 7 milhões de minas terrestres, uma das maiores concentrações de minas ativas em todo o mundo) (10) com o intuito de isolar os 20% de território não controlado pelo seu exército e evitar incursões de guerrilheiros saaraus no restante do território ocupado.

Uma reaproximação política do Marrocos com a Argélia, no final da década de 1980, abre a possibilidade de que o Marrocos aceite pela primeira vez negociar diretamente com a Frente Polisário em Jeddah, Arábia Saudita, em 1988. Esse abrandamento do conflito permitiu ao secretário-geral da ONU apresentar uma proposta de paz, o Settlement Agreement, com um cessar-fogo e com algumas medidas quanto ao regresso dos refugiados, à troca de prisioneiros e à retirada das forças marroquinas. Essas seriam as pré-condições apresentadas para a realização de um referendo sobre o status político do Saara Ocidental, monitorizado pela Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (Minurso) em cinco fases até à sua realização, prevista para 1992. O cessar-fogo entrou de fato em vigor em 1991, mas, apesar de todo o trabalho desenvolvido pela Minurso, o referendo ainda não teve lugar vinte anos depois... Em causa, estão essencialmente dois aspectos que levaram todo o processo a um

impasse. Primeiro, se bem que ambas as partes aceitem o referendo “em princípio”, enquanto o Marrocos recusa que o que considera ser a sua integridade territorial seja posta em causa em referendo, a Frente Polisário não aceita discutir um possível regime de autonomia política para o Saara Ocidental integrado ao Marrocos, como solução pragmática a ser ponderada, entre os extremos independência/integração. Segundo, existem divergências profundas sobre qual deverá ser o corpo eleitoral do referendo; para a Frente Polisário, deverão votar apenas os saarauis (e descendentes) registados num recenseamento populacional feito pela Espanha em 1974, antes da sua retirada; para o Marrocos, deverá votar toda a população que vive no Saara Ocidental no momento do referendo.

Para conseguirmos entender melhor os obstáculos à realização desse referendo e as razões para que o *status quo* político obtido em 1991 se mantenha passados vinte anos, será pertinente referirmos quais são os principais atores em jogo e as suas motivações desde 1975.

ATORES E INTERESSES EM JOGO

a) Marrocos

Para o Marrocos, a integração do Saara Ocidental no Estado marroquino é a única possibilidade concebível para a resolução dessa questão, pois considera que esse território é, historicamente, parte integrante do reino, alegando históricas relações de fidelidade política entre as tribos nômades que povoavam o Saara Ocidental e o sul do Marrocos (11). Como já referimos, aceita a ideia de referendo (12), mas contesta fortemente o fato de esse poder prever a independência como um dos resultados possíveis, alegando que o que considera a integridade territorial de Marrocos não é passível de ser contestada por via referendária (13). Contesta também a própria Polisário, considerando que tanto os seus guerrilheiros, como os habitantes dos quatro campos de refugiados saarauis na Argélia não são saarauis, mas sim mercenários argelinos (14). Sustenta também que o recenseamento de 1974 não inclui as populações que fizeram parte da Marcha Verde de 1975, que não seriam mais que populações saarauis que tinham se refugiado no sul do Marrocos nos anos 1950, em consequência das campanhas de contra-insurgência espanholas na época (15), daí a sua insistência na sua inclusão no corpo eleitoral. Os obstáculos que o Marrocos tem colocado à realização do referendo desde 1991 podem ser vistos como uma estratégia para ganhar tempo (16) e assim desgastar o apoio interno e internacional à causa da Frente Polisário e tornar a presença de colonos marroquinos no Saara Ocidental um fato consumado (17), na esperança que, ao participarem de um referendo, votem a favor da integração ao Marrocos. Não será de menosprezar outro fator importante no interesse do Marrocos: a presença no Saara Ocidental de uma das maiores reservas mundiais de fosfatos e uma costa particularmente rica em recursos pesqueiros (18).

b) Argélia

Há vários aspectos a considerar no envolvimento da Argélia nessa questão. No quadro da rivalidade histórica com o Marrocos e da competição pela hegemonia política no Magrebe (19), a consumação da integração do Saara Ocidental pelo Marrocos em 1975 represen-

taria um precedente na questão da inviolabilidade de fronteiras, que a Argélia percebe como perigosa para a sua própria integridade territorial, uma vez que permanecem em aberto algumas questões fronteiriças com o Marrocos. Outra questão estratégica para Argélia seria a questão do acesso ao Atlântico para o escoamento dos seus minérios no interior argelino através do Saara Ocidental (20), e que estaria mais bem garantido com um regime aliado controlando esse território do que com o Marrocos. No entanto, existe também um genuíno compromisso argelino para com o direito de autodeterminação do povo saarauí, como antiga colônia que é (21). Mantém-se desde 1975 como o maior aliado da Frente Polisário, tendo aberto as portas aos refugiados saarauis que ainda hoje se concentram em quatro campos de refugiados junto a Tindouf, no sudoeste da Argélia (perto de 180 mil saarauis), fornecendo-lhe apoio político e logístico e abrigando a sede provisória do governo da Rasd. Uma mudança geracional na elite política argelina permitiu uma posição mais pragmática da Argélia quanto a esse conflito e uma aproximação gradual com o Marrocos (22), culminando no restabelecimento de relações diplomáticas entre ambos em 1987, após 12 anos de ruptura, o que levou, por conseguinte também, a uma flexibilização da Frente Polisário e ao cessar-fogo patrocinado pela ONU.

c) Mauritânia

Se no período que antecedeu e seguiu imediatamente a retirada espanhola do Saara Ocidental foi uma aliada do Marrocos, a Mauritânia depressa se tornou num ator secundário na resolução da questão saarauí. Se, no momento de pedido de opinião jurídica ao TIJ, em 1975, a sua posição se baseava na proximidade étnica das tribos saarauis com as populações fronteiriças da Mauritânia (23), esse fator foi também um dos que muito contribuiu para o elevado grau de deserções no seu próprio exército, a favor da causa saarauí durante a guerra (24). Sem os meios do Marrocos ou mesmo da Frente Polisário, a Mauritânia nunca se mostrou entusiasticamente empenhada nesse conflito, tanto por não ser popular internamente (ao contrário do que acontecia no Marrocos) (25), como ainda por desconfiar das intenções expansionistas do Marrocos no longo prazo (26). Em face de uma campanha da Frente Polisário, assente na pressão militar e econômica sobre o seu território (27), a Mauritânia desistiu das suas pretensões sobre o Saara Ocidental e reconheceu a Rasd em 1979.

d) Os saarauis

Contrariamente aos argumentos históricos e étnicos aventados pelo Marrocos e pela Mauritânia para justificar o seu interesse no Saara Ocidental, a Frente Polisário sempre manteve uma coerente argumentação jurídica para fundamentar a sua posição, e é possivelmente aí que reside o seu êxito político, bem como o fato de, 35 anos depois, a causa saarauí ainda permanecer na agenda internacional. Essa argumentação assenta no direito à autodeterminação incondicional do Saara Ocidental enquanto antigo território colonial e no princípio da inviolabilidade das fronteiras, mantendo-as tal como definidas no período colonial e na decisão do TIJ em 1975. Mesmo durante os primeiros anos de confronto militar com os exércitos adversários, a Rasd manteve sempre uma forte aposta na frente política e diplomática, conseguindo, entre outras coisas,

ser aceita como membro de pleno direito na Organização da Unidade Africana em 1984 (o que levou à saída de Marrocos, até hoje), ver a sua independência reconhecida *de fato* por 80 Estados (28), e que nenhum Estado tenha, até hoje, formalmente aceito a soberania marroquina sobre o Saara Ocidental (29). A sua estratégia foi sendo também reajustada ao longo dos anos 1980, desistindo gradualmente do confronto militar, tanto devido à aproximação política entre Marrocos e Argélia, que poderia, gradualmente, comprometer o tradicional apoio argelino à sua causa, como pela efetividade do muro construído pelo Marrocos em pleno território saarai, um novo obstáculo a movimentações militares (30).

A realização do referendo foi sempre defendida pela Rasd, na condição de este incluir o que considera ser o universo eleitoral do Saara Ocidental realmente válido: todos os saarauis (e respectivos descendentes) que habitavam o território antes da ocupação marroquina, registrados no recenseamento espanhol de 1974, e que hoje estão presentes tanto no Saara Ocidental como nos campos de refugiados na Argélia. O receio da Frente Polisário é que a participação de toda a população atualmente presente no território, majoritariamente composta por colonos marroquinos e consequência direta da política de desequilíbrio populacional operado pelo ocupante desde a Marcha Verde, resulte numa votação a favor da integração ao Marrocos. No entanto, o impasse político a que as dificuldades da operacionalização do referendo levaram nos anos 1990, fizeram recrudescer a frustração da população saarai, nascendo assim, nesse contexto, a Intifada do Deserto em 1999, quando estudantes saarauis iniciaram uma série de protestos em Al-Ayun, capital do Saara Ocidental, com a ocupação pacífica da maior praça da cidade, aos

quais cedo se juntaram antigos prisioneiros políticos, trabalhadores das minas de fosfato e desempregados (31). Mais do que apelos à realização de um referendo e à independência, também presentes, os manifestantes colocaram uma forte tônica no respeito aos seus direitos econômicos e sociais, o que pode de algum modo justificar o fato de muitos colonos marroquinos, vivendo em condições muito precárias nos bairros pobres em redor da cidade, também terem se juntado às manifestações. Apesar do caráter eminentemente não violento desse levante, as tropas marroquinas reagiram pela força ao fim de doze dias de manifestações, mas tiveram de se refrear posteriormente, perante a pressão internacional que receberam. Se bem que o Marrocos tenha acabado por tomar algumas medidas para serenar as vozes críticas no Saara Ocidental, a revolta não violenta dos saarauis foi-se fortalecendo e ganhando mais apoios, internamente e até mesmo no Marrocos (onde o apoio público à independência do Saara Ocidental é ilegal), onde muitos ativistas saarauis conseguiram dar voz à sua causa, colaborando com organizações locais de direitos humanos, jornalistas e ativistas de esquerda (32). Em 2005, essa Intifada teve outro momento dramático, quando da transferência de um prisioneiro político saarai para uma prisão no Marrocos e protestos se fizeram ouvir tanto em cidades saarauis, como nas

cidades universitárias marroquinas onde se encontram importantes comunidades de saarauis; as forças marroquinas mais uma vez responderam aos protestos com violência, provocando mesmo a morte de alguns manifestantes saarauis (33).

A resistência não violenta à ocupação marroquina deu uma crescente visibilidade à causa saarai em nível internacional, garantindo-lhe mesmo alguns aliados de peso no seio da União Europeia: a renovação do acordo quadrienal de exploração pesqueira assinado entre o Marrocos e a União Europeia (UE) em 2006, por exemplo, foi vetada pelo Parlamento Europeu em dezembro de 2011, dado esse acordo ser ilegal *de jure*, por incluir pesca ao largo do Saara Ocidental (34). Importante também tem sido o *lobby* exercido por organizações não-governamentais, como a Western Sahara Resource Watch (35), junto a empresas multinacionais para que cessem de explorar os recursos naturais do Saara Ocidental e que conseguiu que não mais que duas empresas petrolíferas (a americana Kerr-McGee e a francesa Total) tenham contratos de exploração/prospecção de petróleo com o Marrocos nesse território (36).

b) Outras nações

Após a sua retirada do Saara Ocidental em 1975, o Estado espanhol buscou uma posição equidistante no conflito sobre essa sua antiga colônia (37), mantendo relações de amizade e cooperação tanto com o Marrocos como com a Argélia. Podemos afirmar que a posição de partida da Espanha seria mais próxima do Marrocos, tanto pela importância da cooperação do Estado marroquino para o acesso, a partir das Canárias, às águas marítimas saarauis, como pela participação espanhola na exploração das minas de fosfato, como ainda pela fragilidade política da sua posição no que diz respeito aos seus enclaves de Ceuta e Melilla

em território marroquino (38). No entanto, e tendo em conta a simpatia que a causa saarai granjeia junto à população espanhola (39), mas também pela crescente importância do gás natural da Argélia na política energética europeia, o governo espanhol foi assim construindo uma postura relativamente neutra e cautelosa em relação ao conflito sobre o Saara Ocidental.

O mesmo não se poderá dizer da França, que apoia declaradamente a posição marroquina, considerando que o Saara Ocidental é parte integrante do Reino do Marrocos e que não hesitará em recorrer ao seu poder de veto no Conselho de Segurança na ONU, caso a posição marroquina se veja ameaçada (40). O apoio francês não é meramente retórico, passa também por apoio econômico e militar substancial ao Marrocos, temendo que um referendo no Saara Ocidental possa pôr em perigo o equilíbrio político interno desse seu aliado. Posição semelhante mantêm os EUA, à qual poderemos juntar um dilema ético de apoio ao princípio da autodeterminação dos povos consagrada na Carta da ONU (41). No entanto, questões geopolíticas e econômicas têm prevalecido sobre questões de princípio. Num primeiro momento, os EUA temiam um Saara Ocidental revolucionário e apoiado pela Argélia, esta próxima da URSS durante a Guerra Fria e que destabilizaria o Marrocos, um aliado com uma posição estratégica junto à en-

**O APOIO
FRANCÊS NÃO É
MERAMENTE
RETÓRICO,
PASSA TAMBÉM
POR APOIO
ECONÔMICO E
MILITAR**

trada do Mar Mediterrâneo (42). O apoio econômico e militar americano ao Marrocos pode ainda ser justificado pelo fato de este Estado ser um dos poucos aliados de Israel no mundo árabe, questão sensível para o Congresso americano (43). Se bem que os EUA tenham contado com a colaboração do Marrocos na guerra contra o terror após 11 de setembro de 2001, também a Argélia demonstrou ser um aliado estratégico na região (44), o que obrigou a Casa Branca a manter uma política mais cautelosa no que diz respeito ao Saara Ocidental.

NOVOS DESENVOLVIMENTOS: OS PLANOS DE PAZ DA ONU Como já foi referido, a questão da realização de um referendo no Saara Ocidental voltou a estar em cima da mesa de negociações graças ao cessar-fogo previsto no Settlement Agreement de 1991 patrocinado pela ONU, que, desde essa altura, conduziu a operacionalização dessa consulta popular, através da Minurso. O maior problema dessa missão de ONU foi a elaboração da lista de votantes ao referendo, pelas já também referidas divergências entre Marrocos e a Frente Polisário sobre quem deveria votar. A Minurso inicia então um laborioso trabalho de reconhecimento individual dos potenciais votantes, baseado numa série de critérios definidos num relatório do secretário-geral da ONU (45). Se o universo eleitoral do recenseamento de 1974 (incluindo os seus descendentes) é considerado um ponto de partida primordial para a Frente Polisário, esse mesmo recenseamento é considerado incompleto pelo Marrocos, que reclama a inclusão de todos os saarauis que não tenham sido incluídos nesse recenseamento por omissão durante o processo ou por ausência na altura do mesmo (46), bem como a inclusão dos colonos marroquinos. Um acordo sobre critérios de admissibilidade ao referendo, a tarefa de reconhecimento individual e os inúmeros recursos ao não reconhecimento tornaram o processo fastidioso; a contagem de votantes foi dada por concluída pela Minurso em 1999 apenas.

Mas, a essa altura, o consenso internacional em torno da realização do referendo tinha-se erodido consideravelmente: qualquer solução saída de um referendo poderia resultar em violência, por conta do resultado nunca poder ultrapassar a lógica “winner takes all”, em que o vencedor vence incondicionalmente e o vencido, certo da justiça das suas pretensões, o recusa categoricamente (47). Naquela altura, a ONU, através do antigo secretário de Estado James Baker, enviado especial do secretário-geral desde 1997, sem contudo deixar cair a ideia de referendo, introduz uma nova abordagem para a resolução desse conflito e que passaria pela obtenção de um acordo político entre as duas partes, que facilitaria a aceitação mútua em forma de compromisso e que poderia passar por soluções como um quadro de autonomia política do Saara Ocidental em Marrocos ou mesmo uma divisão do território saarai: uma parte independente, a outra parte anexada ao Marrocos. Baker apresentaria dois planos de paz distintos, um em 2001 e um outro em 2003. As duas partes do conflito levantaram objeções a ambos os planos, muito semelhantes entre si: por um lado, para a Frente Polisário, ambos os planos de paz fariam tábua rasa da legalidade internacional de 1975 e do conteúdo do Settlement Agreement de 1991, pela aceitação política de um estatuto de autonomia no reino do Marrocos; por outro lado, o Marrocos aceitaria a ideia de uma autonomia alargada do Saara Ocidental no seu seio, mas recusa-se a submeter o que considera ser a

sua integridade territorial a referendo. O plano de 2001, mais favorável à posição marroquina, foi rejeitado pela Frente Polisário e pela Argélia; por sua vez, o plano de 2003, mais equilibrado segundo a Frente Polisário, foi recusado pelo Marrocos.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO Pelo exposto acima, trata-se claramente de um conflito de complexa resolução, não só pelas posições antagônicas das duas partes, mas também pelo fato de se tratar de um conflito que se arrasta desde 1975 e no qual a passagem do tempo contribuiu grandemente para a cristalização das posições, ao invés de as atenuar. Face a essas posições e condicionantes, I. William Zartman (48) traça vários cenários possíveis para a resolução do conflito: uma divisão funcional, materializada num quadro de autonomia política e autogoverno interno do Saara Ocidental, ficando o Marrocos como soberano e responsável pelas questões externas (um resultado de “soma nula”, nem independência, nem integração); uma divisão territorial, com a parte norte do Saara Ocidental anexado pelo Marrocos e a parte sul plenamente independente; uma solução que podemos qualificar de “pós-soberana”, no quadro da integração regional no seio da União Árabe do Magrebe que daria uma nova configuração política a toda a região (não fosse esse projeto antigo estar neste momento moribundo, precisamente devido à questão do Saara Ocidental...); e, por fim, a oferta de uma compensação pecuniária (ou de outro tipo) a uma das partes, como cedência à outra (o que seria difícil, dado o lado essencialista que a questão representa para o Marrocos e dada a importância geopolítica da mesma para a Argélia).

Assim, a recusa do Marrocos em admitir a possibilidade de autodeterminação do Saara Ocidental e a recusa da Frente Polisário em admitir a possibilidade de discutir um quadro de autonomia no Marrocos (49) bloqueiam qualquer possibilidade de entendimento, agora como no passado, prolongando um impasse que dura 36 anos e no qual não se perspectivam novos desenvolvimentos no futuro próximo.

Pascoal Santos Pereira é visiting fellow na Universidade de Graz, Áustria, com uma bolsa de doutorado da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Portugal.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Mundy, J.A. “Seized of the matter”: The UN and the Western Sahara dispute”. *Mediterranean Quarterly*, Vol.15, nº.3, p.145. 2004.
2. Segundo a ONU, o Saara Ocidental tem um população de 548 mil habitantes em <http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/socind/population.htm>; segundo a CIA, seria 507 mil em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/wi.html>; e segundo o Departamento de Estado americano 385 mil em <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5431.htm>. Todos dados de 2011.
3. Østerud, Ø. “War Termination in the Western Sahara”. *Security Dialogue*, Vol.20, nº.3, p.309. 1989.
4. Zoubir, Y.H. “Stalemate in Western Sahara: ending international legality”. *Middle East Policy*, Vol.14, nº.4, p.161. 2007.
5. Østerud, Ø., *op. cit.* p.310. 1989.
6. Stephan, M.J.; Mundy, J. “A battlefield transformed: from guerilla resistance to mass nonviolent struggle in the Western Sahara”. *Journal of Military and Strategic Studies*, Vol.8, nº.3, p.5. 2007.
7. Zoubir, Y.H., *op. cit.* p.162.

8. Ibidem.
9. Stephan, M.J.; Mundy, J., *op. cit.* p.5.
10. San Martín, P.; Allan, J.B. "The largest prison in the world: landmines, walls, UXOs and the UN's role in the Western Sahara". *Grupo de Estudos Estratégicos – Colaboraciones*, 1641, p.2. 2007.
11. Østerud, Ø., *op. cit.* p. 310.
12. Idem p.314.
13. Stephan, M.J., Mundy, J., *op. cit.* p.9.
14. Østerud, Ø., *op. cit.* p. 315.
15. Mundy, J., *op. cit.* p.132.
16. Zoubir, Y.H., *op. cit.* p.163.
17. Mohsen-Finan, K. "The Western Sahara dispute under UN pressure". *Mediterranean Politics*, Vol.7, nº.2, p.7. 2002.
18. San Martín, P.; Allan, J.B., *op. cit.* p.1.
19. Mundy, J., *op. cit.* p.143.
20. Zartman, I.W. "Time for a solution in the Western Sahara conflict". *Middle East Policy*, Vol.14, nº.4, p.181. 2007.
21. Zoubir, Y.H., *op. cit.* p.161.
22. Mohsen-Finan, K., *op. cit.* p.4.
23. Østerud, Ø., *op. cit.* p.310.
24. Howe, J. "Western Sahara: A war zone". *Review of African Political Economy*, Vol.11, p. 89. 1978.
25. Østerud, Ø., *op. cit.* p.312.
26. Howe, J., *op. cit.* p.89.
27. Ibidem p 86.
28. Rice, X. "Inside Africa's last colony". *New Statesman*, p.32. 2010.
29. Ibidem, p.32.
30. Seddon, D. "Polisario and the struggle for the Western Sahara: Recent developments, 1987-1989". *Review of African Political Economy*, 45/46, p.133. 1989.
31. Stephan, M.J., Mundy, J., *op. cit.* p.11.
32. Ibidem, p.29.
33. Ibidem, p.15.
34. "Western Sahara sinks EU-Morocco accord". In: *Presseurop*, 15/12/11, em <http://www.presseurop.eu/en/content/news-brief/1292931-western-sahara-sinks-eu-morocco-accord> (acesso em 21/12/11).
35. Shelley, T. "Western Sahara: a year of UN impotence". *Panorama*, p.167. 2009.
36. Stephan, M.J., Mundy, J., *op. cit.* p. 29.
37. Benabdallah, K. "The position of the European union on the Western Sahara conflict". *Journal of Contemporary European Studies*, Vol.17, nº.3, p.427. 2009.
38. Zoubir, Y.H., Benabdallah-Gambier, K. "The United States and the North African Imbroglia: Balancing Interests in Algeria, Morocco, and the Western Sahara". *Mediterranean Politics*, Vol.10, nº.2, p.183. 2005.
39. Benabdallah, K., *op. cit.* p.427.
40. Zoubir, Y.H., *op. cit.* p.168.
41. Ohaegbulam, F.U. "Ethical issues in U.S. Policy on the Western Sahara conflict". In: *Mediterranean Quarterly*, Vol.13, nº.4, p.88. 2002.
42. Howe, J., *op. cit.* p.90.
43. Zoubir, Y.H., Benabdallah-Gambier, K., *op. cit.* p.189.
44. Zoubir, Y.H. "The United States and Maghreb-Sahel security". *International Affairs*, Vol.85, nº.5, p.985. 2009.
45. Castellino, J. "Territory and identity in international law: the struggle for self-determination in the Western Sahara". *Millenium - Journal of International Studies*, Vol.28, nº.3, p.540. 1999.
46. Castellino, J., *op. cit.* p.538. 1999.
47. Mundy, J. "Out with the old, in with the new: Western Sahara back to square one?". *Mediterranean Politics*, Vol.14, nº.1, p.116. 2009.
48. Zartman, I.W., *op. cit.* p.180.
49. Mundy, J., *op. cit.* p.120.

A DIMENSÃO RELIGIOSA E ÉTNICA NOS CONFLITOS DO SUDÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Daniela Nascimento

O Sudão sempre foi marcado por uma história de profunda exclusão, da qual o conflito violento se foi tornando apenas mais uma das suas trágicas expressões. De fato, ao longo da história sudanesa, vários grupos foram sendo, repetida e sistematicamente, excluídos da vida econômica, política, social e cultural do país. Esta foi também uma tendência perpetuada e acentuada pelo domínio colonial anglo-egípcio entre 1898 e 1956, período em que o país foi alvo de uma política de administração colonial distinta ao norte e ao sul. Ao norte foi implementada uma política de administração civil, com a substituição dos governadores militares por agentes civis britânicos, enquanto ao sul foi implementado um modelo de administração central nativa, com a separação dos vários grupos étnicos de modo a evitar conflitos e controlar a população. Essa política foi, mais tarde, (em 1930), substituída pela "política sulista" que visava desenvolver as estruturas políticas e sociais de acordo com padrões de identidade "africana" em vez de "árabe" (à semelhança do norte). Aplicaram-se, assim, práticas administrativas e coloniais significativamente diferentes nas duas regiões do Sudão que, na nossa opinião, serviram de base para uma certa ideia de autogoverno no sul do país, mas que na prática fomentaram um sentimento de negligência do poder colonial britânico relativamente à região e, conseqüentemente, tensões várias entre o poder colonial e a população. Após a independência em 1956, o Sudão mergulha quase que automaticamente numa situação de instabilidade política e conflito interno entre norte e sul que viria a se prolongar por mais de quatro décadas (1).

Com a passagem do poder político para as mãos de partidos centralizadores do norte e com as crescentes reivindicações independentistas por parte de grupos representantes do sul, continuamente negadas por Cartum, as reivindicações sulistas foram, então, cristalizando-se em torno do Sudan's People Liberation Movement/Army (SPLM/A). Este tornou-se, assim, o único grupo rebelde capaz de pressionar e enfrentar, política e militarmente, um governo árabe-muçulmano defensor de um projeto nacionalista particularmente agressivo (2). As diferenças religiosas entre a população do norte, majoritariamente muçulmana, e do sul, majoritariamente cristã e animista, rapidamente se tornaram um instrumento facilmente aproveitado e usado por ambas as partes, em especial após a imposição, em 1983, da lei islâmica a todo o território sudanês por parte do governo liderado por Gaafar Nimeiri. Tal medida, vista por Cartum como essencial para alimentar e justificar perante a população do norte a ideia de um país homogêneo e perfeitamente controlado pelo governo central, foi igualmente aproveitada pelos rebeldes do sul para justificar a sua política de resistência violenta e militar contra o poder autoritário de Cartum, marcando indiscutivelmente a forma como

o conflito se desenrolou. Os sucessivos golpes militares após a independência deixaram igualmente pouco espaço para iniciativas de paz bem-sucedidas, o que foi acompanhado por uma precarização crescente da situação socioeconômica e política de várias comunidades sudanesas, em especial no sul. Apesar de a guerra entre o norte e sul ter algumas das suas origens na luta pela posse de terras e em divergências relacionadas com questões religiosas e étnicas, podemos afirmar que esta foi significativamente agravada com o início da exploração de petróleo em algumas áreas do sul no final da década de 1990. Tal fato resultou numa acentuação das desigualdades sociais e econômicas entre o norte e o sul em virtude da monopolização dos benefícios dessa exploração pelo governo em Cartum. Por seu lado, a violência no Darfur, região situada no oeste do Sudão e que havia sido um dos reinos mais prósperos do território antes do domínio colonial, torna-se mais visível e agudizada em 2003, quando grupos rebeldes da região procuraram retirar dividendos das negociações de paz com o sul (3) relativamente a questões de partilha de poder e recursos. Os massacres e as deslocamentos forçados de várias populações (4) de Darfur, perpetradas pelas milícias armadas Janjaweed – alegadamente com a conivência e apoio do regime de Cartum – e os confrontos com os dois principais grupos rebeldes da região – o Sudan Liberation Movement/Army (SLM/A) e o Justice and Equality Movement (JEM) –, que se insurgiram contra o governo, não só ganharam proporções incontroláveis, como também permitiram perceber a existência de causas muito mais profundas e estruturais para a violência nas várias regiões do território sudanês. Neste contexto de violência disseminada, podemos considerar a relação entre conflito norte-sul e o conflito em Darfur como decorrente, em parte, de uma crescente e indiscutível polarização e instrumentalização desses conflitos em torno das ideias de raça e etnia, levada ao extremo com o golpe militar de 1989 que colocou no poder um governo muçulmano e ditatorial liderado pelo ainda presidente Omar-al-Bashir. Os dois conflitos são diferentes mas estão, de fato, relacionados na medida em que a violência em Darfur se intensificou quando os grupos rebeldes da região procuraram retirar dividendos das negociações entre o norte e o sul relativamente a questões de partilha de poder e riquezas. À semelhança do que acontecia no sul, esses grupos reclamam décadas de negligência e marginalização social, econômica e política dessa região africana por parte do governo. Tendo sido uma das mais prósperas regiões do Sudão, o Darfur foi progressivamente negligenciado, política e economicamente, pelos sucessivos governos e regimes sudaneses, mas em particular pelo regime ditatorial e sectário de al-Bashir. Mesmo sendo um país marcadamente multiétnico e multirreligioso, o Sudão é também um Estado com relações sociais baseadas em leis profundamente discriminatórias (5), em particular no que diz respeito à partilha de recursos, poder e direitos. Esta complexidade geográfica, étnica e religiosa contribuiu, desde sempre, para uma igual complexidade política alimentada por um governo interessado apenas em manter o *status quo* e em retirar o máximo de dividendos possível da opressão e exploração do sul.

**ESSES GRUPOS
RECLAMAM
DÉCADAS DE
NEGLIGÊNCIA E
MARGINALIZAÇÃO
SOCIAL,
ECONÔMICA E
POLÍTICA**

Com o fim formal do conflito armado entre o norte e o sul do Sudão, conseguido com o Acordo Geral de Paz de 2005 e que culminou com a secessão do território do sul após o referendo realizado em janeiro de 2011, grande parte da discussão sobre a natureza da violência naquele que era o maior país de África foi perdendo fôlego. Como já foi mencionado anteriormente, o Sudão sempre foi um país marcado pelo conflito, tendo este sido frequentemente creditado a motivos religiosos. De fato, a existência de disputas e divergências desde o período colonial, entre comunidades majoritariamente muçulmanas ao norte, e maioritariamente cristãs e animistas ao sul ajudou a que se tornasse dominante uma visão do conflito relacionada quase exclusivamente com a dimensão religiosa do mesmo. De um modo geral, isso foi sendo continuamente visto como o elemento essencial na relação de forças entre norte e sul, tanto por atores internos como por atores externos. Do mesmo modo, o eclodir da violência na região de Darfur em 2003, dessa feita opondo comunidades árabes e comunidades africanas negras, fez sobressair a visão primordialista de um conflito armado onde as diferenças étnicas e culturais se tornaram, no discurso dominante, o fator explicativo das disputas. Parece obviamente ser mais fácil classificar certos conflitos como “étnicos” ou “religiosos” e, por isso, inevitáveis ou impossíveis de prevenir ou resolver.

A assunção de que ódios ancestrais sempre originarão guerras bárbaras, nas quais não se pode ou não se deve interferir, é perigosa, em especial num contexto internacional já de si bastante polarizado em torno de ideias feitas sobre o “bem” e o “mal”, o “amigo” e o “inimigo”. Neste artigo, contudo, defendemos uma abordagem distinta, através da qual se propõe um olhar crítico sobre essa visão dominante relativamente aos conflitos supostamente “religiosos” e “étnicos” no Sudão. Para esse efeito,

o artigo apresenta alguns argumentos alternativos que procuram, acima de tudo, abrir novos caminhos para uma leitura mais rigorosa das causas da violência que têm sido predominantes no país durante as últimas décadas.

A ETNIA E A RELIGIÃO NO(S) CONFLITO(S) DO SUDÃO: UMA ANÁLISE TEÓRICA Em virtude das suas características internas marcadas pela diversidade étnica e religiosa, e da sua trajetória de conflito, o Sudão constitui um caso particularmente interessante do ponto de vista do debate teórico acerca do papel que as diferenças étnicas e religiosas assumem enquanto causas de violência. À luz desse debate, que opõe primordialismo, instrumentalismo e construtivismo, existem obviamente várias visões divergentes relativamente à existência de uma relação direta entre diversidade étnica e/ou religiosa e a ocorrência de violência entre grupos dentro de um Estado. Como já referido inicialmente, os conflitos no Sudão têm sido, por muitos, interpretados como um exemplo do argumento primordialista, de acordo com o qual a mais importante das variáveis para explicar conflitos internos é exatamente a diferença religiosa entre grupos. A visão primordialista considera as identidades étnicas e religiosas como sendo componentes fundamentais da natureza humana e,

por isso, constantes e imutáveis (6). Os conflitos tornam-se, nesse sentido, inevitáveis e quase que “naturais” em virtude dos diferentes entendimentos do sagrado e religioso entre grupos (7). Contudo, essa visão primordialista é aqui considerada como sendo bastante limitada uma vez que retira atenção às causas e dimensões múltiplas e complexas que, de forma mais profunda e estrutural, contribuem para a ocorrência e perpetuação do conflito, nomeadamente as desigualdades socioeconômicas profundas entre grupos. Além disso, ao naturalizar e fixar estas identidades primárias, não explica realmente porque é que estas surgem em grupos cultural e biologicamente distintos. Por seu lado, a visão instrumentalista tende a reconhecer a importância das diferenças étnicas e religiosas existentes, assim como o seu impacto nos conflitos, mas não os encara como ingrediente central dos mesmos (8). Contrariamente ao primordialismo, o instrumentalismo olha a etnia e a religião como mais um instrumento para obtenção de recursos vários e enfatiza o caráter “plástico” e artificial das identidades religiosas e étnicas (9), acabando por comparar os grupos étnicos e religiosos a outros grupos de interesse. De acordo com esta visão, a etnia e a religião existem e persistem porque se tornam úteis e podem resultar em vantagens e ganhos políticos, econômicos ou sociais (10). Essas identidades tornam-se, assim, definidas socialmente, flexíveis e negociáveis, assim como passíveis de serem manipuláveis (11). No quadro desta abordagem teórica, referem-se como importantes dois fatores: por um lado, a capacidade de mobilização das massas por parte de determinados líderes e, por outro lado, a instrumentalização da dimensão religiosa aliada a desigualdades políticas, sociais e econômicas, permitindo que determinados grupos se mobilizem em torno de ressentimentos socioeconômicos explicados pelas elites por lógicas de discriminação com base na religião ou na etnia (12). Deste ponto de

vista, por exemplo, a própria elite árabe muçulmana governativa do Sudão foi alimentando esse processo, servindo-se frequentemente de argumentos que remetem às divergências religiosas como fatores de inclusão e exclusão na sociedade sudanesa e alimentando uma guerra que durou várias décadas. Finalmente, no que diz respeito à tese construtivista, o mundo social é um mundo de consciência humana, construído e partilhado. Aplicado ao debate sobre as causas de conflitos violentos, o construtivismo baseia-se em três grandes argumentos: as identidades étnicas ou religiosas são socialmente construídas; são dinâmicas e as suas fronteiras flexíveis e mutáveis; e a filiação étnica ou religiosa é determinada e/ou construída pela sociedade (13). Sugere-se, assim, que as diferenças étnicas ou religiosas nada têm de inerente ou naturalmente conflitual, mas que em certos contextos esse tipo de identidade pode passar de um princípio organizativo relativamente neutro a um poderoso instrumento para mobilização e legitimação de violência (14). Nesta lógica, os conflitos estão muito diretamente associados a certas estruturas cognitivas (como a ideologia, o nacionalismo, a etnicidade ou a religião), através das quais se atribuem aos atores sociais determinadas concepções valorativas de si mesmos, afetando assim o seu comportamento

dentro da sociedade (15). A religião torna-se, portanto, uma variável interveniente, importante num determinado conflito, mas com um impacto potencialmente ambíguo, na medida em que tanto pode reduzir a possibilidade e risco de ocorrência de violência, como torná-la mais provável (16).

A partir desses enquadramentos teóricos, e contrariamente ao que uma leitura simplista poderá fazer crer, podemos afirmar que os conflitos no Sudão não correspondem necessariamente a um “choque de civilizações” (17) que se tornou inevitável pela existência de grupos étnica ou religiosamente distintos e em que essa identidade é vista como um obstáculo quase natural à coexistência pacífica num mesmo território. Quando tentamos aplicar a visão primordialista ao conflito norte-sul, rapidamente verificamos que esta é, no mínimo, limitada. Na nossa perspetiva, e seguindo a visão de Atta El-Battahani, a ideia popular de que os conflitos na África, como no Sudão, resultam de diferenças étnicas, tribais, religiosas ou culturais é profundamente errônea (18). Pelo contrário, os conflitos no sul e em Darfur (assim como a violência latente no leste do país) (19) devem antes ser analisados e interpretados num contexto mais amplo e profundo, como fazendo parte de uma mesma visão em

**AS DIFERENÇAS
ÉTNICAS OU
RELIGIOSAS
NADA TÊM DE
INERENTE OU
NATURALMENTE
CONFLITUAL**

que o “inimigo” é, à superfície, associado a uma elite muçulmana e árabe restrita que, desde a independência, tem controlado e dominado a vida econômica e política do país. Se atentarmos para a violência que, nas últimas décadas, tem assolado o Sudão, podemos afirmar que duas das principais causas alegadamente por detrás de conflitos tão persistentes no sul desde a década de 1980, e que se foram alastrando a Darfur em 2003 e ao leste do Sudão, têm sido o desrespeito pela diversidade étnica e religiosa do país e a marginalização socioeconômica de determinados grupos, criando divisões artificiais entre muçulmanos, cristãos

e animistas, árabes e africanos. De fato, a repressão, a marginalização socioeconômica e política de largos setores da população sudanesa e uma visão profundamente fundamentalista do Islã aplicada cegamente em todo o território e em total desrespeito pela diversidade étnica e religiosa, foram fomentando a instabilidade e o descontentamento profundo de muitos grupos que foram encontrando na rebelião armada uma, se não mesmo a única, forma de contestação e resistência ao governo de Cartum. Neste contexto, e ainda que reconhecendo a diversidade religiosa e étnica que caracteriza o Sudão, esta análise tem subjacente a rejeição da premissa dominante em que a violência no Sudão não é mais do que o resultado de ódios e lealdades históricos, assentes na identidade étnica e/ou religiosa. De acordo com Abdel Ghaffar Ahmed, só quando esses fatores se combinam como diferenças ao nível dos recursos e da riqueza ou com percepções de desigualdade é que se tornam relevantes (20). Assim, uma leitura aprofundada e rigorosa da história e da realidade sudanesa deverá trazer à superfície aquelas que são as suas causas mais estruturais e complexas: as profundas desigualdades sociais e econômicas entre o norte e o sul mas também entre as elites governativas e todos aqueles que vêm se opondo a um governo ditatorial que, habilitado

samente, foi usando a “carta étnica/religiosa” para mobilizar apoio e perpetuar uma guerra que favorecia uns em detrimento de outros. De fato, por detrás de um contexto em que as divisões étnicas e religiosas foram ganhando uma relevância crescente enquanto fatores explicativos e justificativos do conflito, esconde-se uma história de assimetrias e desigualdades políticas e econômicas entre um norte muçulmano controlado por uma elite árabe e enriquecida e um sul majoritariamente cristão e animista, empobrecido e despojado dos seus recursos e das suas populações.

CONCLUSÕES Com base nesta análise, o nosso enfoque centrou-se nas causas e fatores mais profundos e estruturais tais como as desigualdades socioeconômicas entre grupos e que, normalmente, não são levados em conta nas análises sobre conflitos violentos internos, mas que, se não forem devidamente reconhecidos, colocam em risco quaisquer esforços de paz. O objetivo deste artigo é o de chamar a atenção para a necessidade de melhor compreendermos a multiplicidade de causas complexas e dinâmicas que se escondem por detrás das guerras aparentemente “étnicas” ou “religiosas”. Com tal análise, e através do caso do Sudão, procuramos chamar a atenção para a necessidade de desconstruir visões simplistas e limitadas sobre etnicidade e/ou religião alimentadas por muitos dos atores tradicionalmente envolvidos em conflitos violentos. No caso da violência no Sudão, é essencialmente do reconhecimento dessas desigualdades e assimetrias profundas e do reconhecimento da instrumentalização das especificidades étnicas e religiosas que tem caracterizado o regime sudanês, que não só resultará um conhecimento sério e rigoroso sobre as causas da violência e do conflito no Sudão, como também naturalmente dependerá a sustentabilidade da paz num país em que o subdesenvolvimento e a guerra foram se tornando realidades aparentemente endêmicas e irreversíveis.

Daniela Nascimento é professora auxiliar na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, doutora em política internacional e resolução de conflitos (Universidade de Coimbra) e investigadora do Centro de Estudos Sociais/Universidade de Coimbra.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Sosa, R. “Sudán, un conflicto sin fin”. *Papeles de Cuestiones Internacionales*, Madrid, nº.86. 2004.
2. Nascimento, D. “Sudão: entre a promessa de paz no sul e a incerteza da guerra em Darfur”. *Contexto Internacional*, Vol.31, nº.3, pp.429-458. 2009.
3. Nessa altura, ambas as partes ao norte e ao sul estavam prestes a concluir as negociações para um novo acordo de paz que viria a ser assinado em janeiro de 2005 (Acordo Geral de Paz) e que incluía importantes disposições relativamente à partilha de poder político e recurso, nomeadamente petróleo.
4. A região de Darfur é caracterizada por populações muçulmanas africanas e sedentárias, como os Fur, Zaghawa e Massalit, que se dedicam predominantemente ao pastoreio e à agricultura e que, nas últimas décadas, têm sido particularmente afetados por períodos de seca e fome prolongadas.
5. Johnson, D. *The root causes of Sudan's Civil Wars*. Oxford: The International African Institute in association with James Currey. 2003.
6. Ferreira, P.M. “O paradoxo afro-árabe: conflitos e intervenção no Sudão”. In: *Política Internacional*, 27, p. 82. 2005.
7. Hasenclever, A.; Rittberger, V. “Does religion make a difference? Theoretical approaches to the impact of faith on political conflict. In: *Millennium*, 29, 3, pp. 641-674. 2000.
8. Hasenclever, A.; Rittberger, V., *op cit.* p. 642.
9. Jenkins, R. “Ethnicity etcetera: social anthropological points of view”. In: Bulmer, M.; Soloms, J. (eds.) *Ethnic and Racial Studies Today*. London: Routledge, p. 89. 1998.
10. Yang, P. Q. *Ethnic studies: issues and approaches*. New York: State University of New York Press, p. 46. 2000.
11. Ferreira, P. M. *Identidades étnicas, poder e violência em África: o conflito no Burundi*. Lisboa, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento - Centro de Documentação e Informação, p. 82. 2005b.
12. Hasenclever, A.; Rittberger, V., *op cit.*
13. Yang, P. Q., *op. cit.* p. 14.
14. USAID. *Conducting a conflict assessment: a framework for strategy and program development*. 2005.
15. Hasenclever, A.; Rittberger, V., *op cit.* p. 647.
16. *Ibidem*, p.649.
17. Expressão utilizada por Samuel P. Huntington para caracterizar o novo paradigma de conflitualidade internacional que marcaria o mundo no pós-Guerra Fria. De acordo com este argumento, os novos conflitos mundiais passariam a ser travados entre blocos com identidades civilizacionais e religiosas diferentes. Huntington, S. P., *The clash of civilizations and the remaking of world order*. Nova Iorque: Simon&Schuster. 1996.
18. Na opinião de El-Battahani, grande parte das divergências étnicas ou religiosas parecem ser mais consequências do que causas de conflito violento e que quanto mais tempo dura o conflito, mais esses fatores se destacam como princípios de solidariedade e mobilização social e política. El-Battahani, A. (2006) “A complex web: Politics and conflict in Sudan”. In: Simmons, M. and Dixon, P. (eds.) *Peace by Piece: Addressing Sudan's Conflicts*. London: Conciliation Resources, p. 13. 2006.
19. O leste sudanês constitui um enorme paradoxo pois é uma das regiões mais prósperas e ricas em recursos, mas a sua população está entre as mais pobres do país. A luta por uma maior autonomia e partilha da riqueza tem sido uma constante desde a independência, liderada pelo Congresso de Beja que, a partir de 1995, recorreu à violência para responder à repressão imposta pela política islâmica fundamentalista e às expropriações forçadas do governo. International Crisis Group, *Sudan: saving peace in the East. Africa Report*, 102. 2006.
20. Ahmed, A. G. “Multiple complexity and prospects for reconciliation and unity: the Sudan conundrum”. In: Nhema, A.; Zeleza, P. T. (eds.) *The roots of African conflicts: the causes and costs*. Oxford: James Currey, pp.71-87. 2008.

A REVOLUÇÃO QUE NÃO COMEÇOU: AS PARTICULARIDADES DA PRIMAVERA KHALEEJI⁽¹⁾

Vânia Carvalho Pinto

A região do Oriente Médio encontra-se assolada por manifestações e protestos populares em massa desde dezembro de 2010. Nas ruas, as pessoas têm demandado pela expansão dos seus direitos civis (tais como o direito de assembleia e de livre expressão), e políticos (como o de escolher livremente os seus líderes e representantes políticos). Paralelamente, as pessoas protestam também pela obtenção de melhores condições de vida e um acesso digno ao mercado de trabalho (2). Ainda que os grandes temas que têm servido de justificação para os protestos sejam mais ou menos os mesmos, não se deve esquecer que estes adquiriram características distintas em função dos países onde ocorreram e continuam a ocorrer. Questões como a composição política, demográfica e religiosa do país, assim como o papel do exército, e a predominância ou não de questões étnicas e religiosas, afetaram profundamente o modo como esses protestos se desenrolaram, assim como as suas possibilidades de sucesso. Esse tipo de manifestação não é novo já que a grande maioria das populações desses países luta contra a repressão política e a estagnação econômica há já várias décadas (3). A novidade desses acontecimentos é efetivamente o seu sucesso na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen.

De fato, até muito recentemente era comum encontrar-se na literatura especializada a ideia de que essa região era a única do mundo que não tinha tido qualquer tipo de transição democrática. A predominância dessa perspectiva levou a uma certa interiorização da crença de que existia algo inerente à área (possivelmente de cariz cultural e/ou religioso) que tornava o Oriente Médio impermeável a ventos democráticos. Esta avaliação, refutada numerosas vezes na literatura especializada (4), também foi particularmente abalada com a onda de protestos e revoluções dos últimos 14 meses. Se, por um lado, já não é possível afirmar que a região do Oriente Médio se encontra estagnada politicamente, por outro, também não se pode asseverar que os processos iniciados nos países acima efetivamente conduzam à instauração de um regime democrático. A fluidez política e social do processo pós-revolução nos vários países não nos permite, por enquanto, fazer conjecturas que possuam um alto grau de previsibilidade (5).

Até agosto de 2012, todos os países, à exceção do Qatar (6) tiveram algum tipo de protesto ou manifestação demonstrando a insatisfação popular com a situação atual no seu país, seja por meio de artigos de imprensa, petições ou demonstrações. De fato, nos primeiros meses de 2011, a onda de protestos populares tinham adquirido tal intensidade, que parecia que os vários governos da região, independentemente do sistema político, seriam derrubados. Nem as repúblicas (Tunísia, Egito, Síria, Argélia e Iêmen), nem as

monarquias (Marrocos, Jordânia, Bahrein, Kuwait, Arábia Saudita, Omã e Emirados Árabes Unidos), pareciam imunes à onda de indignação popular. Contudo, a resposta dos vários governos foi caracterizada pela oferta de algumas medidas de liberalização, mais cosméticas que significativas – como novas eleições –, alguns benefícios financeiros – dependendo da situação econômica de cada país – acompanhada por ondas de violência e de repressão, de intensidade variável consoante o país em causa. Tal estratégia, como se tem observado pelos eventos mais recentes, tem obtido resultados positivos, sendo que os países que efetivamente iniciaram processos de transição política são ainda poucos em número. A resiliência dos regimes autoritários à pressão popular e à condenação internacional tem sido, de fato, extraordinária – como demonstra o exemplo da Síria –, revelando, ao mesmo tempo, que a saída do poder não é a única opção em termos da reação governamental aos protestos.

Minha intenção, neste artigo, é falar de um sistema regional específico – o do Golfo Pérsico – e explicar as dinâmicas que estão na base do único pedido de ajuda estrangeira no contexto da Primavera Árabe: o do governo do Bahrein aos seus vizinhos do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) para controlar os movimentos pró-democracia no país.

O artigo está estruturado da seguinte forma: começarei com uma pequena introdução histórica acerca da região do Golfo, seguida por uma breve síntese das relações das monarquias da região com o Irã, sendo esta dimensão crucial para o entendimento das relações internacionais na região. A seção seguinte debruçar-se-á sobre os protestos que têm ocorrido na área, com especial ênfase no caso do Bahrein, e o artigo terminará com a delimitação de algumas perspectivas para o futuro.

I. O GOLFO PÉRSICO: PEQUENA INTRODUÇÃO HISTÓRICA Os países da região do Golfo, à exceção do Iêmen e do Irã – as duas repúblicas da região – são geralmente conhecidos pela sua riqueza petrolífera e pelo seu sistema de organização política em monarquias tribais hereditárias. Estes incluem a Arábia Saudita, o Kuwait, o Qatar, o Bahrein, Omã, e os Emirados Árabes Unidos. Estes países pertencem a uma organização regional de segurança, o Conselho de Cooperação do Golfo, e têm uma história de desenvolvimento muito recente o que, em parte, ajuda a explicar a reação dos governantes desses países aos protestos tanto nos seus países como no Bahrein. São governados pelas mesmas famílias desde há aproximadamente duzentos anos e têm também em comum um passado de extrema pobreza, analfabetismo e vida dura de subsistência no deserto (7).

Até às independências do século XX, a região era um protetorado inglês desde finais do século XIX. A manutenção do império inglês era onerosa e, no final da década de 1960, a Inglaterra decidiu retirar-se da região em 1971, ano em que essas áreas se tornariam independentes. Os líderes tribais das regiões (sheikhs), prepararam-se para essa eventualidade passando boa parte do final dos anos 1960 discutindo os contornos políticos de uma possível união dos seus proto-Estados tribais (sheikhdoms). Esta era, efetivamente, a solução favorecida pela Inglaterra, já que esses pequenos Estados eram considerados demasiado frágeis, econômica e politicamente,

para sobreviverem sozinhos. A sua união era, portanto, considerada essencial para a sobrevivência política e manutenção da independência desses Estados (8). O diálogo político entre os sheikhs não obteve o sucesso esperado e, conseqüentemente, Bahrein e Qatar decidiram tentar a independência separadamente. Os principados de Abu Dhabi, Dubai, Fujairah, Umm al-Quwwayn, Ajman, Sharjah e Ras al-Khaimah continuaram o diálogo e se uniram, no país hoje conhecido como Emirados Árabes Unidos. Tanto o Kuwait como a Arábia Saudita tiveram uma história de desenvolvimento um pouco distinta. Descobriram petróleo antes dos seus vizinhos e começaram, portanto, a desenvolver-se mais cedo. A Arábia Saudita tornou-se um Estado em 1932 e o Kuwait em 1961.

II. AS RELAÇÕES COM O IRÃ Nesse sistema regional, as duas grandes hegemonias são atualmente o Irã e a Arábia Saudita. Os microestados Bahrein, Emirados e Qatar formaram-se à sombra destes dois Estados, cujas políticas muitas vezes ameaçaram as ainda incipientes experiências de construção nacional dos seus pequenos vizinhos. A Arábia Saudita, por exemplo, atrasou o reconhecimento dos Emirados para que pudesse obter vantagens territoriais no processo de delimitação de fronteiras entre os dois países.

O Irã, que em 1971 era ainda uma monarquia, estando a revolução islâmica ainda a oito anos de distância, declarou que a formação de novos países na sua área geográfica de influência constituía um “plano imperialista” para prejudicar a hegemonia iraniana. A independência do Bahrein enquanto país foi, inclusive, contestada com o argumento de que este pertencera, no passado, ao Império Persa. O problema foi solucionado com o envio, em 1970, de uma delegação das Nações Unidas ao Bahrein para investigar as preferências da população. Esta declarou de forma expressiva a sua intenção de não ser parte do Irã, tendo sido, assim, reconhecida e assegurada a soberania do Bahrein (9). Esta questão polêmica regressa com frequência à imprensa devido a notícias oriundas do Irã acerca da soberania deste sobre o Bahrein (10), questão que exerce uma influência decisiva no modo como os governantes dessas monarquias reagiram à Primavera Árabe, como se detalhará mais a seguir.

Nos anos seguintes à revolução iraniana de 1979, as relações entre as monarquias do Golfo e o Irã pioraram de maneira significativa. Isto deveu-se essencialmente ao forte cariz antimonárquico – que surgiu em oposição às políticas do Xá que eram consideradas corruptas e amorais – e revolucionário do movimento. Internamente considerado como uma vitória das massas oprimidas contra um regime repressivo, o novo regime almejava a exportação da revolução para outras partes do mundo, particularmente para os seus vizinhos, e servir de inspiração para as massas oprimidas na luta contra os ditadores. O caráter antimonárquico e revolucionário do novo governo iraniano, o único país xiita da região, assustou os vizinhas monarquias, cuja maioria da população é sunita (11). As últimas temiam que as suas próprias minorias xiitas, incitadas pelo Irã, se rebelassem contra os governantes e ameaçassem assim a

estabilidade política dos seus países (12). Um ano depois da revolução, irrompeu a guerra entre Irã e Iraque, que durou de 1980 a 1988. Indicativo do receio que as monarquias tinham do Irã, elas apoiaram o seu vizinho árabe sunita, o Iraque. Em 1981 formaram o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), uma aliança defensiva que visava facilitar a defesa dos seis países contra potenciais ataques iranianos.

As relações entre esses países e o Irã, ainda que tenham períodos ocasionais de melhoria, são no geral pautados por uma profunda desconfiança. O clima de guerra fria que se vive na região saiu dos bastidores com a divulgação, em finais de 2010, pelo Wikileaks, da comunicação diplomática entre os norte-americanos e vários países árabes. Esta evidenciou, de maneira clara, a extensão das dificuldades de relacionamento entre os países do Golfo Pérsico. Num artigo publicado pelo periódico alemão *Der Spiegel*, na sua edição online em inglês (13), são transcritas as citações atribuídas ao príncipe herdeiro dos Emirados, sheik Mohammed bin Zayed al-Nahyan, ao anterior presidente egípcio Hosni Mubarak, e ao rei Abdullah da Jordânia. A sua transcrição encontra-se abaixo:

“Os iranianos são uns grandes mentirosos.”

“Ahmadinejad é como Hitler.”

“O Irã é como um polvo.”

“O programa nuclear do Irã deve ser parado utilizando todos os meios disponíveis.”

“Bombardeiem o Irã ou vivam com um Irã nuclear.”

Estas citações ilustram de modo cabal como o Irã é entendido pelos seus vizinhos, e de como a ideia de que os protestos no Bahrein constituíam uma estratégia iraniana para desestabilizar a

região, poderia ter surgido. É de referir que nenhum dos governos negou as citações acima (14) e que o Irã acusou os Estados Unidos de fabricação desses documentos (15).

III. A INCIPIENTE “PRIMAVERA KHALEEJI” Como mencionado anteriormente, de todos os países do Golfo, o Qatar foi o único que saiu ileso das ondas populares de protestos. Foi também aquele que teve uma diplomacia mais proativa e visível na defesa das populações árabes com a sua participação, extremamente midiática, na intervenção humanitária na Líbia, tendo sido, inclusive, o único país a fornecer a muito necessária “cara árabe” a essa intervenção. De referir também que o Qatar é a sede da Al-Jazeera, a rede de televisão que desempenhou um papel crucial na divulgação dos movimentos populares. As razões usualmente apontadas para o resguardo do Qatar aos ventos revolucionários é o fato de este ser um país muito rico com uma pequena população nativa, o que permite que os benefícios financeiros sejam distribuídos de forma mais generosa. Por outro lado, a diplomacia ativa do Qatar em vários conflitos na região e a sua postura de defesa dos direitos humanos também é assinalada como uma das razões para a imagem positiva dos qataris em relação ao seu país (16).

OS PAÍSES QUE EFETIVAMENTE INICIARAM PROCESSOS DE TRANSIÇÃO POLÍTICA SÃO AINDA POUCOS EM NÚMERO

Tanto na Arábia Saudita como no Kuwait houve alguns pequenos protestos, particularmente pela minoria xiita, mas também pela população *bidoon*, ou seja, pessoas sem nacionalidade que residem no país. Nos Emirados, cerca de 133 figuras públicas assinaram uma petição encaminhada à liderança requerendo a expansão dos direitos políticos, pedido este que não teve acolhimento favorável. Destaque também para a prisão de cinco *bloggers*, entre os quais um professor universitário, que escreveram acerca do tema. Depois de uma prisão de cerca de oito meses, eles foram finalmente libertados. No início deste ano, um membro da família real do Emirado de Ras al-Khaimah, que escreveu um artigo defendendo essas pessoas, encontra-se hoje em prisão domiciliar (17).

Nos vários países do Golfo, essas duras medidas foram acompanhadas por uma certa abertura política e oferta de benefícios financeiros, como o aumento de salários e de aposentadorias, o que permitiu a manutenção de um certo *status quo*. O governo do Kuwait, por exemplo, decretou que todos os nacionais nascidos até 1 de fevereiro de 2011 receberiam um presente em dinheiro (18).

No Bahrein, os protestos assumiram proporções bastante mais drásticas. O rei do Bahrein, Hamad al-Khalifa, teve algum sucesso em apresentar as manifestações não como demonstrações em prol da democracia, mas sim como produto da interferência iraniana. O fato do Bahrein ser um país alinhado com o Ocidente, assim como o *blackout* informativo imposto, gerou muito menos cobertura midiática dos protestos, em comparação a de outros países com o Egito. Foi o único caso em que o país pediu ajuda estrangeira para controlar as manifestações. O pedido, realizado ao CCG foi atendido e, em fevereiro de 2011, tropas do Peninsula Defense Shield, composta na sua maioria por sauditas, mas também por qataris e emiratis, entraram no país.

IV. O CASO DO BAHREIN Os protestos populares no Bahrein começaram como algo coletivo, sem conotações religiosas sectárias, com pessoas de denominação religiosa tanto xiita quanto sunita nas ruas. Os motivos para as manifestações assemelhavam-se muito aos que, em outros países árabes, levaram as pessoas a protestar por melhores condições de vida e expansão dos direitos políticos, com limitações ao poder absoluto da família real al-Khalifa. Entre os manifestantes havia, naturalmente, grupos que pediam, não uma limitação dos poderes reais, mas a queda da monarquia. O caráter radical dessas demandas assustou muitos dos que aderiram aos protestos, principalmente aqueles que temiam que a radicalização das manifestações e subsequente queda do regime convertesse o Bahrein num Iraque, país que desde a invasão de 2003, e subsequente queda de Saddam Hussein, tem tido dificuldades em estabelecer um processo político confiável devido à desconfiança e à violência sectária.

Como a família al-Khalifa é sunita, e cerca de 60% da população bahraini é xiita, há uma certa desconfiança entre o governo e a sociedade, potenciada pela relação difícil entre o Bahrein e o Irã, pelos motivos já expostos anteriormente. Baseando-se nesse histórico de relacionamentos bilaterais, o Bahrein acusou o gover-

no iraniano de incitar os protestos no seu país, subsequentemente pedindo aos seus vizinhos auxílio para os controlar. A entrada das tropas do CCG motivou reclamações iradas por parte do governo iraniano. Claramente, as monarquias do Golfo temiam que os protestos no país, supostamente inspirados por xiitas e financiados pelo Irã, fossem o primeiro passo para uma onda de desestabilização da região. O que estava em causa, portanto, era a percepção de que existindo uma revolução no Bahrein, existiria um imenso potencial de contágio para o resto das monarquias, que poderia eventualmente levar à sua queda.

Para o governo bahreini, atribuir as manifestações somente à influência iraniana foi um modo de deslegitimar as pretensões dos seus cidadãos e de justificar, externamente, o uso extremo da força que tem caracterizado a ação governamental até agora. Ainda que o governo bahreini esteja tentando desesperadamente projetar uma imagem internacional de regresso à normalidade, as manifestações e a situação de instabilidade continuam há cerca de ano e meio. Em última análise, o conflito no Bahrein, que tem sido caracterizado por um aumento da retórica e das ameaças entre o Irã e a Arábia Saudita com, inclusive, alguns no Irã defendendo uma possível invasão da última, constituiu uma espécie de guerra fria entre as duas hegemonias do Golfo Pérsico, utilizando o Bahrein como campo de batalha. Até o momento, não parecem prefigurar-se alterações ao *status quo*, nem no Bahrein nem no restante dos países.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS Hoje, a continuação da Primavera Árabe parece estar em sério risco. A onda revolucionária que parecia difícil de ser detida há cerca de um ano, está agora muito mais débil. No momento, todas as atenções se concentram na Síria e na resistência do governo de Bashar al-Assad. No Golfo, a situação assemelha-se à de manutenção do

status quo. As monarquias não parecem ter desafios imediatos às suas sobrevivências, apesar dessa aparente paz social ter sido conseguida à custa de medidas enérgicas por parte dos governos. Em meados de 2011, quando parecia que todas as repúblicas cairiam e que apenas as monarquias conseguiriam resistir ao ímpeto revolucionário – não só as do Golfo, mas também Jordânia e Marrocos – houve alguns rumores de que o CCG se expandiria para absorver as últimas. Esses planos foram recebidos com surpresa pelos observadores, considerando que a Jordânia tinha várias vezes requerido a entrada nessa organização regional sem sucesso. O convite ao Marrocos foi ainda mais surpreendente, já que o país se localiza no Norte da África. A sua entrada alteraria, necessariamente, o caráter da organização e também a sua nomenclatura. A proposta gerou também receio entre muitos marroquinos em relação ao que essa união significaria tanto política como socialmente; eles temiam que uma associação próxima com as monarquias conservadoras do Golfo pudesse representar não só um retrocesso do processo político de abertura democrática, como também um renovado conservadorismo social. De qualquer modo, esse convite às duas monarquias fora do Golfo parecia demonstrar o desenvolvimento de algo parecido a um sentimento de identidade

**OS PROTESTOS
POPULARES NO
BAHREIN
COMEÇARAM
COMO ALGO
COLETIVO, SEM
CONOTAÇÕES
RELIGIOSAS**

comum entre as várias monarquias que, ao contrário das repúblicas, tinham sobrevivido. Essas propostas, contudo, não avançaram para além da discussão midiática, e são descritas como tendo surgido de um “impulso do momento”, sendo hoje parte de um certo anedotário da política regional. Se os planos de expansão em direção à Jordânia e ao Marrocos parecem ter esfriado, o mesmo não acontece com planos para uma maior integração entre os atuais membros do GCC. A Arábia Saudita, em particular, tem sido a maior proponente dessa alternativa. Em maio deste ano, o país fez a proposta de forjar uma maior união entre os membros do CCG que foi recebida com bastante cautela pelo restantes dos países. Apesar de haver uma percepção de ameaça comum em relação ao Irã, o receio de uma maior hegemonia saudita parece constituir também um fator de preocupação para os ministérios da Península Arábica. De fato, o único país a receber essa ideia favoravelmente foi o Bahrein e especulou-se na época acerca da possibilidade de se formar uma federação entre esses dois países. A proposta, entretanto, não avançou muito mais e espera-se uma reunião ainda este ano para continuar a discutir tais temas (19).

Vânia Carvalho Pinto é professora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Pesquisadora visitante no Centro de Pesquisas do Golfo no Dubai e no Conselho Supremo para Assuntos da Família em Sharjah, de 2007-2008. Autora do livro *Nation-building, state, and the genderframing of women's rights*, publicado este ano pela Editora Internacional Ithaca Press.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. A palavra “khaleeji” significa “do Golfo”. A transliteração das palavras em árabe segue as regras gerais do *Journal for International Middle Eastern Studies*. Foram privilegiadas determinadas palavras que são mais usuais, como *sheikh* em vez de *shaykh*, e as marcas diacríticas foram retiradas de modo a facilitar a leitura.
2. Para um resumo mais detalhado dos acontecimentos da Primavera Árabe até ao momento, consultar, por exemplo, Carvalho Pinto, Vânia. “La ola de movimientos pro democracia en Medio Oriente: Análisis preliminar de las consecuencias políticas para la región del Golfo Pérsico”. In: Elisenda Ballesté; Manuel Férez. (Org.). *Medio Oriente y Norte de Africa: reforma, revolución o continuidad?*. Ciudad de Mexico: Senado de la Republica Mexicana. 2011.
3. Acerca da persistência do autoritarismo no Oriente Médio, consultar, por exemplo, Schlumberger, Oliver, Org., *Debating arab authoritarianism: dynamics and durability in nondemocratic regimes*. Stanford, Ca.: Stanford University Press. 2007.
4. *Op. cit.*
5. Sobre as perspectivas democráticas para a região, consultar, por exemplo, Anderson, Lisa. “Demystifying the Arab Spring: parsing the differences between Tunisia, Egypt, and Libya”. In: *Foreign Affairs*, Vol.90, nº.3, May/June 2011. Disponível em: <http://www.ssrresourcencentre.org/wp-content/uploads/2011/06/Anderson-Demystifying-the-Arab-Spring.pdf> (Último acesso em 13/08/12).
6. Para mais acerca da inexistência da Primavera Árabe no Qatar, consultar Ulrichsen, Kirsten. “Qatar and the Arab Spring”. 12 abril 2011. Disponível em: <http://www.opendemocracy.net/kristian-coates-ulrichsen/qatar-and-arab-spring> (Último acesso em 20/05/12).
7. Para mais informação acerca das histórias de formação desses países, ver Zahlan, Rosemarie. *The making of the modern Gulf States: Kuwait, Bahrein, Qatar, the United Arab Emirates and Oman*. Reading: Ithaca Press, 1998.
8. Carvalho Pinto, Vânia. *Nation-building, the state, and the genderframing of women's rights in the United Arab Emirates (1971-2009)*, 2012; Zahlan, 1998.
9. Para um resumo dessas questões ver Carvalho Pinto, *op cit*, 2012.
10. Al-Zahed, Saud; Jazaeri, Elia. “Iran’s Khamenei-run newspaper calls for Bahrain annexation after GCC union talks”. *Al-Arabiya*, 16 may 2012. Disponível em: <http://www.alarabiya.net/articles/2012/05/16/214457.html> (Último acesso em 10/08/12).
11. Explicado de modo muito sucinto, a diferenciação sunita/xiita surgiu após a morte do profeta Mohammed com o surgimento de diferenças acerca de quem deveria ser o seu sucessor. Os apoiantes do genro do profeta, ‘Ali, ficaram conhecidos por xiitas, enquanto que os apoiantes de Abu Bakr, discípulo do profeta, ficaram conhecidos como sunitas.
12. Katouzian, Homa. “The Iranian revolution at 30: the dialectic of State and society”. In: *Middle East Critique*, 19(1), p.35-53, 2010.
13. Smoltczyk, Alexander; Zand, Bernhard. “A quiet axis forms against Iran in the middle east”. *Der Spiegel*. 15 July 2010. Disponível em: <http://www.spiegel.de/international/world/0,1518,706445,00.html> (Último acesso em 12/01/12).
14. Smoltczyk, Alexander; Zand, Bernhard. “Interview with Saudi prince Turki bin Faisal ‘America’s credibility is the victim of these leaks’”. *Der Spiegel*. 12 June 2010. Disponível em: <http://www.spiegel.de/international/world/0,1518,733054-2,00.html> (Último acesso em 12/02/12).
15. *CBSNews*. “Iran official: U.S. fabricated WikiLeaks cables.” 12 May 2010. Disponível em: <http://www.cbsnews.com/stories/2010/12/04/world/main7118348.shtml> (Último acesso em 04/03/12).
16. Ulrichsen, *op cit*, 2011.
17. Shah, Angela. “Emirates step up efforts to counter dissent.” 30 May 2012. Disponível em: http://www.nytimes.com/2012/05/31/world/middleeast/united-arab-emirates-step-up-efforts-to-counter-dissent.html?_r=2 (Último acesso em 02/06/12).
18. Gara, Tom. “UAE raises public sector salaries”. FT. 30 November 2011. Disponível em: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/f59357be-1b4e-11e1-85f800144feabd0.html#axzz22mpd2nP8> (Último acesso em 10/08/12); Toumi, Habib. “Kuwait’s parliament endorses \$4 billion gift”. *Gulf News*. 26 January 2011. Disponível em: <http://gulfnews.com/news/gulf/kuwait/kuwait-s-parliament-endorses-4-billion-gift-1.752535> (Último acesso em 09/08/12).
19. Fahim, Kareem; Kirkpatrick, David D. “Saudi Arabia seeks union of monarchies in region”. 14 May 2012. Disponível em: http://www.nytimes.com/2012/05/15/world/middleeast/saudi-arabia-seeks-union-of-monarchies-in-region.html?_r=1 (Último acesso em 09/07/12); *al-Arabiya*. “Gulf Arab countries to discuss unity in September: paper”. 5 August 2012. Disponível em: <http://english.alarabiya.net/articles/2012/08/05/230508.html> (Último acesso em 05/08/12).

A PRIMAVERA DA TUNÍSIA ISLÂMICA: O LEGADO DE BOURGUIBA

Luisa Gandolfo
Tradução de Marianne Frederick

SINOPSE Desde o início da revolução em 2010, a Tunísia entrou numa situação de descontrolo sociopolítico. Após derrubar o regime do ex-presidente Zine El Abidine Ben Ali em janeiro de 2011, os cidadãos tunisianos participaram da primeira eleição direta no final daquele ano. A nomeação do partido islâmico moderado, o movimento Ennahda, trouxe não só a mudança governamental, mas também incitou divisões ideológicas entre a base secularista e a islamita. Enquanto o Ennahda – banido por Ben Ali em 1989 – tem mantido uma postura liberal, a presença crescente do salafismo juntamente com a resposta *laissez-faire* por parte do Ennahda fez surgirem preocupações de que a laicidade da Tunísia poderia sujeitar-se a valores religiosos conservadores. Assim, neste artigo será explorado o papel da fé na política da Tunísia através da dinâmica entre o fundador da Tunísia contemporânea, Habib Bourguiba (1903-2000), e os primeiros movimentos islâmicos. Embora a liberdade tenha sido alcançada sob o jugo, permanece o medo da imposição de outro. Por sua vez, este artigo irá explorar as nuances dentro do regime islâmico e diferenciar os desafios enfrentados pela Tunísia à medida que progride o período pós-revolucionário.

INTRODUÇÃO No mesmo mês em que Habib Bourguiba assumiu a presidência do novo Estado, em julho de 1957, foi publicado um artigo dele na revista americana de estudos políticos, *Foreign Policy*. Enquanto o Ocidente ficava na defensiva quanto à onda comunista emergente, Bourguiba se esforçou para manter a Tunísia firme no canto “não-Vermelho”. O título, “Nacionalismo: um antídoto para o comunismo”, escondia poucas surpresas; numa ode ao nacionalismo, Bourguiba começou com um breve aceno ao comunismo no país através do Partido Comunista Tunisiano (fundado em 1944 sob a orientação dos comunistas franceses) e concluiu o episódio como um erro lamentável, nos dias de pré-independência de um país empenhado em encontrar-se. Como um adolescente em busca de autodefinição, houve erros cometidos no que se refere à fidelidade e ideologia políticas, como ele observa, “Um dos meus primeiros companheiros de luta pela independência é um exemplo disso. [...] Hoje, ele ri de seu erro juvenil e descobre que a sua preocupação com a justiça social está totalmente preenchida com a luta pelo desenvolvimento do seu novo país” (1). De “erro juvenil” para a busca de “justiça social” por meio da “conversão moral” (2) no contexto da construção da nação, o regime de Bourguiba era para ser firmemente enraizado em um nacionalismo exclusivo que, semelhante ao seu caráter geográfico, olharia tanto ao leste como ao oeste, cultural e politicamente.

Durante um recente trabalho de campo no Marrocos, esse sentimento foi perfeitamente captado por um entrevistado em

uma discussão sobre a Primavera Árabe. Desenhando um esboço da Tunísia com duas saídas, ele explicou: “Existe um ditado de que a Tunísia tem duas portas: uma para o Oriente e uma para o Ocidente. Você pode adicionar ainda uma terceira, para a África” (3). Na intersecção da Europa e do Oriente Médio, a Tunísia incorpora as virtudes de sua localização: tolerante, esplendidamente culta e rica em história islâmica e acadêmica, tem mantido um calmo equilíbrio, apesar de ter estado sob duas ditaduras sucessivas. Com a revolta vem a transformação e a Tunísia está avançando lentamente para um papel de destaque na política dos islâmicos; em 1957, Bourguiba agregou o nacionalismo da Tunísia ao desenvolvimento espiritual islâmico como uma base benéfica para o Estado e, ao fazê-lo, enfatizou a importância do Islã na região da Tunísia. Para entender a reticência mostrada contra o Ennahda e o movimento salafista – sem tentar fazê-lo de uma só vez – é preciso entender a natureza do Islã na Tunísia e sua interação prévia com o Estado.

AL MUJAHID AL AKBAR E PÓS-INDEPENDÊNCIA DO ISLÃ

“Nossa preocupação é devolver à religião seu caráter dinâmico” (4).

No comando da nova Tunísia, Bourguiba manteve o equilíbrio de seus papéis de reformista laico e de *al mujahid al akbar*, o “grande guerreiro” que tinha conseguido levar as pessoas a *jihad* (5) santa contra os colonizadores franceses (6). No entanto, o guerreiro não agiu sozinho, o Partido Socialista Destouriano (PSD) realizou reuniões nas mesquitas e *zawiyas*, incentivou os mártires a fazerem orações cinco vezes ao dia, utilizou símbolos islâmicos na retórica política e reanimou as instituições islâmicas na sua luta (7). No entanto, uma vez que a independência foi alcançada, o Islã permaneceu apenas na retórica – para Bourguiba, o Islã do passado poderia ter um pequeno espaço em uma terra que olharia para o norte, para a França, em busca de inspiração social e dignidade.

Vemos que as semelhanças entre as virtudes revolucionárias francesas que Bourguiba visava para a construção do Estado – “progresso, racionalidade e dignidade humana” não são muito diferentes daquelas defendidas posteriormente por Rachid Ghannouchi, líder e fundador do Movimento de Tendência Islâmica (MTI), para quem “a luta pelo Islã é a luta pela liberdade, dignidade, igualdade e progresso” (8). Nos anos que se seguiram, Bourguiba não só desafiou os poderes existentes nas instituições islâmicas, mas esculpiu – e implementou com graus variáveis de sucesso – um novo Islã que serviria aos interesses do regime laico.

Logo após a Primavera Árabe, o bourguibismo experimentou um renascimento e o ex-líder tornou-se sujeito da memória seletiva que se segue a um período prolongado de trauma. Tal qual a esposa, que passou de um mau casamento para o próximo, seguido por uma terceira escolha errônea, o primeiro – após uma reflexão – não parece tão ruim. Considerando o benefício da retrospectiva de várias décadas, o que marcou negativamente os anos Bourguiba é assim subestimado, enquanto, em contraste com a crescente presença islâmica na arena social e política, triunfa o pai fundador da independência,

a secularização da educação, a equidade nos direitos das mulheres e o estabelecimento do Código de Status Pessoal, em 1956, e se mantém como uma ajuda irrestrita.

No entanto, enquanto Bourguiba é enaltecido por certos avanços realizados no início de seu regime, uma compreensão mais profunda do estímulo por trás da (re)construção de um herói nacional como ele se mantém hoje, mais do que no que ele fez depois disto. Olhando mais uma vez para o ressurgimento da religiosidade islâmica, que trouxe o Ennahda ao poder e alavancou subsequentemente o salafismo – bem como a agitação que se seguiu – o supremo secularista representa a Tunísia na qual todas as religiões são praticadas livremente: cristã, judia e muçulmana, bem como a secularista, os ateus e agnósticos. Antes da queda de Ben Ali, havia uma noção comum entre os tunisianos seculares que estabelecia a religião como uma fonte potencial de alteridade – assim, a religião não era discutida. Afinal, justificou um entrevistado, “não importa qual é minha religião, somos todos tunisianos” (9). No entanto, o secularismo não surge de forma orgânica e na lembrança seletiva do tempo de Bourguiba, o autoritarismo e a opressão que o acompanharam são menos reconhecidos.

BOURGUIBA VERSUS ULEMÁ

“Depois de mim, o quê?” (10).

Do final dos anos 1950 até os anos 1960, uma diminuição constante dos ulemás (11) erodiu o poder e a presença dos grupos que haviam fornecido a base de apoio ao PSD. Enquanto o Código de Status Pessoal é considerado uma mudança significativa no progresso dos direitos da mulher, através da reforma do divórcio e do direito matrimonial, além da proibição da poligamia, a frágil interpretação do *fiqh* islâmico (12), ocultou o primeiro passo para o enfraquecimento dos ulemás (13). O movimento era sem precedentes no âmbito dos domínios coloniais (14) e passou o controle do sistema de educação pública para o Estado, conduzindo assim a Universidade al-Zaytouna, de 1200 anos de idade, ao controle do regime, bem como levou a suspender os tribunais religiosos e terminou com a obrigação de cumprir os deveres religiosos (15). Este último seria o catalisador do surgimento do Islã político como Bourguiba abertamente condenou, seja no uso do *hijab* (16), como na observância do Ramadã.

Em 1957, a antiga observância foi proibida nas salas de aula e ridicularizada como um “trapo detestável” infligido às crianças pela “teimosia dos pais”. O *hijab* “não tem nada a ver com religião” (17), justificava Bourguiba. Durante um discurso no ano seguinte, o líder sustentou que o Ramadã seria prejudicial para a produtividade do Estado e que na luta contra o grande inimigo da humanidade – a pobreza – o jejum deve ser limitado, ou abolido (18). Em resposta, o Grande Mufti emitiu um *fatwa* (19) declarando que o jejum poderia ser dispensado apenas em casos de doença ou *jihad* militar e ordens foram dadas pelo regime para os diretores de colégios internos para seus alunos comerem normalmente (20). No início dos anos 70, o novo Islã de Bourguiba não só diminuiu as práticas religiosas tradi-

cionais, como as substituiu por uma visão de fé, que era controlada pelo Estado e que funcionava como porta-voz para disseminar um “tipo certo” de Islã, que iria inspirar os adeptos a não representarem um desafio para o Estado.

O ULEMÁ CONTRA-ATACA: A ASCENSÃO DO ENNAHDA

“Se o governo continua a nos proibir, torturar e bater na prisão, não há nada que deixaremos de fazer. Nós nos recusamos a morrer” (21).

Em 1970, muitos dos ulemás tinham sido presos, exilados ou reprimidos. Para as famílias que restaram, a vida não retomou a normalidade na ausência dos parentes, como Garon observou em uma entrevista com as esposas dos membros exilados do Ennahda: “Vizinhos e parentes estão proibidos de nos dar qualquer assistência. Os membros da milícia inspecionam as latas de lixo das esposas dos presos. Se eles encontram restos de uma boa refeição, contendo carne, a mulher é levada para um interrogatório sobre sua origem” (22). Reunidos sob a liderança de Ghannouchi – que fora exilado na Síria – um grupo de jovens sheiks publicou a primeira edição de *El Maarifa, A consciência*, que abordou o exílio e, mais significativamente, o exílio do Islã na Tunísia (23). Um toque de ironia surge quando ocorre o avanço posterior do MTI que, desde suas origens, foi uma associação sancionada pelo governo e a Sociedade de Preservação do Alcorão (24) com base na Mesquita Zaytouna em 1970, para o Ennahda, o atual governo islâmico.

Foi a menor das renúncias que o movimento islamita teve que fazer desde que teve a oportunidade de emergir. Apesar dos reveses econômicos e da ascensão que o provocador Bourguiba por tanto tempo lutou para reprimir – para não mencionar o início dos seus problemas de saúde – ele continuou a lutar contra o crescimento da crença islâmica. Quando perguntado o que o separava de um islamita, Bourguiba respondeu “quatorze séculos” (25). Milhares de islamitas foram torturados e presos e, em 1981, o governo ratificou uma lei banindo o uso do *hijab* pelas mulheres nos escritórios estaduais, e estabelecendo as bases para o presidente Ben Ali promulgar a Lei 102 que proibiria o véu, considerado “um sinal de extremismo” (26). Ao mesmo tempo, uma série de novos grupos islâmicos surgiu: o Partido Islâmico Shura (ISP), a Tendência Progressista Islâmica (IPT), a Vanguarda Islâmica (IV) e o de Partido de Libertação Islâmica (ILP) (27) de liderança palestina, que abrangiam, em ideologia, da modernização do Islã e sua integração na sociedade e cultura (IPT e Ennahda) (28) à atividade terrorista (IV) e de reestabelecimento do califado (ILP).

Passando de uma tirania a outra sob Ben Ali, em um país que entre 1956 e 2011 não teve nenhuma eleição direta, a vitória dos islamitas não foi apenas uma vitória para o Ennahda, mas para todos os tunisianos. É só olhar para a oportunidade fugaz de participar nas eleições de 1989, para perceber um encorajamento nessa espera: nacionalmente, os islamitas independentes receberam um pouco mais de 14% dos votos, enquanto nas cidades e vilas, eles receberam mais de 30%. Em comparação, o Movi-

mento Democrático Socialista (MDS) recebeu menos de 4%, enquanto que o restante dos partidos teve menos de 1% (29). Desde o nascimento da nação, a Tunísia tem sido espremida entre o secularismo ocidental imposto pelo Estado, e a origem islâmica sustentada pelo povo. Em oposição, o aspecto secular pode ser visto apenas como uma máscara – o Islã sempre esteve lá e, numa dada oportunidade, são eles que mais se beneficiarão da postura do Ennahda, do renascimento econômico e do fim da corrupção, que influenciaram as eleições.

A surpresa que se seguiu à vitória islamita repercute na noção de vingança de Žižek: “Hoje, muitos dos liberais, quando confrontados com os ataques violentos como o recente saque nos subúrbios de Paris, perguntam aos poucos esquerdistas remanescentes que ainda acreditam numa transformação social radical: “Não foram vocês que fizeram isso? É isso que vocês querem?” E nós deveríamos responder [...]: “Não, você fez isso! Este é o verdadeiro resultado de sua política!”(30). Depois de décadas de opressão e marginalização, o movimento islâmico não está apenas politizado, mas afirmando-se mais factível do que antes. Onde antes havia revistas, agora há marchas e, quando presa, a nova geração está queimando as delegacias de polícia. O lado inesperado do secularismo de Bourguiba, que se esforçou para modernizar o país, está gerando hoje mais discórdia, com os oprimidos se tornando os opressores e contrariando os valores que o Ennahda apresentou em 1970.

A PRIMAVERA ISLÂMICA Depois da ida de Ben Ali para a Arábia Saudita, em 14 de janeiro de 2011, as tensões religiosas foram trianguladas entre os islamitas moderados (representados pelo Ennahda), os secularistas e os salafistas jihadistas. O primeiro conflito importante foi exposto exaustivamente na mídia quando o canal de televisão nacional, TV Nessma, exibiu o filme iraniano *Persépolis* em meio a fortes críticas dos círculos islâmicos. A adaptação atraiu a ira através de cenas em que a protagonista e autora, Marjane Satrapi, conversa com Deus. O diretor do canal, Nabil Karoui, foi mais tarde julgado e multado em 2.400 dinares [cerca de 1.200 euros], enquanto Hedi Boughnim, diretor de programação da Nessma, e Nedja Jamal, presidente da organização de mulheres que dublou *Persépolis*, foram ambos multados 1.200 dinares [cerca de 600 euros].

O julgamento, de acordo com Karoui, foi um indicativo da trajetória do país pós-Ben Ali: “Este é um julgamento político”, disse ele. “É o julgamento de 10 milhões de tunisianos que sonhavam ter um país democrático” (31). A área da cultura atraiu não só os islâmicos, mas também os salafistas. Durante meu trabalho de campo, uma peça de teatro de rua seria encenada, em 26 de março de 2012, saindo do Teatro Municipal e seguindo pela Avenida Habib Bourguiba, com atores e cenários para proporcionar entretenimento ao vivo. Era para ser o primeiro do gênero e um passo significativo para a reabertura de uma sociedade na qual as artes tinham estado sujeitas à vontade de instituições imponentes. Infelizmente, no dia os atores não puderam sair do teatro: desde as 7h da manhã, os salafistas começaram a se reunir na torre do relógio e as estradas vicinais fo-

ram bloqueadas por segurança. Escalando a torre do relógio, jovens usando camisetas Nike, barbas longas e bonés bordados penduraram cartazes das grades de metal. Mais adiante, uma multidão foi se juntando, liderada por homens com megafones e acompanhada por mulheres em *niqabs* (32).

Apesar dos atos visíveis – como ocorreram mais tarde na torre do relógio, onde manifestantes corajosos escalaram a torre e desfraldaram a bandeira do califado lá no topo – o mais importante residiu nos atos mais sutis. À medida que se andava com a multidão, um grupo de salafistas se reuniu em torno de um poste decorado com propagandas dos próximos eventos teatrais e musicais. Conforme eles começaram a rasgar com suas unhas os cartazes colados, um velho salafista veio em minha direção para bloquear minha câmera. Quando perguntados sobre o que estavam fazendo, um deles respondeu que eram contra os eventos culturais. Algumas semanas mais tarde, museus e galerias dos bairros da periferia da Tunísia foram atacados à noite por multidões salafistas com coquetéis molotov, incluindo as cidades de Gardimaou e Jendouba. A mensagem era clara: a partir de *Persépolis* até o teatro de rua e as galerias de arte, a cultura tornou-se um campo de batalha com a nova ordem islâmica. Enquanto o movimento se tornou cada vez mais agressivo, representou uma queda infeliz nas últimas etapas da revolução: na sua luta pela democracia, o povo se manifestou e acolheu o Ennahda. O que surgiu, ao mesmo tempo, foi talvez inesperado, não só para o povo tunisino, mas também para o Ennahda em si, que ficou impotente na escalada da violência.

AS PERSPECTIVAS DE (IN)ESTABILIDADE

“Entre os dias da revolução, os portões foram abertos para estudiosos salafistas de todos os tipos. Eles surgiram em toda parte. Se pensou que era liberdade, mas os poucos que tiveram liberdade ilimitada foram os salafistas. Não é liberdade poder escolher a própria religião na Tunísia?” (33)

Quando Bourguiba incorporou o Islã em sua retórica política, ele almejava construir uma nação baseada em valores laicos, mas unidos o suficiente para repelir o apelo do comunismo. O que emergiu foi uma luta entre o movimento islamita e o Estado laico. Antes da Primavera Árabe, surgiu um rompimento dentro do movimento islâmico e trouxe à luz os moderados e os ultraconservadores que ansiavam por ação, ao invés de uma mudança política. Em dezembro de 2006 e janeiro de 2007, um grupo de islamitas conhecido como jihadistas salafistas, associado ao Al-Qaeda, entrou em confronto com a polícia e centenas de islamitas foram presos e 12 assassinados (34). É interessante notar, no entanto, a organização do motim: realizada na região de Soliman e Boumhel, o grupo tinha estrategicamente como alvo essa área e planejou o ataque de forma semelhante ao que ocorreu no início deste ano ao redor da Tunísia. Ao mesmo tempo, surgiram novos grupos nos últimos anos, incluindo o Grupo Salafista para a Pregação e o Combate (GSPC), Ansar al-Sharia fi Tounis, o Grupo de Combate da Tunísia (TCG), cujo líder, Tarek Maaroufi, voltou para a

Tunísia em abril de 2012, após cumprir sentença na Bélgica por múltiplas acusações de terrorismo. Já os pregadores marroquinos salafistas, Hassan Omar e Kettani Hadouchi, foram menos bem sucedidos, pois tentaram entrar no país em maio de 2012 e foram deportados logo na chegada.

Escrevendo antes da revolução, Allani observou premonitoriamente que a sobrevivência do Ennahda dependia de três pontos: a aceitação do sistema de Estado nacional, o sustento da tradição tunisiana de modernização e a adoção de atitudes progressistas no sentido da identidade árabe e islâmica. Se eles falharem nisso, “[o Ennahda] vai estar fora da política. [...] Eles vão continuar a ser marginalizados” (35). Allani escreveu num momento em que a eleição de um governo do Ennahda parecia distante, mas agora ao alcance da mão, os desafios permanecem – com infelizes acréscimos. Após vários meses de novo governo, as questões vão se multiplicando. O Ennahda ganhou por meio dos votos de sua base e dos islamitas marginalizados; depois de décadas de corrupção, determinados setores da sociedade buscam transparência e a restauração da confiança no governo islâmico. Readquirir isso será uma grande façanha e a sua segurança colaborará para o equilíbrio. A economia, desemprego e a educação são setores que continuam problemáticos, mas as tensões sociais sobre crenças religiosas afetam a todas as camadas da sociedade tunisiana.

Bourguiba se esforçou – e até certo ponto falhou – em conciliar o desejo de fundir princípios franceses com a tradição islâmica. Superficialmente funcionou: tanto durante os anos de Bourguiba e de Ben Ali, as comunidades multi-fé da Tunísia viveram em união. Dentro de alguns meses após a queda de Ben Ali, as sinagogas foram atacadas e nos últimos meses, aumentaram as profanações de mesquitas e do Alcorão. Em paralelo, os confrontos entre secularistas, salafistas e os policiais têm se agravado. O desafio imediato do Ennahda é a restauração da paz e da segurança, pois enquanto o movimento fica ocupado negando sua associação aos grupos salafistas, ele precisa engajar os salafistas ao governo para garantir o fim do mal-estar. O Ennahda pode representar os islamitas moderados, mas herdou um país frágil que tem medo de perder a sua natureza estável e progressiva.

A falta de intervenção, até agora, tem denegrado o Ennahda (36), mas medidas estão sendo tomadas. Em junho de 2012, manifestantes provocaram vários tumultos pela cidade após as orações da sexta-feira. Segundo as autoridades, foram feitas 165 prisões e os presos foram julgados pela Lei 2003 antiterrorismo (37). No rescaldo das revoltas na Tunísia, em maio, os comentaristas notaram uma menor brutalidade policial nas marchas salafistas do que nas que envolviam os secularistas. Uma postura mais dura, não apenas controlaria a violência que emana dos círculos salafistas, mas também consolidaria a posição do Ennahda como um regime justo e transparente. No entanto, a opressão, deve ser usada com cuidado: como Weil observou “É difícil ver como poderia brotar das massas, espontaneamente, um sistema oposto ao que os formou, ou melhor, os deformou” (38). Se uma lição pode ser tirada a partir do legado de Bourguiba, é que muita opressão fortalece o que se quer controlar e um futuro de violência salafista não é o que a revolução tem se esforçado para conquistar.

Luisa Gandolfo é professora da cátedra Altajir em estudos sobre recuperação pós-guerra no Departamento de Política e no PRDU da Universidade de York, desde setembro de 2011. Desde 2008, tem publicado nas revistas Mediterranean Politics, Middle East Quarterly, Radical History Review, Middle East Journal and the Arab Studies Journal, sobre a política de identidade na Palestina, Israel e Jordânia. Seu livro de estreia, Os palestinos na Jordânia: a política de identidade será publicado pela IB Tauris.

(*) Este artigo foi traduzido por Marianne Frederick do original em inglês.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Bourguiba, Habib. “Nationalism: antidote to communism”. *Foreign Affairs*. Vol. 35, nº.4. 1957. p.646.
2. Ibid.
3. Ahmed Aydoun, entrevista com o autor, Rabat, Morocco. Fevereiro de 2012.
4. Speech by Habib Bourguiba, 1959. In: Tessler, M. “Political change and islamic revival in Tunisi”, *Maghreb Review* (5) 1980, p.11.
5. *Jihad* significa guerra. Nota do tradutor.
6. Boulby, Marion. Bourguiba “The islamic challenge: Tunisia since independence”. *Third World Quarterly*, Vol. 10, nº. 2. Islam and Politics. (April, 1988) pp.590-614.
7. Ibid.
8. Op. cit., Hermassi, E. “La société tunisienne au miroir islamiste”, *Maghreb-Machrek*, jan/fev/mar 1984, p.54. In: Boulby, “The Islamic challenge”, April, 1988. p.604.
9. Anônimo, entrevista com o autor. Tunis, março de 2010.
10. “Depois de mim, o quê?” foi a resposta de Bourguiba como justificativa para a ausência de eleições em seu governo, insinuando – especificamente para seus eleitores da classe média e alta – que o futuro islâmico não era necessariamente promissor.
11. Ulemás significa teólogos. Nota do tradutor.
12. *Fiqh* islâmico significa jurisprudência islâmica. Nota do tradutor.
13. Boulby, 1988. p. 593. Boulby também constatou a cooptação dos ulemás durante as primeiras reformas: “Enquanto quatorze ulemás rapidamente emitem um *fatwa* com sua decisão legal denunciando a legislação, muitos deles endossaram a legislação e também aceitaram a posição de juízes defendendo o código das novas cortes laicas”.
14. Cf. Toumi, Mohsen. *La Tunisie de Bourguiba à Ben Ali* (Paris: PUF, 1989); Michel Camau, *Pouvoir et institutions au Maghreb* (Tunis: Cères productions, 1978). In: Enhaili, Aziz and Oumelkheir Adda. “State and islamism in the Maghreb”. *Middle East Review of International Affairs*, Vol. 7, nº. 1 (March, 2003). p.69.
15. Enhaili, Aziz and Oumelkheir Adda. “State and islamism in the Maghreb”. *Middle East Review of International Affairs*, Vol. 7, nº.1 (March, 2003). p.69.
16. *Hijab* significa vestimenta islâmica ou burca. Nota do tradutor.
17. Comentário de Habib Bourguiba em *Sfax*, 5 dezembro de 1957. In: Op. cit., Boulby, p. 593.
18. Moore, C. H. *Tunisia since independence*, (Berkeley: University of California Press) 1965, p.59.
19. *Fatwa* significa pronunciamento legal. Nota do tradutor.
20. Op. cit., Boulby, p. 594.

21. *New York Times*, 9 de janeiro de 1984.
22. Op. cit. Garon, Lise. *Dangerous alliances: civil society, the media and democratic transition in North Africa*. (London: Zed Books) 2003. p. 14.
23. Op. cit., Boulby, p. 590.
24. Waltz, Susan. "Islamist appeal in Tunisia". *Middle East Journal*, Vol. 40, nº. 4 (Autumn 1986) pp. 651-670.
25. Kefteji, "The strange return of Habib Bourguiba to Tunisia", 27 de março de 2012. Acesso em 01/06/12 (<http://kefteji.wordpress.com/2012/03/>).
26. El-Issawi, Fatima (2012) *After the Arab Spring: power shift in the Middle East?: the Tunisian transition: the evolving face of the second republic*. IDEAS reports - special reports, Kitchen, Nicholas (ed.) SR011. LSE IDEAS, London School of Economics and Political Science, London, UK.
27. Op. cit., Boulby, p. 602.
28. al-Ghannoushi, Rashid & Jones, Linda G. "Deficiencies in the Islamic Movement". *Islam and the State. Middle East Report*. nº.153. (New York: Middle East Research and Information Project.) 1988. pp.23-24.
29. Soudan, François and Belhassen, Souhayr. "Élections tunisiennes: Ben Ali face aux islamistes". *Jeune Afrique*, 1475. pp.13-15. Para saber mais sobre o impacto das eleições de 1989, veja: Alexander, Christopher. *Tunisia: stability and reform in the modern Maghreb*. (Oxon: Routledge) 2010.
30. Žižek, Slavoj. *Violence: six side-ways reflections*. London: Profile Books Ltd. 2008.
31. *Al Arabiya*. "Tunisian court fines TV director for screening *Persepolis*". 3 de maio de 2012. Acesso em 30 de maio de 2012 (<http://goo.gl/M5rQq>).
32. *Niqabs* significa véu que cobre todo o rosto, exceto os olhos. Nota do tradutor.
33. "Martin" comentando sobre "The yoga debate in Tunisia", *Tunisia Live*, 21 de abril de 2012. Acesso em 22 de abril de 2012 (<http://goo.gl/OLmKM>).
34. Allani, Alaya. "The islamists in Tunisia between confrontation and participation: 1980-2008". *The Journal of North African Studies*, Vol. 14, nº. 2. 2009. pp. 257-272.
35. Ibid.
36. *Middle East Online*. "Ennahda pays price of its own policy of salafists 'over-pampering'". 13 de junho de 2012. Acesso em 1 de julho de 2012. (<http://goo.gl/EbTMW>).
37. *Middle East Online*. "Ennahda-led gov to go tough on salafist rioters". 13 de junho de 2012. Acesso em 1 de julho de 2012. (<http://goo.gl/ewzIQ>).
38. Weil, Simone. *Oppression and liberty*. London: Routledge and Kegan Paul Ltd. 1958.

A POLÍTICA EXTERNA RUSSA E A PRIMAVERA ÁRABE: AMBIVALÊNCIA NUM CONTEXTO EM MUDANÇA

Maria Raquel Freire

O Oriente Médio tem ganhado cada vez mais relevância na política externa russa, não só pelo maior envolvimento de Moscou no quadro negocial do conflito israelense-palestino (1), mas também pelos desenvolvimentos mais recentes no mundo árabe e que marcaram profundamente o ano de 2011 com as revoluções da denominada Primavera Árabe. Especialmente a partir de meados da década de 1990, o Oriente Médio assumiu um lugar relevante na agenda de política externa russa. Após a instabilidade inicial que se seguiu à desagregação da União Soviética, a Rússia redefiniu os princípios da sua política externa e retomou contatos anteriores. As relações com alguns dos Estados do Oriente Médio, como por exemplo a Síria ou a Líbia, eram e permanecem importantes. Essa importância reflete-se em termos políticos, mas essencialmente econômicos e militares (o comércio de armamento, por exemplo, é significativo), como veremos adiante.

Este texto analisa a postura russa face às revoluções e protestos no mundo árabe e ao modo como essas alterações têm sido percebidas em Moscou. Nesta perspectiva, será atribuído particular enfoque às decisões e ações da Rússia, particularmente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e nas suas relações com alguns desses Estados, especialmente a Líbia e a Síria, com quem Moscou tem tradicionalmente mantido relações de cooperação. O texto argumenta que a Rússia tem prosseguido uma política ambivalente na forma como tem respondido ao desenrolar dos acontecimentos, ora assumindo uma postura de distanciamento, ora de envolvimento, mas procurando gerir a sua posição no sentido de ganhar margem de manobra para o prosseguimento dos seus interesses de política externa. Essa ambivalência tem sido lida quer como sinal de hesitação, quer como uma forma de projeção dos interesses russos, em contextos ainda em definição.

POLÍTICA EXTERNA RUSSA: PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES Pouco tempo após a sua eleição como presidente da Rússia em 2008, numa entrevista muito midiaticizada, Dmitry Medvedev sintetizava o que entendia como os cinco princípios fundamentais da política externa russa.

Estes incluem, primeiro, o primado do direito internacional, pressuposto que implica um papel de relevo para as Nações Unidas na manutenção da ordem e segurança internacional. Este princípio é central na leitura que a Rússia faz do Conselho de Segurança, órgão onde detém assento permanente e direito de veto, enquanto legitimador de decisões fundamentais em matéria de segurança (2). Este

pressuposto é da maior relevância para a análise do posicionamento russo face à Primavera Árabe.

Segundo, a consolidação de uma ordem internacional multipolar, objetivo de política externa veiculado já de forma articulada no segundo mandato da presidência de Boris Ieltsin, e que se consolidou nas presidências de Vladimir Putin (2000-2008) e Dmitry Medvedev (2008-2012). De fato, é interessante notar como Putin argumentava a favor de uma ordem multipolar, num discurso muito centrado num exercício de contrapeso à hegemonia dos Estados Unidos da América (especialmente no segundo mandato presidencial, 2004-2008); e Medvedev após a guerra na Geórgia no verão de 2008 reformula o discurso assumindo que a ordem internacional é multipolar, com os EUA perdendo a sua primazia, e outros polos emergindo no sistema internacional, incluindo a China, a União Europeia (UE) e a Rússia. Essa alteração no discurso reflete também o entendimento em Moscou de que a Rússia recuperou o seu status de grande potência e que este é reconhecido internacionalmente.

Terceiro, a promoção de uma política não confrontacional e não isolacionista, no reconhecimento de um mundo globalizado onde a Rússia é um ator simultaneamente autônomo e dependente, seja de alianças estáveis, seja de mercados seguros (por exemplo, em relação aos seus recursos energéticos).

Quarto, um princípio que mantém forte tradição na Rússia e que tem estado desde sempre muito presente na retórica política – a proteção das diásporas –, princípio este que também vai assumir relevância particular nas relações com o mundo árabe.

Por fim, quinto, o reconhecimento de áreas de influência, descritas como “regiões prioritárias” na política externa. O espaço pós-soviético, especialmente a Comunidade de Estados Independentes (CEI), é referenciada nos documentos fundamentais como área vital para os interesses russos. Nota-se, ainda, que o presidente Medvedev introduz o que denomina de novo vetor de política externa, centrado na inovação, investigação e desenvolvimento tecnológico, traduzido em políticas de modernização que acabam por ser transversais aos objetivos fundamentais da política russa, nomeadamente a tradução de estabilidade e crescimento interno numa política externa afirmativa.

No conjunto desses princípios é interessante notar como o cruzamento desses alinhamentos se faz em torno do objetivo central de projeção do status da Rússia no sistema internacional. O posicionamento face a uma ordem multipolar e aos princípios de ordenamento da Organização das Nações Unidas, e do direito internacional, traduzem, ainda que implicitamente, a preocupação da Rússia com organizações regionais a potencialmente assumirem funções e responsabilidades que entende estarem fora do seu alcance. A referência é claramente a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e a postura de contenção que a Rússia tem assumido em relação ao papel interventivo desta no plano internacional. A questão dos bombardeios da Otan na Sérvia em 1999, sem mandato das Nações Unidas, foi fortemente criticada pela Rússia e, mais recentemente, a intervenção na Líbia gerou também reações de contestação. Além

do mais, a questão do alargamento da Otan ao espaço pós-soviético tem sido entendida na Rússia como contrária aos seus interesses. Implicaria um afastamento desses Estados da órbita de influência russa, e uma aproximação dos recursos militares da Otan ao seu território. Neste sentido, a Doutrina Militar Russa de 2010 refere de forma explícita que o alargamento da Otan às fronteiras russas constitui uma ameaça (3).

Apesar desse documento dever ser lido no contexto em que foi produzido, nomeadamente no quadro da discussão sobre a possibilidade de a Aliança Atlântica oferecer planos de ação para adesão à Geórgia e Ucrânia, opção duramente criticada pela Rússia, a sinalização que é feita merece ser destacada. Paralelamente, a proposta de um Tratado de Segurança Europeia (4) que o presidente Medvedev lançou em junho de 2008, objeto de acolhimento parco no Ocidente, demonstra também essa política de contenção em Moscou face à Aliança Atlântica. A proposta avança que a Otan, tal como outros organismos internacionais de segurança, como a Organização do Tratado de Segurança Coletiva, já chamada de “Otan do leste”, devem estar sujeitos às Nações Unidas enquanto órgão primário na definição e manutenção da segurança internacional.

Apesar dessa preocupação declarada com as regras e princípios do direito internacional, a Rússia é acusada nos meios ocidentais de violar direitos fundamentais, sendo a guerra na Geórgia, em agosto de 2008, motivo de discórdia. Lida pelos georgianos como ação de ocupação ilegal de território não russo, violando as fronteiras e soberania da Geórgia, a intervenção foi justificada pelo Kremlin como respondendo às violações sistemáticas dos direitos fundamentais das populações de minoria russa nas repúblicas separatistas da Abcázia e Ossétia do Sul. O

resultado foi o reconhecimento unilateral da independência dessas duas repúblicas pela Rússia. Este exemplo demonstra como o cruzamento dos princípios fundamentais de política externa de Moscou leva, por vezes, a incongruências e medidas diferenciadas de acordo com os contextos, numa lógica de projeção de poder e influência da Rússia.

A RÚSSIA E A PRIMAVERA ÁRABE Os acontecimentos no norte de África têm causado alguma ambivalência na política russa, que se tem revelado reativa face ao desenrolar dos eventos. Assumindo, inicialmente, uma postura cautelosa muito assentada num discurso que exprime preocupação com as minorias russas, por exemplo no caso das manifestações no Egito contra o regime dominante, a Rússia apenas fez declarações oficiais seis dias depois do início das manifestações, centrando-se essencialmente na questão da diáspora. Medvedev, inclusive, telefonou a Hosni Mubarak, naquela altura presidente do Egito, em 3 de fevereiro de 2011, com votos de que a situação rapidamente se normalizasse e revelando preocupação com os cidadãos russos no Egito (5). É interessante notar o reconhecimento de Moscou face à sua falta de capacidade para influenciar os acontecimentos, admitida explicitamente por

**ACONTECIMENTOS
NO NORTE DA
ÁFRICA TÊM
CAUSADO
ALGUMA
AMBIVALÊNCIA
NA POLÍTICA
RUSSA**

Medvedev, e atestada na visita do ministro dos Negócios Estrangeiros adjunto e também enviado especial para o Oriente Médio, Alexander Sultanov, ao Egito (6). Além do mais, no dia 12 de fevereiro, Medvedev num comunicado expressava a sua vontade de que os processos democráticos no Egito fossem restaurados e que os procedimentos eleitorais legítimos, aplicados. Acrescentava ainda a importância de manter a harmonia e a concórdia inter-religiosa, e referia o fato de um Egito forte ser fundamental no processo de paz do Oriente Médio (7).

Na página presidencial são poucas as informações a esse respeito, o que demonstra exatamente qual a preocupação central (diáspora russa nos Estados do Oriente Médio e instabilidade no Cáucaso do Norte), revelando tratar-se de uma área que vem assumindo maior relevância nas políticas russas, e que permite também melhor compreender os limites em termos de capacidade de influência russa perante o desenrolar dos acontecimentos. Na Tunísia, a posição do país foi sensivelmente a mesma, uma vez que os interesses russos nesses países são reduzidos, pelo que advogou sempre uma solução essencialmente local, baseada em negociações e restauro da ordem, permitindo espaço para implementar reformas estruturais entendidas como fundamentais face às exigências de maior abertura e participação popular.

No entanto, a evolução dos acontecimentos levou a Rússia a redefinir a sua postura hesitante e a tomar decisões pragmáticas. Independentemente do desfecho dos protestos e convulsões sociais, a Rússia poderia assim tomar posição e ser parte integrante de negociações e novos ordenamentos que eventualmente pudessem daí resultar. No caso líbio, por exemplo, a Rússia reconheceu o Conselho de Transição Nacional após duras críticas à intervenção ocidental descrita por Vladimir Putin como uma “cruzada medieval”, e a oferta de bons ofícios na mediação entre Khadafi, os rebeldes e o Ocidente (8). No caso da Síria, houve uma disponibilidade para se reunir com os líderes da oposição, procurando assumir um papel de mediadora, importante quer na forma como o seu posicionamento é lido em termos internacionais quer no retorno político e econômico, que essencialmente poderá resultar desse envolvimento (9).

Os acontecimentos no norte da África devem ser contextualizados no quadro das ameaças do extremismo islâmico e terrorismo transnacional, definidas como prioritárias na Rússia (Doutrina Militar, 2010). De fato, o primeiro ministro Vladimir Putin comentou que o que se tem passado no norte de África, e os desenvolvimentos em particular na Líbia, podem causar instabilidade em particular no Cáucaso do Norte. Referia-se às repúblicas russas da Chechênia, Daguestão, Inguchétia, Kabardino-Balcária, entre outras, onde a instabilidade existente sublinha o desejo de independência face à autoridade central em Moscou. O alastrar dos ideais revolucionários de mudança, num quadro onde a questão do islamismo é bastante delicada, como é o caso nessa região, é preocupante para as autoridades russas. Nessa área, as pretensões de formação de uma república islâmica do Cáucaso, envolvendo a Chechênia, Inguchétia, Dagues-

tão e Kabardino-Balcária, entre outras, são conhecidas e estão sob escrutínio apertado das autoridades em Moscou. Além do mais, Medvedev foi muito claro ao expressar receio de que as novas lideranças no pós-revolução possam ser assumidas por líderes islâmicos fanáticos, um cenário que, no seu entender, levaria à fragmentação e fragilização de toda essa região do norte de África, significando instabilidade duradoura e mesmo extremismo nos anos vindouros (10). Medvedev usou o exemplo da Irmandade Muçulmana no Egito para justificar a atenção necessária ao período pós-revolução e ao *status quo* que será estabelecido.

Uma outra dimensão que Putin sublinhou, ainda diretamente ligada à instabilidade nessa área, é a das relações energéticas e o modo como a Rússia procura se reposicionar no mapa da geopolítica energética como parceiro de confiança, em particular nas relações com a UE, uma vez que algumas linhas de abastecimento foram objeto de ruptura, dada a turbulência nessa área mediterrânea. Foi uma oportunidade para a Rússia aprofundar as relações energéticas com os parceiros europeus, que não foi desaproveitada.

A LÍBIA E A SÍRIA: ALIADOS TRADICIONAIS DA RÚSSIA NO ORIENTE MÉDIO

A Líbia e a Síria são dois países cujas relações com a Federação Russa têm sido tradicionalmente de proximidade. A Rússia detém interesses diretos nesses países e, no caso concreto da Líbia, especialmente na área comercial, incluindo venda de armamento (na ordem de US\$4 bilhões), e a nível energético (por exemplo, através do envolvimento da Gazprom e da italiana ENI na empresa petrolífera líbia). As relações comerciais nesses dois níveis eram muito significativas, pelo que os acontecimentos e a instabilidade associada foram motivo de preocupação na Rússia, que tem seguido atentamente o desenrolar da situação de modo a garantir a sua participação na nova ordem a ser estabelecida.

Além da dimensão econômica associada às relações existentes, a dimensão política no que concerne ao aumento do controle russo dos recursos na área, como pressão sobre a Europa, também seria afetada, com implicações na estratégia russa de criação de dependências e diminuição da capacidade de diversificação da UE. Veja-se como, na defesa desses interesses fundamentais, a posição inicial contra qualquer intervenção contra as forças de Khadafi foi alterada quando a Liga Árabe e os Estados Unidos fortaleceram o discurso sobre a necessidade de intervenção.

Nessa altura, e face à incapacidade em travar a intervenção, a Rússia absteve-se na votação da resolução 1973 no Conselho de Segurança das Nações Unidas (11) que permitiu a intervenção ocidental, sendo que pouco depois as críticas à mesma eram já severas. Putin comentava que o Ocidente estava levando a cabo “uma cruzada medieval” (12). Medvedev criticou essas declarações, permitindo assim campo de manobra à diplomacia russa caso a alteração no poder se confirmasse, ao mesmo tempo que sublinhava o descontentamento russo com uma intervenção que ia além da formulação do seu mandato, ao permitir a derrubada de um regime contrário às vontades

**A RÚSSIA
RECONHECEU O
CONSELHO DE
TRANSIÇÃO
NACIONAL APÓS
DURAS CRÍTICAS
À INTERVENÇÃO
OCIDENTAL**

ocidentais. Nas palavras do ministro dos Negócios Estrangeiros russo Lavrov, “a experiência do Iraque, Afeganistão, e também da Líbia, demonstra que, em última instância, apenas as próprias populações podem escolher o futuro dos seus próprios países”, acrescentando ainda que “a intervenção externa armada em conflitos internos cria um risco de escalada dos confrontos nessas partes do mundo. Se esse tipo de projeção da força se torna mais comum, estaremos perante uma verdadeira ameaça de caos nas relações internacionais” (13).

Em 1 de setembro de 2011, a Rússia reconheceu o Conselho de Transição Nacional Líbio como órgão de liderança legítimo. Nesse mesmo dia, acontecia a conferência de líderes para discutir os apoios internacionais no processo de transição, onde a presença da Rússia era entendida em Moscou como incontornável (14). Essa decisão segue o entendimento de que estariam reunidas as condições para que a Rússia pudesse renegociar os seus interesses econômicos com as novas autoridades, de forma a proteger esses mesmos interesses.

Relativamente à Síria, a aproximação russa consolidou-se após o isolamento a que o país foi votado na sequência da resolução 1559 do Conselho de Segurança, de dezembro de 2004, em resultado das ações no Líbano (15). No caso particular da Síria, a Rússia não permitirá um cenário do tipo Líbia. As dificuldades vividas têm sido descritas como um assunto interno, posição em que a Rússia tem o apoio chinês no Conselho de Segurança e, segundo fontes russas, deve-se aguardar o tempo necessário para que as reformas anunciadas por al-Assad possam efetivamente ser implementadas. Apesar do aumento significativo de violência no país, a diplomacia russa mantém a posição de que o regime deve persuadir a oposição a negociar uma solução aceitável para ambas as partes. Note-se que, no quadro geoestratégico do Oriente Médio, a Síria é um bom comprador de armas da Rússia, bem como local de investimentos russos em infraestrutura e turismo, e o Irã permanece um dos países aliados da Síria, o que interessa a Moscou. Em 4 de outubro de 2011, a Rússia e a China vetaram uma resolução de condenação do regime face à resposta violenta sobre os manifestantes que causou quase 3 mil mortos, onde se mencionava uma possível tomada de “medidas direcionadas” (16). A Rússia argumenta que uma resolução nesse sentido possa abrir caminho a uma nova intervenção ocidental, o que os Estados Unidos e a UE rejeitam. A nova resolução proposta com cunho da Liga Árabe, em finais de janeiro de 2012, e que visa a retirada de al-Assad do poder de modo a permitir a realização de eleições, foi vetada pela Rússia e China no dia 4 de fevereiro de 2012 (17). A concordância desses dois países dependia da formulação final, que teria de excluir explicitamente o uso da força militar (18). Note-se que, além dos interesses comerciais mencionados (armamento, em particular), a Rússia explora uma base militar no porto sírio de Tartous, e essa tem sido apontada como possível solução para o estacionamento da frota do Mar Negro quando terminar o acordo com a Ucrânia. O acesso aos mares quentes – Mediterrâneo – permitiria também reequacionar rotas e aumentar influência numa área de interesse estratégico multidimensional, objetivos subjacentes às decisões de política externa russa nessas matérias.

CONCLUSÃO O posicionamento russo perante a Primavera Árabe, apesar de alguma relutância no início das manifestações, foi assumindo uma postura mais interventiva, não num sentido de envolvimento direto, mas antes de assegurar condições favoráveis à manutenção de interesses econômicos claros na área, independentemente do desfecho das revoluções. A ambivalência entre avanços e recuos, abstenção e críticas, traduz a gestão constante de contradições numa lógica de maximização dos objetivos russos no Oriente Médio. Além do mais, os receios de contaminação, em particular na zona do Cáucaso do Norte, têm também motivado uma política cautelosa, mas atenta, de Moscou.

É interessante, ainda, notar as comparações que têm surgido entre esses movimentos revolucionários em prol de mudança frente a regimes autoritários, com o próprio processo de transição da União Soviética para uma nova realidade, onde surgem, no mapa mundial, quinze novas repúblicas, com destaque particular para a Federação Russa. Os paralelos traçados têm incidido sobre o fato de, em ambos os casos, estarmos perante regimes de caráter centralizado e autoritário, dominados por partidos de poder (partidos únicos sem verdadeira oposição), e aparelhos de segurança coesos, que apoiam fortemente a manutenção do *status quo*. Contudo, as diferenças são várias e prendem-se ao tipo de organização social vigente, refletida por exemplo ao nível da percentagem de desempregados nessa área, muito superior à da então União Soviética. São visíveis também no processo de transição durante os anos Ieltsin, um processo com contornos diferenciados daqueles a que assistimos no mundo árabe, onde os alinhamentos ideológicos e o passado histórico têm um impacto diferencial claro. E ainda no fato de uma nova ordem centralizada e autoritária delineada por Putin e prosseguida por Medvedev, que trouxe estabilidade e crescimento, ter encontrado apoio junto da população (apesar de alguma contestação pós-processo eleitoral de dezembro de 2011 na Rússia) (19), sendo que no mundo árabe a população se rebelou contra o autoritarismo dirigista de longos anos, fatores que tornam o mapeamento dessas transições diverso.

Da análise feita, parece claro que a tensão entre interesses concorrentes e a necessidade de tomada de uma posição firme, que marca a definição da política externa da Rússia, traduz em vários momentos uma imagem ambivalente e mesmo incoerente das suas políticas, que, no entanto, muitas vezes não representa mais do que isso mesmo. Isto é, uma diplomacia ativa que amplia o seu espaço de manobra e de resposta a desenvolvimentos incertos em contextos complexos, como o que tem se passado no norte de África. A política russa é objetiva e pragmática, pelo que a Rússia está claramente desenvolvendo esforços no sentido em que os seus interesses sejam tidos em conta, a sua influência seja protegida e projetada, e o seu papel, enquanto ator relevante no sistema internacional, reconhecido.

Maria Raquel Freire é pesquisadora do Centro de Estudos Sociais (CES) e professora de relações internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal. Doutora em relações internacionais pela Universidade de Kent, Reino Unido.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. O conflito israelense-palestino não é objeto de análise deste texto. Fica a anotação de que, em relação à participação russa no Quarteto e à questão da Palestina, a Rússia já assumiu que apoiará uma resolução favorável à constituição da Palestina como Estado autônomo ("Russia to back Palestinian UN bid for statehood", *RFE/RL*, 12 setembro 2011). Esta decisão está de acordo com os alinhamentos políticos russos nessa questão. Veja-se, por exemplo, o conceito de política externa de 2008 onde está explícito que a Rússia pretende contribuir para a estabilização da situação, através da negociação de um acordo que estabeleça um Estado palestino independente. Note-se, no entanto, que a Rússia mantém relações com Israel, colaborando em matéria de contraterrorismo, em nível comercial e em termos tecnológicos, incluindo equipamento militar, especialmente meios aéreos. Essa duplicidade levou o ministro dos Negócios Estrangeiros, Lavrov, a comentar em 2004 que a política russa "nem é pró-árabe nem pró-israelita, tem por objetivo defender os interesses nacionais russos" (Lavrov, citado em Sergey Borisov, "Russia and Israel to join forces in anti-terrorist cooperation", *Pravda*, 7 setembro 2004).
2. "Russia's position at the 64th Session of the UN General Assembly", Abertura da sessão em 15 de setembro de 2009, Nova York, disponível em <http://www.un.int/russia/new/MainRoot/docs/interview/pos64en.htm> (acesso em setembro de 2012).
3. Doutrina Militar Russa (2010), disponível em http://merln.ndu.edu/whitepapers/Russia2010_English.pdf (acesso em setembro de 2012).
4. "The draft of the European security treaty", president of Russia homepage, 29 novembro 2009, disponível em <http://eng.kremlin.ru/news/275> (acesso em setembro de 2012).
5. "Telephone conversation with president of Egypt, Hosni Mubarak", resident of Russia homepage, 3 fevereiro 2011. Disponível em <http://eng.kremlin.ru/news/1722> (acesso em setembro de 2012).
6. "Russia is impotent when it comes to influencing events in Egypt, but it doesn't care", *RFE/RL*, 11 fevereiro 2011.
7. "Statement by the president of Russia on the situation in Egypt", president of Russia homepage, 12 fevereiro 2011. Disponível em <http://eng.kremlin.ru/news/1768> (acesso em setembro de 2012).
8. Brenton, Anthony, "Russia and the 'Arab Spring'", *RFE/RL*, 23 março 2011.
9. Schwirtz, Michael, "Russia says Syria has agreed to talks", *The New York Times*, 30 janeiro 2012.
10. "Medvedev warns against 'fanatics' coming to power in Arab World", *RFE/RL*, 22 fevereiro 2011.
11. Resolution 1973 (2011) Adopted by the Security Council at its 6498th meeting, on 17 march 2011, S/RES/1973 (2011), em particular os parágrafos 8 e 9, disponível em <http://pt.scribd.com/doc/51224524/UNSCR-1973> (acesso em setembro de 2012).
12. Brenton, Anthony, "Russia and the Arab Spring", *RFE/RL*, 23 março 2011.
13. Balmforth, Tom, citando Lavrov numa intervenção na Moscow State University for International Relations, "Russia plays damage control in last-ditch effort to save business interests in Libya", *RFE/RL*, 2 setembro 2011.
14. Gutterman, Steve, "Russia recognizes Libya's Transitional Council", *Reuters*, 1 setembro 2011, disponível em <http://www.reuters.com/article/2011/09/01/us-libya-russia-idUSTRE7800WS20110901>. Irish, John, "Libya looks to oil as rebuilding begins", *Reuters*, 2 setembro 2011, disponível em <http://www.reuters.com/article/2011/09/02/us-libya-conference-idUSTRE7810J820110902> (acesso em setembro de 2012).
15. Resolution 1559 (2004) Adopted by the Security Council at its 5028th meeting, on 2 september 2004, S/RES/1559 (2004), disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/Undoc/GEN/N04/498/92/PDF/N0449892.pdf?OpenElement> (acesso em setembro de 2012).
16. "Medvedev tells Syrian leaders to reform or leave", *RFE/RL*, 7 outubro 2011.
17. "China e Rússia vetam resolução da ONU que condenaria violência na Síria", *Público*, 4 fevereiro 2012, disponível em http://www.publico.pt/Mundo/china-e-russia-vetam-resolucao-da-onu-que-condenaria-violencia-na-siria_1532262; "Syria: UN veto gives Assad licence to kill - opposition", *BBC News*, 5 February 2012, disponível em <http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-16893609> (acesso em setembro de 2012).
18. Palavras de Vitaly Churkin, Embaixador russo nas Nações Unidas, citado em Ditz, Jason, "Russia reiterates: UN Syria resolution will be vetoed", 1 fevereiro 2012, disponível em <http://news.antiwar.com/2012/02/01/russia-reiterates-un-syria-resolution-will-be-vetoed>. Ver também Robbins, James, "Western nations pressing Russia on Syria UN resolution", *BBC News*, 2 fevereiro 2012; "Lavrov defends Russian arms supplies to Syria", *RIA Novosti*, 4 fevereiro 2012, disponível em <http://en.rian.ru/world/20120204/171137441.html> (acesso em setembro de 2012).
19. Para esta discussão ver, por exemplo, Brenton, Anthony, "Russia and the Arab Spring", *RFE/RL*, 23 março 2011.

A TURQUIA E A PRIMAVERA ÁRABE

André Barrinha

Ao contrário do que a visão comum da Turquia como “ponte” entre o Ocidente e o Oriente poderá deixar transparecer, a relação de Ancara com os seus vizinhos do sul, tem historicamente sido mais marcada pela desconfiança e antagonismo do que pela amizade e cooperação. Nos últimos anos, contudo, a Turquia tem apostado numa aproximação política, econômica e cultural aos países do Oriente Médio (1) no sentido de inverter esse padrão de relacionamento. A ascensão política do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP) e o forte crescimento econômico que a Turquia tem vivido na última década ajudam a explicar essa mudança de atitude que, por sua vez, tem passado pelo estabelecimento de laços de confiança com os regimes políticos desses países. As revoluções da Primavera Árabe, que têm contribuído para a mudança do panorama político da região, levaram à deposição de alguns desses regimes com os quais Ancara mantinha um relacionamento estável, obrigando a Turquia a readaptar a sua estratégia para com o mundo árabe.

Neste artigo procuraremos analisar a evolução recente das relações entre a Turquia e os seus vizinhos do Oriente Médio, com particular destaque para o papel de Ancara no contexto da Primavera Árabe. Assim, começaremos por salientar as principais mudanças ocorridas na política externa turca desde o final da Guerra Fria, para em seguida analisarmos o período que decorre de 2002 até aos nossos dias, marcado pelo domínio político do AKP e, em termos internacionais, pela “doutrina Davutoglu”, um conjunto de princípios desenvolvidos pelo ministro das Relações Exteriores da Turquia, Ahmet Davutoglu, que estão na base da atual orientação da política exterior turca. Por fim, olharemos para o papel que a Turquia tem desempenhado na Primavera Árabe, analisando até que ponto a mudança de regimes nessa região do mundo pode ou não levar à ascensão do país como o principal polo de poder na região.

DE FRONTEIRA DA ALIANÇA ATLÂNTICA A POTÊNCIA EMERGENTE: A TURQUIA DO PÓS-GUERRA FRIA

Surgida dos escombros de um Império Otomano dividido pelas potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial, a República Turca liderada por Mustafa Kemal “Ataturk” passou as suas primeiras décadas de existência negociando com o seu passado, tentando construir uma nova identidade nacional, distinta do passado otomano, o que implicou não só na redefinição do papel da religião no Estado, como no papel do Estado na região circundante, recém-independente de Constantinopla. Deixando para trás um vasto império assente no Islã, a Turquia era agora uma República laica, territorialmente restrita a pouco mais que a península da Anatólia. As reformas internas levadas a cabo por Ataturk foram vastas e profundas, como a declaração do fim do califado (1924) ou a definição de

uma língua turca assente no alfabeto latino, pelo que a política externa turca tinha como preocupação central evitar que dinâmicas externas interferissem no processo de construção do Estado turco. A neutralidade turca durante a Segunda Guerra Mundial derivou exatamente dessa vontade em se manter afastada das externalidades negativas das relações internacionais.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a redefinição da distribuição de poder no sistema internacional – com os EUA e a União Soviética assumindo-se como principais polos de dois blocos ideológicos antagonísticos – a Turquia optaria pela adesão ao bloco ocidental. Na verdade, a Turquia revolucionária entrava agora numa fase de maior estabilidade interna, que levaria à abertura democrática com a realização de eleições regulares a partir de 1946. Externamente, a Turquia passava assim a ter um comportamento mais ativo, o que levaria à sua participação na Guerra da Coreia, em 1950, e dois anos mais tarde à proclamação da Doutrina Truman e consequente adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Em nível regional, a Turquia tentou uma aproximação às suas ex-colônias, através da criação de um acordo de segurança regional, o Pacto de Bagdá, assinado em 1955 (2). A recusa de vários países em fazer parte do mesmo demonstrou à Ancara que esta não era particularmente bem-vinda ao Oriente Médio.

Com inimigos na fronteira ocidental (Grécia e Bulgária) e norte (União Soviética) e com um relacionamento limitado com os restantes países limítrofes, ao que se pode juntar um longo período de instabilidade política interna (que levou as forças armadas turcas a intervir por três vezes, entre 1960 e 1980, no rumo da vida política do país), a política externa turca durante a Guerra Fria foi sobretudo marcada por um comportamento reativo. Foi assim, por exemplo, no Chipre em 1974, onde sob o pretexto de proteger a minoria turca no país, a Turquia desencadeou uma operação militar que culminou na ocupação da parte norte da ilha, estando esta dividida até aos dias de hoje.

O principal papel internacional que a Turquia desempenhou durante esse período foi, portanto, o de ponta-de-lança da Aliança Atlântica: uma fronteira fortificada contra a ameaça soviética. O fim da Guerra Fria e a desintegração do Bloco do Leste implicou também o fim desse papel da Turquia. Tal como a Otan, também a Turquia necessitava de um novo rumo. Com a exceção de aproximações pontuais aos recém-independentes países da Ásia Central, na primeira metade da década de 1990, e ao mundo muçulmano durante a curta vigência do governo liderado pelo partido islâmico, Refah de Necmettin Erbakan, entre 1996 e 1997, o relacionamento externo da Turquia foi sobretudo marcado por três vetores: manutenção dos laços com os EUA através da Aliança Atlântica, aproximação com Israel e conflito curdo. Se os dois primeiros vetores contribuíram para a estabilização da política externa turca nesse período, a questão do conflito curdo foi, sem dúvida, um fator de desestabilização interna e externa, ao ponto de ter colocado a Turquia à beira de um conflito com a Síria em 1998, devido ao apoio de Damasco ao movimento do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), em particular ao seu líder, Abdullah Ocalan. Também o relacionamento com Irã, Iraque e Grécia seriam afetados por essa questão.

A TURQUIA DE ERDOGAN Se o período da Guerra Fria e do imediato pós-Guerra Fria foi marcado por uma agenda de segurança, uma confluência de três fatores contribuiu para uma alteração dessa mesma agenda: a prisão de Abdullah Ocalan, o relacionamento com a União Europeia (UE), e a vitória eleitoral do partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP). A prisão do líder do PKK em 1999 e a consequente declaração de cessar-fogo por parte desse movimento (que duraria até 2004) teve como consequência a secundarização dessa questão na agenda política interna e externa, possibilitando uma reaproximação com países vizinhos, sem a preocupação com o PKK como ponto de partida. Também a candidatura da Turquia à UE e a sua aceitação como candidata à adesão em 2004, levou a Turquia a enveredar por uma série de reformas internas para, assim, fazer face ao caderno de encargos exigido por Bruxelas. Levou também à consolidação das relações com a Grécia, com quem esteve perto da confrontação militar em 1996. Por fim, é preciso salientar a chegada ao poder do AKP, vencedor das eleições legislativas de 2002 com uma maioria relativa, que devido ao complicado sistema eleitoral turco permitiu a esse partido obter a maioria absoluta de deputados no parlamento e, assim, a formação de um governo forte, com capacidade para encetar não só as reformas exigidas por Bruxelas, como reformas adicionais que satisfizessem a sua base eleitoral socialmente conservadora, mas economicamente liberal.

Permitiu igualmente a definição de uma estratégia de política externa, assente em princípios gerais, que passaram a guiar o posicionamento de Ancara no sistema internacional. Essa estratégia foi desenvolvida, em larga medida, pelo então assessor político do primeiro-ministro, Recep Tayyip Erdogan, e pelo atual ministro das Relações Externas, Ahmet Davutoglu. Professor universitário em relações internacionais, Davutoglu escreveu em 2001 a obra que serve atualmente de base à atuação externa da Turquia. Nessa obra, Davutoglu destacava a importância da estabilidade regional para o desenvolvimento da Turquia, algo que só podia ocorrer através de uma política de “problemas zero” com os seus vizinhos. Para isso contribuiria uma abordagem geoeconômica das relações internacionais, em que as prioridades econômicas estariam no topo da agenda do relacionamento externo turco (3).

E, na verdade, contrariamente ao que aconteceu durante as décadas precedentes, a política externa turca atual é fortemente marcada por uma agenda econômica em que a Turquia pretende garantir um bom relacionamento tanto com países ricos em recursos, particularmente os energéticos (como a Rússia e o Azerbaijão), como com países que sirvam de mercados para a pujante economia turca. A Turquia tem tido, na última década, um crescimento econômico de 4,62% ao ano (4), tornando-se a 16ª maior economia do mundo (o que lhe deu um lugar no G20) e podendo, de acordo com a Goldman Sachs, estar em 9º lugar em 2050 (5).

A nível bilateral, o volume das trocas comerciais entre a Turquia e os seus vizinhos árabes cresceu 591% (!) entre 1991 e 2008, tendo passado de 1907 milhões de USD para 35921 milhões de dólares (6). Este crescimento assentou num relacionamento bilateral conduzido a dois níveis fundamentais: a um nível transnacional, entre empresas árabes e turcas; e a um nível diplomático, envolvendo os

governos que apoiam e promovem essa aproximação econômica. É, pois, um tipo de relacionamento que na prática não tem pretendido alterar o dos regimes políticos da região mas, sim, incentivar a integração desses mesmos países no mercado global. Em boa verdade, essa atitude pragmática tem permitido à Turquia desempenhar o papel de mediador da região, apresentando-se como um país que está simultaneamente fora e dentro da complexa política do Oriente Médio, que tem os seus interesses alicerçados na estabilidade da região e que, como tal, pretende situar-se à margem das disputas de poder intrarregionais.

A TURQUIA E A PRIMAVERA ÁRABE Esta política de empenho moderado na região tem, contudo, sido posta em causa, em primeiro lugar pela questão palestina e, em segundo, pela Primavera Árabe. Com efeito, as relações entre Israel e a Turquia, que na década de 1990 eram uma exceção positiva no relacionamento passivo de Ancara com os seus vizinhos do Oriente Médio, são agora a exceção pela negativa de uma abordagem muito mais positiva da Turquia para com a região. A Turquia tem, nos últimos anos, feito um esforço diplomático significativo no sentido de melhorar o relacionamento com os seus vizinhos e de assumir um papel de mediador na região expresso, por exemplo, nas tentativas de aproximação entre Israel e os seus vizinhos árabes. No entanto, a incursão militar israelita em Gaza em final de 2008, e o incidente com a flotilha humanitária, que no verão de 2010 tentou romper o bloqueio de Israel à Gaza e que resultou na morte de oito indivíduos de origem turca, deu origem a uma deterioração significativa das relações entre Israel e Turquia. No início de 2009, por exemplo, quando Ancara e Telavive já mostravam claros sinais de desentendimento, o ministro turco, Ahmet Davutoglu, gabava-se do fato de a Turquia ser o único país capaz de manter um relacionamento positivo com a Fatah, o Hamas, Israel, o Egito e a Síria (7).

A consequência mais visível do desentendimento entre Israel e a Turquia tem sido a progressiva mudança de comportamento por parte da Turquia para com a região. Voluntária ou involuntariamente, Ancara vem sendo arrastada para o epicentro das lutas de poder no Oriente Médio, vendo-se, portanto, na obrigação de tomar posições, o que, se no caso da Palestina é uma situação que angaria votos para Erdogan e apoio popular na região, pode, se transformado em princípio geral de ação, acabar por colocar em causa o princípio de “problemas zero” definido por Davutoglu.

E a verdade é que, se a relação com Israel poderia de certa forma ser vista como um problema isolado, a onda de instabilidade política no mundo árabe, a chamada Primavera Árabe, tem exigido da Turquia a definição de uma posição geral mais coerente. A Turquia viu-se obrigada a escolher entre o não envolvimento no processo ou a ativa participação no mesmo. Contudo, os resultados têm sido, no mínimo, ambivalentes.

No caso da Tunísia, país com o qual a Turquia tinha um relacionamento limitado, a queda de Ben Ali pouco contribuiu para uma mudança de política. A Líbia, a Síria e o Egito têm, contudo, sido casos mais complicados. Na Líbia ficou claramente visível a incompatibilidade entre uma política econômica agressiva e uma diploma-

cia ativa, mas que não interfere nos assuntos internos dos Estados. Os cerca de 20 mil trabalhadores turcos na Líbia e os 15 bilhões de dólares em projetos concedidos pelo regime de Khadafi a empresas turcas, fizeram que Ancara tivesse uma posição inicial bastante conservadora, relativamente aos eventos que estavam acontecendo na Líbia, que davam conta, por um lado, de uma clara insatisfação por parte da população do leste do país com o regime de Khadafi e, por outro, da intenção por parte do mesmo de responder com mão firme a qualquer tipo de revolta que desafiasse o seu poder. Nesse sentido, os ataques aéreos iniciais levados a cabo pelos EUA, o Reino Unido e a França depois da aprovação de uma resolução (1973) do Conselho de Segurança das Nações Unidas condenatória da situação na Líbia (resolução essa que abria espaço para medidas mais interventivas no desenrolar dos acontecimentos no país) foram recebidos com fortes críticas por parte da Turquia (particularmente direcionadas à França), que simultaneamente procurava, sem sucesso, mediar um cessar-fogo entre as partes. O progressivo sucesso das forças rebeldes, juntamente com o claro consenso que foi se formando em torno da posição dos países ocidentais, levaram Ancara a mudar de posição, acabando por apoiar a causa rebelde. A visita de Davutoglu a Benghazi foi um sinal claro da inversão de política por parte de Ancara, assim como os 200 milhões de dólares doados por Ancara ao Conselho de Transição Nacional líbio (8). Foi também demonstrativa da ocasional falta de sensibilidade diplomática com que a Turquia muitas vezes se movimenta no contexto dos seus vizinhos do sul. Essa mesma falta de sensibilidade foi, contudo, menos visível relativamente ao Egito, tendo Erdogan sido um dos primeiros líderes políticos da região a apelar à saída de Mubarak do poder. O fato de as relações com o antigo presidente egípcio não serem particularmente positivas e de os eventos terem ocorrido de forma célere certamente ajudou à tomada dessa posição mais interventiva por parte do primeiro ministro turco (9).

Finalmente, em relação à Síria, a Turquia tem sido obrigada pelos eventos a tomar uma posição que, de certa forma, desmorona o trabalho diplomático de aproximação ao regime de Bashar Al-Assad que tinha sido desenvolvido na última década. A Turquia tentou inicialmente beneficiar dessa posição próxima do regime de Damasco para sensibilizar o presidente sírio no sentido de levar a cabo reformas estruturais que fossem ao encontro das exigências do crescente número de manifestantes e que, de certa forma, pusessem fim à violência que tem assolado o país. A ausência de uma resposta convincente por parte do regime sírio mostrou os limites da capacidade de influência da Turquia na região. Desde então, Ancara adotou uma retórica mais agressiva, tendo a oposição síria encontrado na Turquia uma importante base de apoio para levar a cabo as suas ações.

Na realidade, a Primavera Árabe tem ajudado a revelar todas as contradições que a diplomacia turca enfrenta. Por um lado mostra aos seus aliados da Otan que pode ter uma política externa independente da Aliança mas, por outro, não deixa de ser vista pelos seus vizinhos do Oriente Médio como parte integrante dessa mesma

aliança. Tenta também ser um moderador das disputas de poder na região, sem que contudo consiga deixar de tomar partido e uma retórica por vezes agressiva contra alguns dos intervenientes, como Israel, ou mais recentemente o regime de Bashar Al-Assad. Por fim, tenta, simultaneamente, promover uma política de estabilidade – o que implica no apoio à ordem providenciada pelo *status quo* – e ajudar os movimentos rebeldes que, como no caso da Líbia, estarão na base do novo poder político do país e, como tal, serão os principais interlocutores das futuras relações diplomáticas desse país com a Turquia. No fundo, a estratégia de querer ter boas relações com todos os intervenientes simultaneamente, assumindo um papel de líder regional sem querer interferir nos assuntos internos desses Estados, tem-se mostrado um equilíbrio muito difícil de gerir para um país que, até há pouco tempo, preferia ficar o mais afastado possível da complexidade da política do Oriente Médio.

É, contudo, necessário esclarecer que para além deste papel de ator ativo no desenrolar da política regional, a Turquia tem igualmente assumido nos últimos meses um papel de ator normativo que lidera através do exemplo. O “modelo turco” tem frequentemente sido discutido como a grande saída dos países do Oriente Médio

para uma estabilização democrática da Primavera Árabe (10). Isso tem, apesar dos ocasionais passos em falso da sua diplomacia, contribuído para o crescente prestígio de Ancara (e principalmente do seu primeiro ministro) na região. A questão da Turquia enquanto ator normativo levanta, contudo, três grandes problemas. Desde logo porque não é clara a resposta à questão: a que corresponde exatamente este “modelo turco”? Em termos gerais, é possível identificar dois modelos alternativos, dependendo do tempo histórico em questão.

Um primeiro modelo de democracia condicionada, em que o poder passa de um sistema autocrático “iluminado” para um sistema democrático supervisionado por um aparelho militar ativo na garantia da estabilidade do país, que poderá eventualmente, numa fase de “maturação” dar origem a uma democracia em que o poder civil se sobrepõe finalmente aos ditames do poder militar. Numa perspectiva de longo prazo, foi essa a evolução política da República turca.

Um olhar mais contemporâneo centraria, contudo, as suas atenções na abertura política da Turquia para uma maior compatibilização do Islã com a democracia. A curta e não muito bem-sucedida experiência do governo de Necmettin Erbakan estabeleceu as bases para uma ascensão política do AKP, que se apresentava mais moderado no seu discurso religioso, com uma base de apoio mais vasta, e com uma agenda político-económica mais bem organizada, progressista e atrativa para vários tipos de eleitorado. A mais-valia desse modelo do AKP reside, assim, na ideia de que essa agenda pode ser reproduzida pelos partidos islâmicos nos países do norte da África e do Oriente Médio.

O problema é que quando os militares, por exemplo, no Egito falam do modelo turco não estão, necessariamente, se referindo à experiência do AKP, mas sim a todo um processo de longo prazo no

**A PRIMAVERA
ÁRABE TEM
AJUDADO A
REVELAR TODAS
AS CONTRADIÇÕES
QUE A DIPLOMACIA
TURCA
ENFRENTA**

qual eles têm um papel central a desempenhar. Em sentido contrário, quando a Irmandade Muçulmana e outros partidos de caráter religioso na região falam da experiência turca, referem-se sobretudo ao sucesso do AKP e à forma como a Turquia foi capaz de compatibilizar democracia, Islã e o desenvolvimento econômico do país.

Em segundo lugar, não é claro que o modelo turco, quer o de longo, quer o de curto prazo, possa ser aplicado ao restante dos países do Oriente Médio. Nem o contexto histórico do modelo de democracia controlada tem correspondência no presente, nem as condições políticas do modelo de compatibilização entre Islã e democracia, que a ascensão política do AKP suscita entre os partidos islâmicos, são equivalentes na região. Como é fácil de observar, por exemplo, no Egito, o desenvolvimento de um projeto político assente no controle militar está muito longe dos anseios de parte significativa da população. A legitimidade das forças armadas turcas deriva de condições muito específicas, que passam não só pelo papel de prestígio que os militares tinham já no tempo do Império Otomano, como pelo papel ativo que desempenharam na libertação da Turquia do jugo das grandes potências. Isso ajudou a criar uma imagem dos militares como os guardiões da República, que estavam por isso acima de qualquer poder político. Essa foi uma imagem construída não só a partir de um período de grande trauma para uma população que viu o seu país passar de império a protetorado em poucos meses, como num contexto em que o autoritarismo era muito mais tolerado no sistema internacional, tanto interna como externamente. É, portanto, difícil replicar o modelo da democracia controlada no mundo das redes sociais e informação instantânea num contexto de espírito revolucionário que nem sequer foi liderado pelos militares.

Difícil também é reproduzir o modelo do sucesso do AKP em países onde a sociedade civil tem sido oprimida e controlada há décadas, em que não há uma cultura democrática instituída e em que instituições condicionadoras do comportamento dos líderes políticos, como a União Europeia, estão totalmente ausentes. Em suma, o dilema do modelo turco é o de que a realidade política atual só foi possível mediante um processo de maturação de longo prazo, também ele difícil de ser reproduzido no contexto atual.

Finalmente, é preciso salientar que esse é um processo que, para além de todas as dificuldades de execução, permanece longe de ser concluído. O aparelho judicial na Turquia continua a intervir ativamente na política e as liberdades de expressão e de imprensa têm, na verdade, sido postas em causa nos últimos anos, com a prisão de um número significativo de opositores ao governo do AKP – alegadamente envolvidos em conspirações para derrubar o governo – bem como de supostos simpatizantes do PKK, incluindo jornalistas e académicos. Na verdade, se para uns o AKP trouxe a prosperidade para a Turquia, para outros o preço a pagar poderá ser o de uma democracia novamente limitada, agora não pelos militares, mas pelo partido do poder.

CONCLUSÃO Em suma, é inegável que a Turquia se tornou um ator importante na política do Oriente Médio. É, contudo, também visível que esse ascendente não tem sido feito de forma necessariamente coerente, algo que a Primavera Árabe veio, de certa forma, acentuar.

Mais do que um líder regional, Ancara pretende tornar-se um ator central das relações internacionais do século XXI, aproveitando, para isso, o seu posicionamento geográfico, recursos e potencial demográfico. A sua relação com o Oriente Médio não deve por isso ser vista como um fim em si mesmo, mas sim como um passo para uma agenda política mais ambiciosa. Essa dimensão é, no entanto, um passo fundamental, não só pela importância geoestratégica do mundo árabe, como pelo potencial papel desestabilizador que este pode gerar na ascensão da Turquia. Evitar essa possível desestabilização, quer pela liderança regional, quer pelo afastamento relativamente aos seus problemas, é portanto o dilema que a Turquia atualmente enfrenta e não parece, para já, capaz de resolver.

André Barrinha é pesquisador no Centro de Estudos Sociais e professor auxiliar convidado na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. É doutor em relações internacionais pela Universidade de Kent no Reino Unido. Foi entre 2004 e 2006 pesquisador no Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. O Oriente Médio é aqui entendido num sentido lato, incluindo o Norte de África e Irã.
2. Para além do Iraque e Turquia, faziam parte desta aliança militar o Irã, o Paquistão e o Reino Unido.
3. Barysch, Katinka (2010), "Can Turkey combine EU accession and regional leadership?" In: *Policy Brief*, Center for European Reform, p.4. Ver também Grigoriadis, Ioannis. "The Davutoglu doctrine and Turkish foreign policy", Working paper Nº 8, Middle Eastern Studies Programme, 2009. Eliamep e Davutoğlu, Ahmet. "Turkish Foreign Policy and the EU in 2010", *Turkish Policy Quarterly*, Vol.8, no.3, pp.11-17. 2009.
4. Hakura, Fadi. "Turkey and the Middle East. Internal confidence, external assertiveness". *Briefing Paper*, Chatham House, p.2. 2011.
5. Marthoz, Jean-Paul. "Turkey turns the tide", *The Broker*, No. 24, p.11. 2010.
6. Kirisci, Kemal. "Turkey's 'Demonstrative Effect' and the transformation of the Middle East". *Insight Turkey*, Vol. 13, no.2, p.38. 2011.
7. *Hurriyet Daily News* (2009), "Turkey ready for monitoring mission on Gaza-government official", 15/01/09.
8. Hakura, Fadi. "Turkey and the Middle East. Internal confidence, external assertiveness". *Briefing Paper*, Chatham House, p.4. 2011.
9. Kardas, Saban. "Turkey and the Arab Spring: coming to terms with democracy promotion?". *Policy Brief*, The German Marshall Fund of the United States, October 2011.
10. A esse propósito, ver Kirisci, Kemal. "Turkey's 'Demonstrative Effect' and the transformation of the Middle East". *Insight Turkey*, Vol. 13, no.2, pp.33-55. 2011.

CONSTRUINDO PONTES? O BRASIL DIANTE DA PRIMAVERA ÁRABE

Guilherme Stolle Paixão e Casarões

Nos primeiros anos deste novo século, a política externa brasileira (PEB) passou por um duplo movimento que nos permite, hoje, situar o país na condição de **potência emergente** ou **potência intermediária**. O primeiro deles, inaugurado pelo desejo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de seu chanceler Celso Amorim de instaurar uma política externa “ativa e alta”, foi responsável pelo expressivo aumento do perfil internacional do Brasil, seja em escopo ou profundidade de atuação. Observou-se, ademais, uma mudança de estratégia de inserção internacional: ao caráter prioritariamente comercial da PEB de outrora, fortemente associado à participação brasileira em foros multilaterais, foi somada uma dimensão política e bilateral de relevo, marcando a busca pela diversificação de parcerias e pelo retorno à cooperação sul-sul.

O Oriente Médio de uma maneira geral, e o mundo árabe em particular, parecem ter encontrado um lugar diferenciado nessa nova estratégia que caracterizou o governo Lula – e que ressoa, naturalmente, no início do mandato de sua sucessora, Dilma Rousseff. A ideia deste artigo, nesse sentido, é dupla: primeiro, pretende-se avaliar o papel do mundo árabe no contexto da inserção internacional recente da diplomacia brasileira, utilizando-se dos casos líbio e sírio. Argumenta-se que o ativismo comercial com a região não foi seguido por uma ampliação do status político do Brasil, o que inviabilizou, em termos gerais, a utilização desse eixo em particular como plataforma concreta da inserção nacional. O segundo propósito do texto é sugerir caminhos possíveis de atuação do Brasil com relação às recentes transformações pelas quais passa a região – notadamente, a chamada Primavera Árabe – à luz de dois episódios: a crise civil líbia, que resultou na destituição de Muammar Khadafi, e a deterioração do regime sírio de Bashar al-Assad, que se arrasta por quase um ano e já deixou milhares de mortos. O argumento será estruturado na ordem exposta acima, e uma breve conclusão buscará dar conta dos resultados e contemplar as perspectivas futuras.

DOIS ATOS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O MUNDO ÁRABE: LÍBIA E SÍRIA

Os dois casos escolhidos para discussão – as relações do Brasil com Líbia e Síria – ilustram com clareza os potenciais e as dificuldades que encontram nossa diplomacia ao estreitar os laços com o mundo árabe. Em primeiro lugar, estamos falando de dois países **politicamente relevantes**, isto é, nações com as quais aprofundar relações acarreta impactos políticos mais amplos. A Líbia disputa primazia regional com outros “grandes” africanos, como a África do Sul, além de possuir relações delicadas com vizinhos como o Chade; a Síria, por sua vez, mantém rivalidades históricas (e sangrentas) com o Líbano e com Israel. Em segundo lugar, ambos os países possuem **importância econômica**, tendo no petróleo e

no potencial mercado consumidor seus pontos em comum. Quer dizer, são dois casos em que o Brasil pode avançar seus interesses comerciais. Por fim, trata-se de **autocracias duradouras** com uma conduta política reiteradamente condenada pela comunidade internacional – de vínculo com grupos terroristas a violações constantes e massivas de direitos humanos. Relacionar-se com ambos, embora possa trazer dividendos tanto econômicos quanto políticos, acaba gerando uma série de arestas, que serão comentadas adiante.

As relações entre o Brasil e o governo do coronel Muammar Khadafi – que chegara ao poder em 1969 – mantiveram-se em grande medida estáveis e focadas em sua dimensão comercial ao longo das últimas décadas. Seu auge correspondeu à busca brasileira por tornar-se um grande exportador de armamentos, em fins dos anos 1970, quando houve troca de visitas bilaterais, o estabelecimento de um Acordo Básico de Cooperação e participação de empresas nacionais em projetos na Líbia (1).

Com o isolamento internacional do governo de Khadafi ao longo da década seguinte, as relações bilaterais limitaram-se a um nível “bastante discreto”. Brasil e Líbia somente solidificaram suas relações, entretanto, com a chegada do presidente Lula ao poder, em 2003. Dois fatos, ocorridos naquele mesmo ano, merecem menção. O primeiro deles foi a revogação completa, em território nacional, do regime de sanções imposto ao regime de Khadafi – por meio do Decreto nº 4.865, de outubro. Mais importante, contudo, foi a visita do chefe de Estado brasileiro à Líbia, em dezembro. Tratou-se de um evento particularmente importante, pois elevou o nível do diálogo bilateral e consolidou a tendência ao estreitamento dos laços bilaterais (1).

Esse movimento, por outro lado, causou grande desconforto em alguns setores domésticos e repercutiu até mesmo na mídia internacional. Diante da visita de Lula aos líderes da região, na qual sobressaiu o encontro com Khadafi, o jornal britânico *Financial Times* salientou o caráter político da aproximação, entendida como uma provocação aos Estados Unidos. A revista *Veja* rotulou a diplomacia presidencial de “a turnê de Lula pelas ditaduras”, chamando a política externa daquele governo de “insignificante, quando não grotesca” (2). Outro veículo influente, a *Folha de S. Paulo*, publicou editorial, à mesma época, condenando a “diplomacia de resultados” de Lula por “atropelar” direitos humanos, nas relações com os autocratas do mundo árabe (3). Naquela oportunidade, o chanceler brasileiro, Celso Amorim, reiterou que a visita presidencial não seria ideológica, mas de negócios, buscando explorar oportunidades comerciais nas áreas de maquinário agrícola, aviação e construção civil (4).

Luiz Inácio Lula da Silva encontrou-se com o líder líbio mais três vezes até o fim de seu mandato. A primeira delas deu-se em ocasião da realização da primeira cúpula entre a América do Sul e a África, em novembro de 2006, na cidade nigeriana de Abuja. À época, afirmou que a Líbia estaria mudando, “caminhando para um processo de democratização” (5). Em julho de 2009, o presidente brasileiro, convidado a discursar na abertura da Cúpula da União Africana, regressou à nação líbia, reunindo-se com Khadafi em Sirte e chamando-o de “amigo e irmão”. Poucos meses mais tarde, os líderes reencontraram-se na Venezuela, durante a II Cúpula América do Sul e África (6). Face às críticas ao pragmatismo dos relacionamentos

externos brasileiros, o Itamaraty insistia em sua política de não intervenção nos assuntos internos de outros países e na necessidade de estreitar laços com nações do sul geopolítico.

Independentemente das conotações políticas das relações entre Brasil e Líbia, deve-se ressaltar a visível ampliação de seu comércio exterior. A Petrobras, em parceria com a estatal líbia National Oil Corporation (NOC), voltou a explorar óleo e gás na costa da nação árabe após 11 anos sem atividades, em meados de 2005 (7). De uma exportação média de US\$ 56 milhões entre 1989 e 2002, o Brasil passou a exportar nada menos que uma média anual de US\$ 232 milhões durante os anos Lula, atingindo o significativo valor de US\$ 456 milhões em 2010. Com relação às importações, manteve-se uma média (com grandes oscilações ano a ano) de US\$ 8,7 milhões entre 1989 e 2002, multiplicada para expressivos US\$ 468 milhões, em média, durante o governo Lula. Somente no ano de 2008, importou-se da Líbia o equivalente a US\$ 1,4 bilhão, legando um vultoso déficit à balança comercial e contrariando uma tendência histórica de superávits do lado brasileiro (8).

A despeito da ampliação dos laços econômicos, não se pode dizer que os benefícios políticos extraídos da relação com a Líbia vieram na mesma proporção. Se, por um lado, conseguiu-se potencializar os fluxos comerciais, com impactos positivos sobre os interesses empresariais brasileiros, a necessária aproximação política – por vezes entendida até mesmo como identificação – colocou à prova a posição (historicamente confortável) da diplomacia brasileira. Pressões domésticas e de parte da comunidade internacional instaram o Itamaraty, nos últimos anos, a fazer defesas mais ostensivas da democracia no globo, de forma a justificar ou amenizar o estabelecimento de parcerias com autocratas como o líder líbio – obrigando, por exemplo, o presidente Lula a falar, de maneira constringedora, de uma suposta “democratização” do regime de Khadafi. Ademais, ao lado das relações com Cuba e com o Irã, a amizade entre Brasil e Líbia colocou em xeque a posição oficial brasileira no campo de direitos humanos.

No caso sírio, não foi diferente. Repete-se, com alguma frequência, que os laços bilaterais existentes entre Brasil e Síria são particularmente fortes devido à grande e influente comunidade árabe-brasileira, em sua maioria sírio-libanesa, que hoje ultrapassa os dez milhões de habitantes (9). De fato, as relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas tão logo a Síria foi reconhecida como nação independente, ao fim da Segunda Grande Guerra, e mantiveram-se estáveis – embora mornas – desde então, sem alterações significativas a despeito das mudanças de regimes e governos em ambos os lados.

A reaproximação entre os países deu-se exatamente no governo Lula, que encontrou no regime sírio um importante ponto de apoio para as iniciativas da diplomacia brasileira, como a Cúpula América do Sul-Países Árabes (Aspa). Mais que isso, versa o argumento oficial que a Síria, em virtude de sua centralidade geopolítica no Oriente Médio, deveria gozar de mais espaço decisório nas questões regionais candentes, como aquelas envolvendo a Palestina, o Líbano ou o Iraque (10).

Do ponto de vista político, a chancelaria brasileira buscou eximir-se de qualquer impedimento em seus contatos com a Síria. Alegou, para além da importância estratégica do regime de Bashar al-Assad em direção à paz na região, que a aproximação com os sírios almejava fomentar o diálogo bilateral entre estes e Israel, sobretudo no tocante à disputa pelas Colinas de Golã (10). Isso justificaria, entre outras coisas, as seis viagens oficiais realizadas por Celso Amorim a Damasco, bem como a visita do presidente Assad ao Brasil – sua primeira viagem transatlântica em uma década de governo – em julho de 2010. Naquela ocasião, o líder sírio reforçou o desejo de que o Brasil atuasse como “negociador ativo” no processo de paz entre árabes e israelenses. Israel, aliás, cujas relações com o governo brasileiro vinham deteriorando-se desde o ano anterior, foi objeto de crítica de ambos os líderes em seus pronunciamentos (11).

No campo dos negócios, o estreitamento dos laços com a Síria buscou explorar um potencial comercial há muito latente, explicado pela significativa instabilidade regional. De fato, entre 1989 e 2002, o Brasil exportou, em média, US\$ 49 milhões para o mercado sírio, correspondente a não mais que 0,1% do total de exportações brasileiras. Os números começaram a mudar no início do governo Lula, de modo que, durante seus dois mandatos, a média de exportações para a Síria atingiu a marca de US\$ 240 milhões, com o pico de US\$ 547 milhões em 2010. Por outro lado, em decorrência da limitada pauta exportadora síria, o Brasil não importou mais que US\$ 4 milhões, em média, no período até 2002. Daí em diante, o valor médio das importações daquele país chegou a US\$ 26 milhões, donde se percebe uma balança claramente superavitária do lado brasileiro (10). Os dilemas são muito próximos da relação com a Líbia, com a diferença que, no caso sírio, o Brasil goza de um vínculo, digamos, “existencial” com os sírios, dificultando qualquer postura mais firme contra os abusos do regime de Assad.

O BRASIL DIANTE DA PRIMAVERA ÁRABE: CONSTRUTOR DE PONTES?

O quadro da política exterior brasileira passou por duas importantes inflexões no alvorecer de 2011. A primeira e mais importante delas foi a mudança de governo, com a eleição de Dilma Rousseff para suceder Lula, que havia governado o país por dois mandatos consecutivos. Muito embora a nova presidente, também do Partido dos Trabalhadores (PT), conferisse importantes traços de continuidade com relação à gestão anterior, a política externa abria-se como campo de inovação, sobretudo na temática dos direitos humanos. A presidente sinalizou reiteradas vezes, desde as eleições, a centralidade da agenda de direitos humanos na sua gestão. A nomeação do embaixador Antonio Patriota para o MRE, mais discreto e menos polêmico que seu antecessor, viria a completar o quadro político em que, na interpretação de alguns (12), o Itamaraty reassumiria o comando das relações exteriores, após oito anos competindo com uma forte diplomacia presidencial.

A postura brasileira com relação à violação de direitos humanos no Irã representou, nesse sentido, a concretização dessa inflexão de prioridades na agenda exterior. Pouco mais de três meses após a posse,

**A CHANCELARIA
BRASILEIRA
BUSCOU
EXIMIR-SE DE
QUALQUER
IMPEDIMENTO EM
SEUS CONTATOS
COM A SÍRIA**

o Brasil votou de maneira inédita no CDH, alinhando-se aos Estados Unidos na designação de um relator especial para monitorar a situação humanitária no Irã. Foi, para muitos, o início da “era Dilma” em política externa (13). Restava, a partir dali, que a chancelaria estendesse sua posição na questão iraniana a circunstâncias semelhantes.

Nesse contexto, cumpre destacarmos a segunda inflexão ocorrida no início de 2011: a chamada Primavera Árabe. O termo, embora discutível em termos da analogia histórica que constrói, tem sido usado amplamente para descrever o conjunto de revoluções populares do mundo árabe iniciadas na Tunísia, em dezembro de 2010. Os efeitos da agitação social disseminaram-se rapidamente e foram amplificados com a destituição do presidente tunisiano, Zine El Abidine Ben Ali, no início de janeiro – após 23 anos no poder. Um mês mais tarde, diante de sucessivos dias de sangrentos confrontos entre manifestantes e exército na Praça Tahrir, no Cairo, foi a vez da renúncia do presidente egípcio, Hosni Mubarak, à frente do país desde 1981. Entre janeiro e fevereiro, revoltas populares abalaram virtualmente todas as nações árabes, com importantes efeitos – de mudanças institucionais a conflitos civis – em países como Argélia, Bahrein, Iêmen, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos e Omã. Em meados de março, a fronteira final da estabilidade autoritária, a Síria, também é arrastada para uma duradoura sublevação civil.

Destes casos, foram particularmente caros à política externa brasileira os desdobramentos políticos na Líbia e na Síria. Em ambas as situações, o governo Dilma Rousseff foi deixado entre a cruz e a espada: apoiar os governos instituídos de Khadafi e Assad sinalizaria não somente uma posição cautelar com relação aos episódios, mas principalmente a disposição brasileira em manter os laços oficiais, o intercâmbio político e os fluxos comerciais com ambos os países. Por outro lado, a presidente deveria dar conta das cada vez mais patentes violações de direitos humanos perpetradas por aqueles regimes. A escolha seria mais simples, não fossem as promessas feitas pelo governo brasileiro em seus primeiros meses. As circunstâncias, contudo, impuseram uma necessidade de rápido ajustamento do Brasil às mudanças, face às quais a coerência da política externa deveria ser preservada – ao menos em discurso.

Tratava-se, de maneira particularmente visível, da dicotomia entre **princípios e produtos** postulada por Celso Amorim. O pragmatismo da política externa de Lula, por mais combatido que tivesse sido por alguns segmentos domésticos e internacionais, havia logrado resultados econômicos concretos, além de projetar, de maneira inequívoca, o Brasil no mundo. Durante seus oito anos de governo, temas como direitos humanos ou democracia, embora presentes, perderam ênfase. “Defendemos uma atitude de não indiferença, sem descuidar dos princípios basilares da **soberania estatal** e da **não intervenção nas relações internacionais**”, atestou, em artigo, o chanceler de Lula.

Não parecia ser o caso da política externa de Dilma Rousseff. O novo governo deveria resguardar sua coerência não com relação aos princípios defendidos pela gestão anterior, mas àqueles evocados pela presidente como prioritários. Os direitos humanos deveriam, assim, balizar a ação brasileira diante da Primavera Árabe. No caso líbio, diante dos abusos massivos contra a população civil, espera-

va-se que o Brasil referendasse as medidas tomadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, em remissão à doutrina internacional da “responsabilidade de proteger”. No tocante à crise do regime de Bashar al-Assad, a expectativa era a de que o Brasil se juntasse ao coro das nações, muitas das quais árabes, que condenavam a violenta repressão do governo aos manifestantes e civis em geral.

Nenhuma das duas previsões concretizou-se de fato. Mesmo tendo votado a favor de sanções econômicas contra Khadafi em fevereiro, a delegação brasileira absteve-se, em 17 de março, na autorização de uma zona de exclusão aérea em território líbio. A posição do Brasil esteve afinada com os votos dos demais Brics – China, Índia e Rússia – bem como da Alemanha. Em todos os casos, o argumento era semelhante: a chamada *no-fly zone* poderia abrir espaço para uma intervenção ocidental indesejada e desproporcional, liderada pela Otan. Neste caso, para além de uma questão de princípios – na qual colidem os imperativos humanitários e a soberania dos Estados – havia uma importante dimensão comercial: o fortalecimento dos rebeldes líbios e a contínua instabilidade local poderiam colocar em risco o interesse corporativo de um número expressivo de empresas que passaram a atuar na Líbia durante o governo Lula (15).

Uma vez autorizada a intervenção militar na Líbia, o conflito civil estendeu-se por praticamente seis meses, contrapondo os rebeldes, amparados pela Otan, ao governo central de Khadafi. O longo líder foi destituído em agosto e morto dois meses mais tarde pelas forças do Conselho Nacional de Transição (CNT), órgão rebelde que substituiu o antigo regime. Enquanto os Estados Unidos e grande parte das nações europeias já reconheciam o governo rebelde em julho, o governo brasileiro somente descredenciou os partidários de Khadafi de suas representações oficiais em setembro. Criticado pela demora em aceitar o CNT, o ministro Antonio Patriota afirmou que o Brasil “reconhece Estados, e não governos” (16).

Ao contrário da questão líbia, que encontrou seu desfecho com a ajuda da comunidade internacional, a situação na Síria deteriora-se a cada dia e encontra-se paralisada no âmbito do Conselho de Segurança. Ao desejo das potências ocidentais de impor sanções ao regime de Assad, contrapõem-se a vontade de Rússia e China, aliados tradicionais do governo sírio, que insistem na ampla negociação internacional e vetaram, em outubro de 2011, uma proposta de resolução respaldada pelos países europeus. O Brasil e seus parceiros emergentes, Índia e África do Sul, abstiveram-se novamente e causaram imediata reação da opinião pública. Em editorial, o jornal *The New York Times* chamou de “vergonhosa” a cumplicidade desses governos ao regime de Assad (17), podendo até mesmo comprometer aspirações futuras a uma cadeira permanente no CSNU.

Fora daquele âmbito, no entanto, o Itamaraty tem buscado desempenhar um papel relevante em relação à questão síria. Em declaração conjunta, Índia, Brasil e África do Sul, que compõem o Fórum Ibas, condenaram a violência prolongada na Síria mas reafirmaram seu compromisso com a soberania do país. A tentativa do grupo em mediar o conflito, ao passo que é capaz de elevar o perfil internacional seus membros, acabou gerando resultados ambíguos. De acordo com Lucia Nader e Fernando Sciré, da ONG Conectas de direitos humanos, “[a] estratégia brasileira pelo Ibas, com medo de ser condenatória, foi com-

placente, abrindo precedentes para que governos violadores argumentem que estão cooperando” (18). Na Assembleia Geral das Nações Unidas e no CDH, por outro lado, o Brasil votou contra o regime de Assad.

CONSIDERAÇÕES FINAIS Passado os primeiros anos do governo Dilma, algumas considerações estão em ordem. Antes de tudo, deve-se ressaltar que a nova política externa brasileira, ainda que tenha passado por uma mudança de forma, mantém fortes traços de continuidade com a diplomacia de Lula no que diz respeito ao conteúdo. As promessas do início do governo foram escanteadas, seja diante da dificuldade em se manter a coerência nos foros internacionais, dada a secular tradição da chancelaria brasileira de não intervenção e respeito à soberania, seja em função dos compromissos previamente assumidos nos blocos “emergentes”, Brics e Ibas.

Isso não significa que não haja espaço para a inovação ou para a mudança. A desvinculação dos votos brasileiros nos âmbitos do Conselho de Segurança e do Conselho de Direitos Humanos, por exemplo, mostra uma flexibilidade inédita da diplomacia nacional em condenar governos próximos por suas violações de direitos humanos. Tomemos, por exemplo, o caso do Irã. O Brasil contrariou o regime dos aiatolás diversas vezes ao longo de 2011, levando até mesmo o porta-voz do presidente Ahmadinejad a dizer, em janeiro de 2012, que Dilma “destruiu anos de bom relacionamento” entre os dois países (19). Por mais sutil que tenha sido o impacto comercial do estremecimento das relações, é um indício de que a presidente está rumando o caminho inverso de seu antecessor – trocando **produtos** pelos **princípios** em que ela acredita.

No tortuoso caminho trilhado pela política externa brasileira nos movimentos populares do mundo árabe, contudo, o saldo ainda é negativo. Relatório recente da Human Rights Watch ressalta seu dissabor com a atuação da diplomacia dos emergentes, que parecia ser orientada “não pelas aspirações do povo árabe, mas mais por seu compromisso com visões ultrapassadas da soberania nacional, mesmo quando isso resulta na blindagem de regimes repressivos da necessidade urgente de pressão internacional” (20). Na mesma linha, críticos domésticos rotulam a atuação brasileira em favor dos direitos humanos na Síria de “túmida” (21). Os paradoxos observados na conduta da diplomacia do governo Dilma tornam essa postura errática ainda mais evidente.

O que fazer? Certamente, o caso Líbia – que aparentemente chegou a um bom termo, com o reconhecimento internacional do CNT – não representa mais embaraços à PEB. Não obstante, ele trouxe consigo um conceito novo, o de “responsabilidade ao proteger”, cunhado pela própria diplomacia brasileira quando da intervenção líbia. O argumento é simples: para além da aventada “responsabilidade de proteger” – corolário utilizado, no âmbito da ONU, para justificar ações humanitárias – a comunidade das nações deve prevenir, sempre que possível, qualquer tipo de ação armada, esgotar os meios pacíficos possíveis e monitorar o uso da força em campo.

A ideia pode ser útil na abordagem do conflito sírio, aproximando os interesses ocidentais das possibilidades diplomáticas de Rússia, China e dos demais emergentes. Nesse sentido, o fim do mandato brasileiro no Conselho de Segurança pode ser um ativo importante, ao reduzir as pressões pela coerência em busca de uma cadeira perma-

nente naquele órgão. Agora cabe ao Brasil, valendo-se da tradicional criatividade de sua diplomacia, construir as pontes necessárias.

Guilherme Stolle Paixão e Casarões é professor de relações internacionais das Faculdades Integradas Rio Branco e do Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. É pesquisador da Rede Interinstitucional de Pesquisa em Política Externa e Regime Político (Ripperp).

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Informações disponíveis no site do Ministério das Relações Exteriores (MRE): http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1978/b_48/ (acesso em setembro de 2012).
2. Alcântara, E. “A turnê de Lula pelas ditaduras”. *Veja*, edição 1833, 17 de dezembro de 2003.
3. Gielow, I. “‘Diplomacia de resultados’ atropela direitos humanos”. *Folha de S. Paulo*, 04 de dezembro de 2003.
4. Na Líbia, Amorim diz que Brasil “não trocará princípios por produtos”. *Folha Online*, 10 de dezembro de 2003.
5. Wasserman, R. “Lula defende encontro com Gaddafi na Nigéria”. *BBC Brasil*, 30 de novembro de 2006.
6. Landim, R. “Kadafi: o ‘amigo’ de Lula”. 22 de fevereiro de 2011. Disponível em <http://blogs.estadao.com.br/sala-ao-lado/2011/02/22/kadafi-o-amigo-de-lula/> (acesso em setembro de 2012).
7. Ripardo, S. “Petrobras fecha acordo de exploração com estatal líbia”. *Folha Online*, 15 de março de 2005.
8. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Disponíveis em <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>.
9. Amorim, C. “Brazil and the Middle East: reflections on Lula’s South-South cooperation”. In: *Cairo Review*, Vol.2, p.50. 2011.
10. Idem, p.56.
11. Monteiro, T. “Com al-Assad, Lula rejeita que ‘não há solução’ para o Oriente Médio”. *O Estado de S. Paulo*, 30 de junho de 2010.
12. Essa “nova característica” do governo Dilma veio para o bem, na opinião de Cantanhêde, E. “Atos, palavras, símbolos”. *Folha de S. Paulo*, 12 de janeiro de 2011; mas não surtiu os devidos efeitos, conforme sugere Rossi, C. “Diplomacia de baixa voltagem”. *Folha de S. Paulo*, 28 de agosto de 2011.
13. Corrêa, A. “Para estrangeiros, mudança de estilo é marca inicial da era Dilma”. *BBC Brasil*, 8 de abril de 2011.
14. Amorim, C. “O Brasil e os direitos humanos: em busca de uma agenda positiva”. In: *Política Externa*, Vol.18, no.2, p.75, 2009.
15. Elizondo, G. “Brazil’s business in Libya”. *Al Jazeera Americas*, 21 de fevereiro de 2011. [Blogs.aljazeera.net](http://blogs.aljazeera.net).
16. Santos, D. “Brasil reconhece estados e não governos, diz Patriota sobre a Líbia”. *Portal G1*, 23 de agosto de 2011.
17. “Isolating Assad”. *The New York Times*, 31 de agosto de 2011.
18. Nader, L.; Sciré, F. “Mais quantas primaveras?”. *O Estado de S. Paulo*, 04 de dezembro de 2011.
19. “Irã critica Dilma e diz que Lula faz muita falta”. *Folha de S. Paulo*, 23 de janeiro de 2012.
20. Roth, K. “Time to abandon the autocrats and embrace rights”. *Human Rights Watch - World Report 2012*. Disponível em <http://www.hrw.org/world-report-2012/time-abandon-autocrats-and-embrace-rights> (acesso em setembro de 2012).
21. Nader e Sciré, *op. cit.*, 2011.

NOME DO GRUPO

HISTÓRIA E IDEOLOGIAS
CONTEMPORÂNEAS NO ORIENTE
MÉDIO

LÍDER DO GRUPO

ARLENE ELIZABETH CLEMESHA

ÁREA PREDOMINANTE

Ciências Humanas; História

LINHAS DE PESQUISA

Ideologias do Oriente Médio
contemporâneo; Formação do Islã

INSTITUIÇÃO

USP

ENDEREÇO

Av. Prof. Luciano Gualberto, 403,
Sala 15 – São Paulo – SP
CEP: 05508-900
Tel: (11) 3091-4299

NOME DO GRUPO

NÚCLEO DE PESQUISAS EM FILOSOFIA
ISLÂMICA E JUDAICA

LÍDERES DO GRUPO

CECILIA CINTRA CAVALEIRO DE
MACEDO; JAMIL IBRAHIM ISKANDAR

ÁREA PREDOMINANTE

Ciências Humanas; Filosofia

LINHAS DE PESQUISA

Produção filosófica islâmica
e judaica

INSTITUIÇÃO

Unifesp

ENDEREÇO

Estrada do Caminho Velho, 333
Bairro dos Pimentas – Guarulhos – SP
CEP: 07252-312
Tel: (11) 3381-2000

NOME DO GRUPO

FLUXOS TRANSNACIONAIS E
CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES:
ETNOGRAFIA DE DIÁSPORAS E REDES
MÉDIO-ORIENTAIS NO BRASIL E NO
ORIENTE MÉDIO

LÍDER DO GRUPO

PAULO GABRIEL HILU DA ROCHA
PINTO

ÁREA PREDOMINANTE

Ciências Humanas; Antropologia

LINHAS DE PESQUISA

Dimensão local e transnacional da
construção de identidades das
comunidades médio-orientais no
Brasil e na América do Sul

INSTITUIÇÃO

UFF

ENDEREÇO

Campus do Gragoata, Bloco O,
Gragoata – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 24210-350
Tel: (21) 2629-2867

NOME DO GRUPO

NÚCLEO DE ESTUDOS DO ORIENTE

LÍDERES DO GRUPO

VÂNIA CARVALHO PINTO; DANIELLY
SILVA RAMOS BÉCARD

ÁREA PREDOMINANTE

Ciências Humanas; Ciência Política

LINHAS DE PESQUISA

Relações internacionais do Oriente
Médio; Relações internacionais
da China

INSTITUIÇÃO

UnB

ENDEREÇO

Campus Universitário Darcy Ribeiro,
FA Cx. Postal: 04306 Asa Norte
Brasília – DF – CEP: 70919-970
Tel: (61) 3107-0746

NOME DO GRUPO

TEMÁTICAS, NARRATIVAS E
REPRESENTAÇÕES ÁRABES, AFRICANAS,
ASIÁTICAS E SUL-AMERICANAS E DE
COMUNIDADES DIÁSPÓRICAS

LÍDER DO GRUPO

PAULO DANIEL ELIAS FARAH

ÁREA PREDOMINANTE

Linguística, Letras e Artes; Letras

LINHAS DE PESQUISA

Reflexão crítica sobre temáticas
árabes, africanas, asiáticas, sul-
americanas e suas diásporas

INSTITUIÇÃO

USP

ENDEREÇO

R. Baronesa de Itu, 639 – Santa
Cecília – São Paulo – SP – CEP:
01231-001 – Tel: (11) 9609-5535

NOME DO GRUPO

GRUPO DE ESTUDOS DO ORIENTE
MÉDIO E MAGREB

LÍDER DO GRUPO

DANNY ZAHREDDINE

ÁREA PREDOMINANTE

Ciências Humanas; Ciência Política

LINHAS DE PESQUISA

Relações de conflito e cooperação
no Oriente Médio e Magreb

ENDEREÇO

Av. Dom José Gaspar, 500 – Coração
Eucarístico – Belo Horizonte – MG
CEP: 30535-901
Tel: (61) 3319-4257

CINEMA ÁRABE

Produções contam histórias de revolução, amor e diversidade cultural

Conflitos políticos, revolução, pobreza – mas também amor, família e até futebol. Esses temas perpassam o cinema árabe que, apesar de sua longa história, ainda é pouco conhecido por um público mais amplo no Brasil. A exibição de filmes árabes ainda está restrita a mostras e festivais de cinema, ao setor de filmes de arte nas locadoras de vídeo, e raramente entram no circuito comercial. “O cinema árabe tem longa tradição e excelentes produções, mas é pouco visto no país, a não ser por distribuições esporádicas ou eventos”, afirma Soraya Smaili, diretora cultural do Instituto da Cultura Árabe (ICArabe) e idealizadora da Mostra Mundo Árabe de Cinema (MMAC). A boa notícia: tais mostras estão aumentando, trazendo mais produções e chamando a atenção de um público cada vez maior.

A própria MMAC é um exemplo disso. Realizada há sete anos na capital paulista, começou exibindo apenas seis filmes. Em sua última edição, exibiu 32 produções. Além disso, este ano o evento trouxe ao país a mostra “Mapeando a subjetividade”, apresentada no Museu de Arte Moderna de Nova York (EUA), que exibiu filmes clássicos e raros do Oriente Médio. O Brasil é o primeiro país da América Latina a receber a mostra. A MMAC também se expandiu para outras cidades, tendo



Cena de *Ok, Basta, Adeus!*, filme de estreia da dupla de diretores Rania Attieh e Daniel Garcia

sido realizada em Brasília (DF) e Belo Horizonte (MG) em 2011, e no Rio de Janeiro (RJ) em 2012.

Em São Paulo também acontece outra mostra de cinema árabe, o Festival Cinema do Oriente Médio – realizado desde 2007 com o nome Mostra de Cinema Imagens do Oriente (IMO) –, que exhibe o que há de mais recente na produção cinematográfica da região. E, no começo deste ano, Brasília fez a primeira edição de sua mostra de cinema árabe, a Imagens do Oriente Médio, que fez parte do 1º Festival Internacional de Artes de Brasília.

O público que participa dessas mostras também aumentou. E, de acordo com as curadoras dos eventos, recebem muito bem as produções árabes. “Existe um estranhamento que dificulta a compreensão, porque o cinema árabe tem uma linguagem própria a qual o público muitas vezes não está acostumado. Então, o espectador tem uma surpresa com essa diferença, mas é uma surpresa agradável, que

traz um desafio – o desafio de compreender o diferente. E isso faz parte do processo de aproximação entre o público e o cinema (e, de modo mais amplo, a cultura) árabe”, aponta Arlene Clemesha, professora de história árabe, diretora do Centro de Estudos Árabes da USP, e curadora da mostra Imagens do Oriente de Brasília.

A PRIMAVERA E O CINEMA Esse crescimento, porém, não deve ser interpretado como um *boom* do cinema árabe. Arlene ressalta que não há um aumento anormal dessas produções cinematográficas, mas sim um crescente interesse de público em buscar filmes que retratem a realidade e a diversidade da região. A Primavera Árabe – série de movimentos populares que luta por mudanças políticas e justiça social – é uma das motivações para tornar tais exhibições mais atrativas. O movimento iniciou-se em 2010, na Tunísia, e atingiu seu ápice em 2011, com a derrubada do ditador egípcio Hosni Mubarak. “Vive-

mos um momento de transformações em toda parte e, fortemente, nos países árabes, e há enorme interesse da sociedade brasileira em conhecer essa cultura e a recente produção cinematográfica desses países”, explica Soraya. Mas o interesse do público pelo cinema da região surgiu antes da Primavera Árabe, pós 11 de setembro, com os atentados nos Estados Unidos, que levaram a uma maior exposição na mídia sobre o Oriente, estimulando a curiosidade pela cultura árabe”, explica a curadora.

Essas revoluções e conflitos marcam não só a história do Oriente Médio mas, também, sua produção cinematográfica. É o caso de *Nascido em 25 de janeiro* (Egito-2011), de Ahmad Rashwan. O documentário retrata o início da revolta popular no Egito que derrubou o ditador Mubarak. “Com esse filme é possível entender porque os jovens egípcios lotaram a Praça Tahrir (praça central da capital do Egito), entre outras coisas”, diz Soraya.

Muito antes dessa onda, o filme *Crônica dos anos de ira* (Argélia-1975), dirigido por Mohammed Lakhdar-Hamina, já mostrava os eventos que levaram à guerra de independência da Argélia, e se tornou a primeira produção árabe premiada com a Palma de Ouro no Festival de Cinema de Cannes. Essa realidade de guerras e revoluções é muito forte no cinema árabe, mas as produções são também muito ricas ao retratar outras faces dessa cultura, não tão expostas ao olhar usual da mídia, explica a curadora.

REVOLUÇÃO E FUTEBOL É o caso de filmes cujo foco está na vida cotidiana,

em histórias amorosas e nos gostos populares, como o futebol, por exemplo. O documentário *Sobre futebol e barreiras* (Brasil-2011), dirigido por quatro brasileiros liderados por Arturo Hartman, que desde 2005 trabalha como repórter retratando assuntos ligados ao Oriente Médio, usa a Copa do Mundo de 2010 como pano de fundo para discutir questões-chave da história e da sociedade local.

A QUESTÃO FEMININA Situações cotidianas, até mesmo banais, e espaços bem particulares servem de cenário para discussões profundas sobre política, sociedade e religião. *Estrelas em plena luz do dia* (Síria-1988) e *Caramelo* (França/Líbano-2007) seguem esse modelo, contando histórias envolventes e universalmente reconhecidas. O primeiro, um clássico do cinema árabe, retrata como um casamento duplo se torna um verdadeiro drama quando uma das noivas foge e a outra se recusa a casar. Através da relação dos personagens, desvela-se a fragilidade das relações familiares, mostrando a violência do poder arbitrário em uma sociedade patriarcal e fazendo uma forte crítica política. *Caramelo*, comédia que teve grande repercussão no Ocidente, mostra o cotidiano de cinco mulheres que se encontram frequentemente em um salão de beleza para discutir assuntos íntimos, mas acaba por fazer um retrato sutil do papel da mulher na sociedade árabe e coloca em debate questões sociais e culturais.

Ao contrário do que se imagina, as mulheres ocupam lugar importante como atrizes, diretoras e produto-

ras. “As mulheres têm aumentado muito sua participação no cinema. E as produções vão retratar esse perfil, que é ativo, e não passivo, tanto na sociedade quanto no cinema”, afirma Arlene. Diretoras como Jocelyn Saab, Rania Attieh, Joana Hadjithomas, Rania Stephan, Maha Mamoun, Maysoon Pachachi, Nadia El Fani e Nadine Labaki são bons exemplos da presença feminina nas produções árabes, que alcançaram reconhecimento internacional.

A discussão do papel da mulher árabe no cinema e na sociedade tem lugar de destaque nas produções. *Amor abortado* (França-1983) retrata a mudança do status social e econômico da mulher no Egito através do relato de mulheres de diferentes classes e profissões. O documentário foi realizado para a Conferência de Igualdade de Gênero, de 1985, realizado em Pequim. *Câmeras abertas* (Síria/Reino Unido-2009), da diretora Mausoon Pachachi, é outro documentário que aborda essa questão, mostrando o olhar feminino por meio das lentes fotográficas de cinco mulheres iraquianas.

Mas talvez o filme mais emblemático da questão feminina seja *Dunia* (Líbano/Egito/França-2006). No filme, a protagonista sonha em ser bailarina e poeta, mas sua expressão é inibida por sua crença de que uma mulher não pode mover o corpo sensualmente. “Ao contrário do que se imagina sobre a mulher árabe, Dunia é o emblema da importância da descoberta emancipadora, do universo feminino, da beleza pura e ao mesmo tempo digna”, afirma Smaili.

Chris Bueno

REFLEXÕES SOBRE AS TENDÊNCIAS DA REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NO BRASIL, À LUZ DOS ÚLTIMOS RESULTADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO 2010

José Irineu Rangel Rigotti

Como há evidências de que as migrações no Brasil sofreram alteração de suas tendências históricas, especialmente a partir de meados dos anos 1980, as informações censitárias sobre as migrações permitem a identificação e comentários de alguns cenários possíveis, da redistribuição espacial da população.

Levando em conta as 27 unidades federativas do Brasil, os dados revelam que o volume de migrantes de data fixa (1) aumentou de 4,2 milhões no período 1986/1991 para 5,2 milhões em 1995/2000; porém diminuiu para 5,0 milhões entre 2005/2010. Isso mostra diminuição relativa do contingente de migrantes interestaduais, uma vez que houve aumento da população brasileira, especialmente naquelas idades de maior propensão a migrar - adultos jovens. No entanto, tal observação não deve esconder o fato de que o número de migrantes intraestaduais aumentou de 8,9 milhões, no período 1986-1991 para 9,5 milhões, no quinquênio 2005-2010.

Tal diminuição das migrações interestaduais refletiu-se nos saldos migratórios. Em quatro das cinco regiões, ocorreu diminuição dos volumes dos saldos, quer seja onde houve ganhos de população, quer seja onde houve perdas líquidas, mostrando que, nestes níveis de agregação geográfica, há redução do papel da componente migratória para o crescimento demográfico. Entre aquelas unidades que

TABELA 1 - SALDOS MIGRATÓRIOS (SM) E TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO: 1986/1991 E 2005/2010

UR/ Região	SM 1995/2000	TLM 1995/2000	SM 1995/2010	TLM 2005/2010
RO	10.591	0,77	12.226	0,78
AC	-2.434	-0,44	-868	-0,12
AM	30.968	1,10	20.148	0,58
RR	33.370	10,29	14.348	3,19
PA	-52.190	-0,84	-39.827	-0,53
AP	29.469	6,18	21.800	3,26
TO	12.917	1,12	8.652	0,63
N	62.691	0,49	36.479	0,23
MA	-173.650	-3,07	-164.981	-2,51
PI	152.079	-1,83	-70.422	-2,26
CE	-23.783	-0,32	-68.851	-0,81
RS	6.631	0,24	13.714	0,43
PB	-61.480	-1,78	-29.495	-0,78
PE	-115.417	-1,46	-75.088	-0,85
AL	-71.982	-2,55	-76.716	-2,46
SE	-4.822	-0,27	7.895	0,38
BA	-267.466	-2,04	-237.134	-1,69
NE	-764.048	-1,60	-701.078	-1,32
MG	39.122	0,22	-14.105	-0,07
ES	34.003	1,10	60.700	1,73
ES	45.537	0,32	23.104	0,14
RJ	339.925	0,92	255.796	0,62
SP	458.587	0,63	325.495	0,41
SE	-39.690	-0,41	-21.513	-0,21
PR	59.986	1,12	172.455	2,76
SC	-39.496	-0,039	-74.649	-0,70
RS	-19.200	-0,08	76.293	0,28
MS	-11.029	-0,53	18.065	0,74
MT	42.571	1,70	22.367	0,74
GO	202.804	4,05	207.829	3,46
DF	27.624	1,35	14.550	0,57
CO	261.970	2,25	262.811	1,87

tradicionalmente apresentaram migração líquida positiva enquadram-se as regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste, enquanto o Nordeste continuou perdendo população, especialmente para o Sudeste.

Entretanto, houve uma exceção a este comportamento geral, uma vez que a região Sul passou, de perdedora líquida de

população para um ganho substancial, ainda mais se levando em conta seu saldo negativo de 185 mil pessoas, entre 1986 e 1991. Este ganho deve-se, exclusivamente, aos constantes saldos migratórios positivos de Santa Catarina, que atingiram a marca de 174 mil pessoas, no período 2005 a 2010 – um dos maiores do segundo quinquênio do século XXI. Isso ajuda a explicar as constantes e cada vez mais significativas perdas do Rio Grande do Sul, uma vez que ocorreu expressivo aumento dos fluxos deste estado para Santa Catarina. Tal comportamento, de aumentos gradativos e sustentados nos ganhos líquidos de população, só foi repetido em Goiás, que apresentou a maior TLM Taxa Líquida de Migração (2) – de 3,56% – do país e o segundo maior saldo, no período 2005/2010, sendo atualmente uma das mais importantes áreas de atração do Brasil.

Colocados em perspectiva, cabe indagar se mesmo as unidades da federação com ganhos migratórios constantes prosseguirão com esses níveis, no futuro. A experiência histórica tem demonstrado que mesmo as unidades espaciais com destacado ganho líquido de população tendem, no decorrer do tempo, a experimentar redução em seus saldos. Tomando como base as tendências históricas, é possível que nas próximas décadas as áreas que exerceram atração sobre grandes volumes de migrantes no passado continuem a perder participação relativa de seus contingentes populacionais no total do país. Há uma tendência de diminuição dos saldos líquidos positivos e, conseqüentemente, das TLM, em unidades como São Paulo, Tocantins, Mato Grosso e Distrito Federal. Isso significa que estas unidades da federação, apesar de atraírem população, experimentam relativo enfraquecimento no poder de atração e absorção da população migrante, em que pese o expressivo saldo migratório do caso paulista, com ganhos de mais de 300 mil pessoas, entre 2005 e 2010, mas bem menores do que aqueles três milhões dos anos 1970, e mesmo comparado às quase 750 mil pessoas, entre 1986 e 1991. Considerando a tendência histórica, esse estado deve continuar com queda em suas TLM, mas de forma bem gradativa, dado seu peso populacional e seu histórico poder de atração, uma situação que dificilmente mudará abruptamente.

Mato Grosso, Mato do Grosso do Sul e Tocantins, áreas com participação expressiva das atividades agropecuárias, parecem ter estabilizado seus ganhos populacionais. No caso do Distrito Federal, certamente sua dinâmica migratória relaciona-se fortemente com aquela do estado de Goiás, que

tem sido uma área de atração também para aqueles que deixam a capital federal. Este é um fenômeno nos moldes das grandes regiões metropolitanas brasileiras, cujas sedes perdem população para o entorno mais imediato.

Muitos outros estados apresentam histórico de ganhos líquidos de população desde meados dos anos 1980, porém, dificilmente se reverterão em grandes áreas de atração populacional nas próximas décadas. Tanto em termos absolutos quanto relativos, Rondônia, Amazonas, Roraima, Amapá e Tocantins, na Região Norte, sofreram redução dos saldos e da participação destes na população. O caso de Rondônia é particular. Pode-se especular que este estado provavelmente sentirá os impactos das obras das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, o que deverá favorecer os saldos migratórios positivos, mesmo por algum tempo após o término das obras.

Parece que obras de infraestrutura e a exploração de recursos naturais estão incrementando os ganhos populacionais ou até mesmo revertendo antigas perdas em algumas áreas, uma vez que estados como Rio de Janeiro, Espírito Santo e Sergipe, onde as indústrias petrolíferas e de gás natural possuem expressiva participação nas economias locais, experimentaram saldos migratórios positivos, no quinquênio 2005-2010. Mesmo assim, com exceção do Espírito Santo, as TLM são próximas de zero.

No outro extremo, as tradicionais áreas de evasão, principalmente o Nordeste, também devem continuar a experimentar diminuição gradativa do ritmo de perdas líquidas. De fato, houve uma tendência de diminuição dos saldos migratórios negativos, como na Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Paraná. Contudo, alguns dos estados mais pobres do Nordeste tendem a continuar com expressivas perdas populacionais, como Alagoas, Maranhão e Piauí. Estes situam-se entre aqueles com as mais expressivas perdas populacionais do país.

Em face do quadro delineado anteriormente, tudo apontaria para uma tendência geral de redução da mobilidade populacional no país, ao menos no nível de unidades da federação. Mas tal conclusão parece precipitada, à luz de alguns outros resultados do próprio Censo Demográfico 2010.

A INTENSIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE CURTO PRAZO A seguir, analisamos um fenômeno relativamente pouco conhecido no Brasil: os movimentos de retorno que ocorrem dentro de um curto prazo de tempo – neste caso, os quinquênios cap-

tados pelos recenseamentos, independentemente dos migrantes serem ou não naturais das unidades da federação. A forma de tratamento das informações censitárias que permitem esse tipo de análise são explicadas em detalhes em alguns textos, e não serão detalhadas neste artigo (3).

A relevância desse tipo de mobilidade reside no fato de que esses migrantes retornados, em um curto prazo, não contribuem para o saldo migratório e, portanto, não estavam incluídos nas análises anteriores. Os dados dos censos de 1991 e de 2000 mostraram que essa modalidade de movimento vinha ganhando importância no Brasil (Rigotti, 2008). Com a recente divulgação dos dados da amostra do Censo Demográfico 2010, torna-se possível averiguar se esse tipo de mobilidade continuou se intensificando. A tabela 2 mostra os migrantes que residiam em determinada UF no início de cada quinquênio e para ali retornaram antes do final do período.

No quinquênio de 1986-1991, o volume de imigrantes interestaduais de retorno de curto prazo somava pouco menos de 580 mil pessoas no Brasil, ou seja, 10,4% do total de migrantes de última etapa (4), com menos de 5 anos de residência. Este contingente aumentou 156,9% (para quase 1,5 milhão de pessoas) no período seguinte, correspondente a 22,3% do total. Chama atenção o fato de que todas as unidades da federação, sem exceção, experimentaram aumentos percentuais substanciais desse tipo de mobilidade, sendo que os maiores ocorreram naqueles estados cuja participação era menor, no primeiro quinquênio considerado. Alguns destaque são: os estados da região Norte, área de ocupação mais recente; bem como o estado de São Paulo, com o maior volume entre todas as unidades da federação e aumento relativo de 289,7%, entre os dois períodos; e também o Mato Grosso, com o maior aumento relativo, se desconsideramos os estados da região Norte. Portanto, há fortes evidências de que o início deste novo século foi marcado pela intensificação dos movimentos migratórios interestaduais de ida e volta, em curto período de tempo.

Os dados do Censo Demográfico 2010 revelam que houve um aumento de cerca de 350 mil imigrantes retornados de curto prazo, quando se compara o período 2005-2010 com o anterior, 1995-2000. Relativamente mais modesto do que o aumento verificado entre os dois primeiros quinquênios, os dados do período 2005-2010, no entanto, mostram que a proporção de retorno de curto prazo no Brasil sobre o total de migrantes do quinquênio (28,3%) é ainda maior.

Em termos de aumento relativo, destacam-se o Distrito Fe-

TABELA 2 - MIGRANTES DE CURTO PRAZO, PERCENTUAL DE IMIGRANTES DE CURTO PRAZO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE IMIGRANTES DE ÚLTIMA ETAPA, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1986/1991, 1995/2000 E 2005/2010

Unidades da Federação	1986/1991 imigrantes de curto prazo		1995/2000 imigrantes de curto prazo		2005/2010 imigrantes de curto prazo	
	Total	% Imig.	Total	% Imig.	Total	% Imig.
Rondônia	4.326	3,29	27.633	24,90	22.236	25,24
Acre	926	6,66	3.918	22,32	5.531	28,50
Amazonas	6.595	10,00	12.588	12,32	29.324	29,10
Roraima	1.492	4,05	4.820	9,17	7.331	22,29
Pará	9.768	4,40	63.142	25,75	68.230	29,63
Amapá	1.064	4,31	6.715	13,09	9.524	20,46
Tocantins	6.756	7,58	25.423	21,04	21.964	20,40
Maranhão	15.667	13,15	39.916	28,36	46.553	30,58
Piauí	16.801	18,72	29.500	24,95	26.713	26,63
Ceará	40.479	24,97	60.999	27,24	60.854	35,13
Rio G. do Norte	10.406	12,10	24.227	23,72	24.013	26,17
Paraíba	22.569	20,25	40.146	28,24	33.194	25,69
Pernambuco	31.998	15,71	60.011	26,69	66.527	30,94
Alagoas	8.451	12,19	22.442	28,62	24.768	31,61
Sergipe	9.362	14,33	16.454	24,00	18.652	26,02
Bahia	48.412	20,60	93.087	27,09	113.903	33,20
Minas Gerais	60.324	13,96	123.896	21,67	166.775	30,70
Espírito Santo	8.233	5,73	32.871	20,29	42.639	24,58
Rio de Janeiro	43.841	14,75	93.687	22,66	128.001	32,13
São Paulo	91.993	6,20	358.539	22,66	421.794	29,85
Paraná	61.391	18,58	91.018	23,44	109.797	28,74
Santa Catarina	13.653	7,42	47.426	19,19	74.789	19,88
Rio G. do Sul	13.850	10,81	47.395	29,48	72.049	41,25
Mato G. do Sul	8.744	6,58	24.639	20,14	33.360	25,21
Mato Grosso	11.790	4,94	52.607	24,03	51.169	26,22
Goiás	19.586	6,81	65.395	14,93	106.633	22,66
Distrito Federal	10.264	4,99	18.331	7,82	50.041	20,81
Brasil	578.741	10,35	1.486.826	22,25	1.836.364	28,34

Fonte: IBGE Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010

deral (173,0%) e o Amazonas (133,0%), enquanto em números absolutos, São Paulo novamente se destaca, com aumento de 63 mil pessoas, seguido por Minas Gerais (43 mil pessoas), Goiás (41 mil pessoas), Rio de Janeiro (34 mil pessoas) e Distrito Federal (32 mil pessoas). Em contrapartida, também ocorreram casos de diminuição do número de retornados de curto prazo, como em Rondônia, Tocantins, Piauí, Paraíba e Mato Grosso. Vale notar que, em todo o país, apenas no Tocantins e Paraíba houve diminuição relativa de migrantes de retorno de curto prazo. Em outras palavras, a intensificação desta modalidade de migração foi muito consistente, ainda que seu grande salto tenha se dado no último quinquênio do século passado.

Parece haver uma relação inversa entre a participação de retornados de curto prazo e o histórico dos saldos migratórios, isto é, onde houve grandes perdas líquidas de população no

passado, esta participação é maior, e vice-versa. Enquanto os três maiores percentuais de migrantes de curto prazo se encontram no Rio Grande do Sul, Ceará e Bahia, os três menores se localizam em Santa Catarina, Tocantins e Amapá. Em resumo, as informações analisadas deixam clara a tendência de redução do volume dos saldos migratórios interestaduais, tanto positivos quanto negativos, fato acompanhado também pela regionalização dos fluxos e emergência de novas formas de mobilidade, como vêm ressaltando vários autores (Cunha e Baeninger; 2005; Baeninger, 2008; Rigotti, 2006 e 2008; entre outros). Paradoxalmente, tudo leva a crer que a mobilidade populacional se intensificou, constituindo-se em uma tendência deste início de século.

CONSIDERAÇÕES FINAIS Na última década do século passado, os estudiosos das migrações no Brasil se depararam com novas formas de mobilidade, que ainda estão longe de ser totalmente elucidadas. Sinteticamente, no início do milênio, o conjunto das TLM das regiões apresentadas neste artigo mostra que, proporcionalmente, o Centro-Oeste foi quem mais atraiu população de outras regiões, seguido pelas regiões Norte e Sudeste. Na região Sul, o estado de Santa Catarina é o grande destaque, atraindo pessoas do Paraná e Rio Grande do Sul, haja vista o saldo praticamente nulo da região como um todo. Continuando a histórica incapacidade de reter população nas suas fronteiras regionais, o Nordeste continuou com perdas líquidas, embora, tudo indique que alguns de seus estados estejam atraindo migrantes da região. Do ponto de vista dos fluxos de população, a incapacidade das áreas de destino em reter os migrantes por longos períodos, como na fase de urbanização acelerada, a maior rotatividade migratória, transformações nas regiões metropolitanas e emergência de novas áreas de retenção de migrantes marcam a virada do milênio.

Este artigo procurou lançar luzes em alguns desses aspectos, levantando informações mais recentes, que apontam para um provável recrudescimento da mobilidade espacial dos migrantes, paradoxalmente acompanhada pela diminuição dos saldos migratórios interestaduais, especialmente aqueles de mais longa distância.

Muitas das questões aqui levantadas e analisadas precisam ser aprofundadas, com novos estudos baseados nos resultados da amostra do Censo Demográfico 2010. Certamente muitas das questões ainda não respondidas poderão ser analisadas mais profundamente nos próximos anos, mas a

aparente diminuição da mobilidade populacional entre unidades da federação que muitos creditam ao arrefecimento dos saldos migratórios não foi confirmada, ao contrário, os indícios sugerem que ela tenha aumentado, ainda que com novos contornos.

José Irineu Rangel Rigotti é professor de demografia do Cedeplar/Universidade Federal de Minas Gerais.

NOTAS

1. Corresponde aos migrantes que, há cinco anos, não residiam na UF onde moravam na data do recenseamento.
2. Proporção do saldo migratório do quinquênio 2005-2010 em relação à população recenseada em 2010.
3. O leitor interessado encontrará os detalhes nos textos: de Carvalho e Rigotti (1998), Rigotti (1999) e Rigotti (2008), referenciados na bibliografia abaixo.
4. Corresponde aos migrantes com menos de cinco anos de residência na UF, com cinco anos ou mais de idade.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Baeninger, R. "Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI". Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, 2008.
- Becker, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia*, São Paulo: Garamond: 2006.
- Carvalho, J. A. M. de.; Garcia, R. A. "Estimativas decenais e quinquenais de saldos migratórios e taxas líquidas de migração do Brasil, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo unidade da federação e macrorregião, entre 1960 e 1990, e estimativas de emigrantes internacionais do período 1985-1990". Cedeplar/UFMG, 2002.
- Carvalho, J.A. M. de. & Rigotti, J.I.R. "Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise". *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, Vol. 15, n.2, 1999.
- Cunha, J. M. P. "(Des)continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período 1970/91: qual o efeito da crise?". *Revista Brasileira de Estudos da População*, Campinas: Abep, Vol.16, n.1/2, p.83-98.1999.
- _____. "A migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela Pnad 2004". *Parcerias Estratégicas*. Brasília, n. 22, p.381-439. 2006.
- _____. e Baeninger, R. "Cenários da migração no Brasil nos anos 90". *Cadernos do CRH*. Salvador, Vol. 18 nº 43. 2005.
- Rigotti, J.I.R. "Técnicas de mensuração das migrações: aplicações aos casos de Minas Gerais e São Paulo". Tese de doutorado em demografia. Cedeplar/UFMG, 1999.
- Rigotti, J. I. R. "A geografia dos fluxos populacionais brasileiros". *Estudos Avançados*, São Paulo, Vol.20, n.57, p.237-254. 2006.
- Rigotti, J.I.R. (2008). "A (re)distribuição da população brasileira e possíveis impactos sobre a metropolização". In: 32º Encontro da Anpocs. Caxambu.
- Rigotti, J. I. R. "Información de los censos demográficos del Brasil sobre migraciones internas: críticas y sugerencias para el análisis". *Notas de Población*, Santiago, nº 88, 2010.
- Rigotti, J. I. R. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. In: Cunha (Org.) *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Nepo/Unicamp, Campinas, 2011.

“CHRIS MARKER: O DISCRETO ARTESÃO DO TEMPO E DA MEMÓRIA FOI TAMBÉM UM GÊNIO DA HUMILDADE”

Christian François Bouche-Villeneuve morreu em Paris no dia 30 de julho – 91 anos completos após seu nascimento, em 29 de julho de 1921. No final dos anos 1940, Bouche-Villeneuve assumiu um pseudônimo pronunciável na maioria das línguas: Chris Marker. Em entrevista com Guy Gauthier para *Image et Son* (no. 162-162, junho de 1963, p.52-53), Alain Resnais pontuava: “Existe uma teoria que circula, e com um certo fundamento, segundo a qual Chris Marker seria um extraterrestre. Ele tem aparência humana, mas a verdade é que vem do futuro ou de um outro planeta.” Escritor, fotógrafo, cineasta, artista multimídia – um *bricoleur* de imagens, como ele mesmo gostava de se definir –, Marker foi um pioneiro do cinema experimental, do *cinéma vérité* (embora preferisse o rótulo “*ciné, ma vérité*”), do filme-ensaio e das artes do vídeo, entre outras modalidades fronteiriças e desafiadoras das convenções estabelecidas. Viajante inveterado, ávido por imagens dos mais diversos cantos do planeta, Marker aparece escondendo o rosto em *Tokyo-Ga* (1985), de Wim Wenders, flagrado num café da capital japonesa. Avesso a badalações, não dava muitas entrevistas e evitava ser fotografado. A marca que deixa na história do cinema, bem como sua

influência sobre outros cineastas, é inversamente proporcional à sua vontade de aparecer.

A obra de Marker se constitui de uma variedade de trabalhos nos mais diversos suportes e formatos: livros, instalações, mídias digitais e mais de 50 filmes. Como denominador comum de uma carreira tão multifacetada, sobressai o interesse pela natureza do tempo e o fascínio pela memória. Marker estreou no cinema com o documentário *Olympia 52*, sobre os Jogos Olímpicos de Helsinque, na Finlândia, em 1952. No ano seguinte, o artista escreveu o roteiro da narração para o documentário *Estátuas também morrem* (*Les statues meurent aussi*, 1953), o qual dirigiu junto com Alain Resnais. Este filme ganhou o prêmio Jean Vigo e foi censurado por mais de 10 anos na França, em virtude de seu conteúdo político.

AS MARCAS DE MARKER O refinamento do recurso à *voz-over* (a “voz da imagem”) revelou-se um traço distintivo no cinema de Marker. Esse tipo de narração – a “voz de Deus” – está em filmes do início de sua carreira, como *Domingo em Pequim* (*Dimanche à Peking*, 1956) ou *Cartas da Sibéria* (*Lettre de Sibérie*, 1957). O documentário *Cartas da Sibéria* propõe uma fascinante reflexão so-

bre as relações interditas entre imagem e palavra, reproduzindo uma mesma sequência sob comentários absolutamente distintos. A imagem – assim provoca Marker – assume um estatuto ambíguo e fugidio, sujeito a diferentes impositões ideológicas. *Cartas da Sibéria* suscitou o crítico André Bazin a pensar num “ensaio sob forma de filme”, e desse em momento em diante ganha visibilidade o formato do “filme-tese”. A *voz-over* está presente também no que talvez seja o mais célebre dos filmes de Marker, o curta-metragem *La jetée* (1962), definido pelo diretor como “a história de um homem marcado por uma imagem da infância” (“*Ceci est l’histoire d’un homme marqué par une image d’enfance*”). Ficção científica sobre viagem no tempo, *La jetée* foi realizado após a filmagem de *Le joli mai* (1963), documentário que buscava revelar, por meio de entrevistas nas ruas de Paris, o inconsciente coletivo francês marcado pela guerra na Argélia. Construído a partir de imagens estáticas, com exceção de um único plano com movimento, *La jetée* ilustra o fascínio de Marker pela obra de Alfred Hitchcock, em especial *Um corpo que cai* (*Vertigo*, 1958), citado, entre outros momentos, na cena em que o viajante do tempo explica à amada o decorrer das eras recorrendo à árvore seccionada – em 1997, Marker apresentava o CD-ROM *Immemory* (Paris: Yves Gevaert Editeur/Centre Georges Pompidou), obra interativa voltada ao tema da memória e outra homenagem a Hitchcock. *Immemory* oferece também um denso inventário da obra do artista e suas influências. Se o cinema permite uma sofisticada



Em 91 anos de vida, Chris Marker deixa uma obra com mais de 50 filmes, em que sobressai seu interesse pela natureza do tempo e fascínio pela memória

da manipulação do tempo através da montagem, *La jetée* demonstra que mesmo imagens estáticas podem ser criativamente submetidas ao fluxo do tempo, em favor de uma macro-narrativa. Com isso, o filme trata de um conteúdo posto em constante debate através de sua forma. A propósito de *La jetée*, Raymond Bellour explica, em *Entre-Imagens* (Campinas: Papyrus, 1997), “por que esse filme de ficção (e até mesmo de ficção científica) pode parecer indispensável numa seleção de caráter documentário (...)” (p. 170). Bellour observa também que “(...) não é o movimento que define o cinema de forma mais profunda (...), mas o tempo” (1997, p. 92). Como no documentário clássico, a narração de Jean Negroni em *La jetée* guia o espectador a determinadas conclusões ou “descobertas morais”. Quando a viagem no tempo começa a se efetuar, o narrador instiga nosso afeto pela realidade ao comentar o aparecimento de ima-

gens “verdadeiras”: “um quarto de dormir verdadeiro”, “crianças verdadeiras”, “pássaros verdadeiros”, “gatos verdadeiros” e “sepulturas”. *La jetté* atingiu o status de filme cult e sua influência e valor cinematográfico são inversamente proporcionais à sua concisão e singeleza. O filme de Marker foi a base para *Os doze macacos* (*Twelve monkeys*, 1995), longa-metragem hollywoodiano dirigido por Terry Gilliam, e inspirou homenagens como *La vie d’un chien* (2005), de John Harden, curta vencedor no Festival de Cannes. Sobre essa pérola na carreira de Marker, Terry Gilliam comentou: “O filme funciona porque é tão tecnicamente brilhante, funciona num nível musical – é como se ouvíssemos música. A montagem é a mais extraordinária que jamais vi, porque é um ritmo que está sendo estabelecido, e a voz, a narrativa, você está lidando com poesia neste ponto.” Em 1967, Marker fundava o coletivo Slon (*Société pour le Lancement*

des Oeuvres Nouvelles) – e que também significa “elefante”, em russo. Entre os filmes do Slon estão *À bientôt, j’espère* (1968), sobre greve em indústria têxtil francesa, e *O sexto lado do Pentágono* (*La sixième face du Pentagone*, 1968), sobre marcha antimilitarista no Pentágono. O monumental *Longe do Vietnã* (*Loin du Vietnam*, 1967) sobressai como um dos mais ambiciosos projetos do grupo. Filme-protesto contra a Guerra do Vietnã, conta com a participação de Alain Resnais, Jean-Luc Godard, Agnès Varda e outros cineastas, além do próprio Marker.

TRAÇOS DE BRASIL Embora muito pouco conhecido no Brasil, Marker não ignorou a história recente da América Latina em sua carreira. *Vamos falar do Brasil: torturas* (*On vous parle du Brésil: tortures*, 1969), documentário curto, de 20 minutos, enfoca crimes da ditadura militar brasileira. Carlos Marighella, personagem da história brasileira recente, também estimulou Marker a rodar outro capítulo de seu exame audiovisual do país, *Vamos falar do Brasil: Carlos Marighella* (*On vous parle du Brésil: Carlos Marighella*), documentário igualmente curto, porém não menos incisivo. A sangrenta ditadura de Allende também é examinada em *On vous parle du Chili: ce que disait Allende* (1973). Numa fase mais adiantada de sua carreira, Marker dirigiu *Sem Sol* (*Sans Soleil*), uma de suas obras-primas – mescla de filme etnográfico, ensaio filosófico e poesia. *Sem Sol* foi lançado no Brasil pela Versátil, num único DVD que reúne também sua outra obra-prima, o já citado *La je-*

tée. *Sem Sol* viaja da Islândia à Guiné-Bissau, e finalmente ao Japão, país pelo qual Marker desenvolveu afeto e interesse especiais – daí seu “flagrante” no filme de Wim Wenders, e a homenagem no distrito de Golden Gai, em Tóquio, num bar chamado “La jetée”.

O interesse pela obra de outros cineastas também sempre foi um traço norteador na obra de Marker. Raros diretores foram tão atentos e perspicazes com respeito ao trabalho de colegas. Além de Hitchcock, Alexander Medvedkin, Andrei Tarkovsky e Akira Kurosawa também atraíram a atenção de Marker em filmes como *O trem prossegue* (*Le train en marche*, 1973) e *O último bolchevique* (*Le tombeau d’Alexandre*, 1993), sobre Medvedkin; *Um dia na vida de Andrei Arsenévich* (*One day in the life of Andrei Arsenévich*, 2000), sobre Tarkovski, e *A.K.* (1985), sobre os bastidores de *Ran* (1985), de Kurosawa.

O caráter fronteiro e ambivalente, a metalinguagem e o teor político

foram elementos constantes na obra de Marker. Entre seus últimos trabalhos estão a instalação *Filme silencioso* (1995) e o longa-metragem *Level five* (1997), misto de documentário e ficção científica inspirado em eventos durante a Segunda Guerra Mundial, na ilha de Okinawa.

Aos 80 anos, Marker continuava a criar. Um de seus últimos trabalhos foi uma brevíssima história do cinema, encomendada por ocasião do quinquagésimo aniversário do Festival de Cinema de Viena, em outubro deste ano. O artista ainda trabalhava em instalações e em obras no ambiente virtual do Second Life. Aliás, uma das raras (e últimas) entrevistas de Marker foi realizada através dessa interface (<http://www.lesinrocks.com/2008/04/29/cinema/la-seconde-vie-de-chris-marker-1151546/>). Sob o pseudônimo de Sergei Murasaki ele fala sobre as vantagens do desenvolvimento da informática, chamando a atenção para a possibilidade de se realizar

um filme completamente sozinho, com os “próprios dez dedos”. Assim surgiu o vídeo *Chats perchés* (2004), o qual Marker pôde gravar, fazer o DVD e vender no mercado de Saint-Blaise, diretamente do produtor ao consumidor, sem nenhum apoio ou intervenção de terceiros – uma concretização do sonho de Marx, segundo Marker.

AUTORIA Em 1997, o diretor comentou: “O processo de fazer filmes em comunhão consigo mesmo, o modo como um pintor ou escritor trabalham, não precisam mais ser agora exclusivamente experimentais. Contrariamente ao que pensam as pessoas, usar a primeira pessoa em filmes tende a ser um sinal de humildade: tudo o que tenho a oferecer sou eu mesmo”. Ao modelo clássico de se enunciar cinema, à transparência e estratégia do meganarrador fílmico que a tudo organiza como um deus – porém sem deixar vestígios de sua manipulação –, Marker opõe a instância do homem diante de seu filme, do realizador que se assume enquanto o arauto de mensagens extáticas, poéticas, políticas ou oníricas.

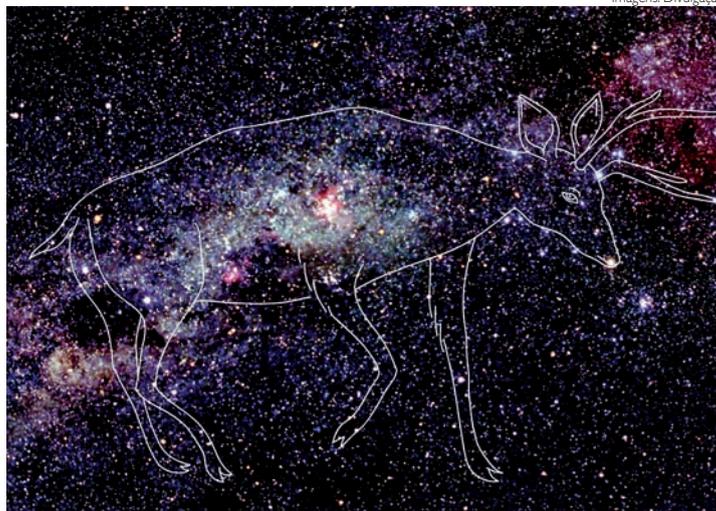
Para maiores informações sobre Chris Marker, vale lembrar que, no final de 1993, a publicação francesa *Images Documentaires* (<http://www.imagesdocumentaires.fr/Chris-Marker.html>) lançou um número especialmente dedicado a ele, com artigos de François Niney, Régis Debray e do próprio Marker, entre outros autores. Em português, o livro *O bestiário de Chris Marker* (1986), publicado pela Livros Horizonte, de Portugal, traz uma variedade de textos sobre o cineasta francês, por diferentes autores. É tempo de retrospectivas, mostras e exposições da obra de Marker no Brasil. Seu *Immemmory* não foi lançado no país, seus trabalhos em multimídia e instalações são ainda mais desconhecidos por aqui do que seus filmes. E uma mostra de seus filmes poderia reavivar o interesse pelo ensaio audiovisual debruçado sobre a história.

Alfredo Suppia e Julia Milward

Fotos: reprodução



Com *La jetée*, atinge o status de cult, influenciando gerações



Constelação da Ema (esq.), que é sinal da chegada do solstício do inverno, e Constelação do Cervo

ASTRONOMIA

O CÉU COMO GUIA DE CONHECIMENTOS E RITUAIS INDÍGENAS

Há muito tempo, contam os índios Tembé, da Amazônia, havia uma grande aldeia nas margens do rio Capim, no estado do Pará. Nessa aldeia vivia um cacique que tinha uma filha muito bonita, olhos negros e cabelos lisos e longos, chamada Flor da Noite. Ela gostava de ficar às margens do rio, observando o pôr-do-sol. Em uma noite de lua cheia, a índia adormeceu na praia e foi acordada por um grande barulho que vinha do rio. Então, um rapaz saiu da água e eles passaram a namorar em todas as noites de lua cheia. O rapaz, porém, era um boto

cor-de-rosa e, depois de engravidar Flor da Noite, nunca mais voltou. A índia deu à luz a três botos e, embora triste, ela decidiu soltá-los nas águas do rio, para que eles não morressem. Assim, quando sentem saudades da mãe, os três botos unem-se à procura dela, saltando sobre as águas, sempre na lua nova e na lua cheia, fazendo uma grande onda que se estende até as margens do rio, derrubando árvores e virando barcos.

Essa fábula, na verdade, narra o fenômeno da pororoca, o estrondo provocado pelo encontro do rio com as ondas do mar, durante o período da maré alta, e mostra que esses índios já conheciam a relação entre as fases da lua e o ciclo das marés. “O conhecimento indígena sobre o movimento dos astros, as fases da lua e sobre as constelações é muito semelhante à astronomia de culturas antigas, ágrafas, que faziam do céu o esteio de seu cotidiano, tais como os sumérios e os egípcios, antes de criarem seus sistemas de escrita”, conta Germano Bruno Afonso, físico e etnoastrônomo do Museu da

Amazônia. Esse conhecimento era transmitido por meio de histórias e mitos, como o da pororoca.

Ao contrário da astronomia convencional, uma ciência exata e essencialmente teórica, a astronomia indígena utiliza métodos empíricos, relacionando o movimento do sol, da lua e das constelações com eventos meteorológicos que acontecem ao longo do ano, com períodos de chuva e estiagem, de calor ou de frio. “Com esse conhecimento, os índios constroem seus calendários, marcando a época dos trabalhos agrícolas, de floração e frutificação, da reprodução dos peixes e outros animais”, explica Afonso. O céu também guia o tempo das festas religiosas e dos procedimentos feitos pelos pajés para proteção e cura dos índios da tribo. Provavelmente por conta desse aspecto empírico, o conhecimento dos índios sobre vários fenômenos naturais antecipou várias descobertas da astronomia convencional. Claude d’Abbeville, missionário capuchinho francês, que passou quatro meses entre os índios Tupi-

nambás do Maranhão, relatou esse extenso conhecimento astronômico em um livro publicado em 1614, em Paris. Nessa obra ele discorre sobre o extenso conhecimento dos índios a respeito das fases da lua e sua influência nos ciclos naturais da Terra. “Os Tupi-Guarani sabem quais as espécies de peixe mais abundantes em função da época do ano e da fase da lua”, conta Germano Afonso. Somente em 1687, 73 anos após a publicação do livro de d’Abbeville, Isaac Newton demonstrou que a causa das marés é a atração gravitacional do sol e, principalmente, da lua sobre a superfície da Terra.

O DEUS SOL Além disso, a astronomia indígena está profundamente rela-

RAÍZES DO TUPI

Tupi é o nome dado a um tronco linguístico, do qual se originaram várias línguas da mesma família, das quais o Tupi-Guarani é a mais extensa em número e na distribuição geográfica. Elas são encontradas em todas as partes do Brasil, na Guiana Francesa, Argentina, Paraguai, Bolívia, Uruguai e Peru. De acordo com o pesquisador Germano Afonso, os Guarani, assim como os Tembé e os Tupinambá, pertencem à família linguística Tupi-Guarani. No Brasil, existem três subgrupos de Guarani: os Kaiowa, os Nandeva e os Mbya.

cionada com a religião. No entanto, existe uma clara diferença entre seu uso cotidiano e o religioso. Assim o sol, principal regulador da vida desses povos, recebe dois nomes: Kuarahy, na linguagem do dia a dia, e Nhamandu, o nome do sol nos rituais religiosos. “Muito provavelmente, por conta desses dois tipos de significado, toda essa sabedoria foi ignorada pelos estudiosos”, acredita Afonso. Para ele ainda prevalece um desconhecimento muito grande no senso comum sobre o conhecimento dos índios sobre astronomia. Isso ocorre principalmente pela falta de pesquisas, nessa área, por astrônomos profissionais. “A maioria dos trabalhos envolvendo astronomia indígena foi publicada por pesquisadores de outras áreas, sem o conhecimento suficiente do céu. Isso levou a uma inconsistência dos resultados obtidos, que muitas vezes eram incorretos. Esse fato não ocorreu, por exemplo, em relação aos conhecimentos indígenas sobre botânica”, diz.

Há registros sobre essa ligação dos indígenas brasileiros com os astros desde a chegada dos europeus, mas é possível que eles utilizassem esse conhecimento desde que deixaram de ser nômades. “Existem alguns painéis de arte rupestre que, além do sol, da lua e de constelações, parecem representar cometas, meteoros ou um eclipse, fenômenos que alteravam a ordem do universo e amedrontavam o povo”, explica o pesquisador do Museu da Amazônia. Vestígios arqueológicos são outro tipo de fonte que atesta a antiguidade do conhecimento astronômico indígena. Eles mostram, por exemplo, que os Tupi-Guarani, assim como



Constelação do Colibri (acima) e do Homem Velho, esta relaciona-se com a chegada do verão, em dezembro

outros povos antigos, entre eles gregos, chineses e egípcios, utilizavam o gnômon, um relógio solar vertical que servia para determinar o meio dia solar, os pontos cardeais e as estações do ano. O gnômon é um dos mais simples e antigos instrumentos de astronomia.

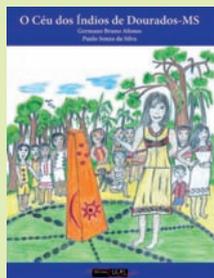
O CÉU QUE SE REPRODUZ NA TERRA De acordo com Germano Afonso, entre os indígenas brasileiros o tipo mais comum de gnômon era constituído por um bloco de rocha bruta, pouco trabalhada artificialmente, com cerca de 1,5 metro de altura e com entalhes para os quatro pontos cardeais. Em volta dele há rochas menores, dispostas em forma de círculo com orientações tanto para os pontos cardeais quanto para os pontos colaterais (nordeste, sudeste, noroeste e sudoeste), formando a rosa-dos-ventos, comum nas cartas náuticas. Para os Guaranis, Nhande Ru Ete, que, em português, significa “Nosso pai sagrado”, criou quatro deuses que o ajudaram na criação da Terra e de seus habitantes. O gnômon aponta para Nhande Ru Ete, ou Zênte, ponto mais alto do céu e indica esses “deuses assistentes”, os pontos cardeais. Jakaira Ru Ete é o norte, deus da neblina e das brumas que abrandam o calor e traz os bons ventos. O leste recebe o nome de Karai Ru Ete, deus do fogo. Já o sul é Nhamandu Ru Ete, o deus do sol e das palavras e também representa a origem do tempo-espaço primordial. Finalmente, o ponto cardinal oeste corresponde ao deus Tupã Ru Ete, deus das águas, do mar, das chuvas, relâmpagos e trovões. Os pontos colaterais são domínios das esposas desses deuses.

CONHECIMENTO DO PASSADO PARA O FUTURO Além de contar sobre o modo de vida dos indígenas brasileiros as pesquisas sobre astronomia abrem outras hipóteses sobre esse passado e podem indicar novos usos. Conforme explica Germano Afonso, existem especificidades no conhecimento sobre o céu e em sua aplicação, dependendo da etnia indígena. A localização geográfica, por exemplo, determina diferenças nas necessidades de leitura e interpretação do céu. Por outro lado, diversos povos indígenas da América do Sul utilizam as mesmas constelações, muitas vezes até com o mesmo nome. “Isso indica que as trocas culturais eram mais intensas entre as diversas etnias do que normalmente se supõe. No Brasil, por exemplo, índios Guaranis do Sul e Norte, de etnias que não têm contato entre si, relatam mitos parecidos para explicar as fases da lua e outros fenômenos astronômicos”, diz.

Com o objetivo de disseminar os conhecimentos astronômicos elaborados pelos povos indígenas do país, especialmente da família Tupi-Guarani, Afonso tem elaborado cartilhas para serem usadas na educação dessas populações. A última foi lançada em maio com o título *O céu dos índios de Dourados, Mato Grosso do Sul* (Editora UEMS, 2012), com coautoria do físico da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Paulo Souza da Silva. Com linguagem simples e muitas ilustrações, o livro foi publicado em português e também em guarani. Traz ainda orientações para utilização do material em sala de aula, como construir um relógio solar vertical, além de ilustrações que orientam e esclarecem conceitos mais complexos da astronomia.

Patrícia Mariuzzo

CONHECIMENTO TRADICIONAL, APLICAÇÃO ORIGINAL



No livro *O céu dos índios de Dourados, Mato Grosso do Sul*, Germano Afonso conta que, em uma noite de observação das constelações junto com os índios no Paraná, um deles disse que seria melhor observarem o céu quando não houvesse lua. As pessoas no grupo imediatamente entenderam que deveria ser porque sem o brilho da lua seria mais fácil observar as estrelas. O índio, no entanto, explicou que o que o incomodava era a quantidade de mosquitos,

muito menor quando não há lua no céu, ou seja, os índios percebem a relação entre a quantidade de mosquitos e as fases da lua. Daí pode se concluir que a aplicação de inseticidas na agricultura pelo método do fumacê deveria ser feita em função das fases da lua. “Se o fumacê for aplicado na lua cheia, sua eficiência será maior porque vai atingir um número maior de insetos. Isso também poderia ser aplicado no caso do mosquito da dengue (*Aedes aegypti*)”, sugere o pesquisador.

PROFISSIONALIZAÇÃO E EXPANSÃO DA MUSEOLOGIA NO BRASIL

Há tempos o museu deixou de ser visto, simplesmente, como um espaço físico que guarda peças antigas, desconectadas do cotidiano da população e da atualidade. Hoje, é um espaço que conserva e preserva coleções de caráter cultural a técnico-científico, dialoga com seu público e difunde conhecimento, e contribui para o desenvolvimento de outros setores, como o turismo e a geração de empregos. Em levantamento feito pelo Cadastro Nacional de Museus, existem no Brasil hoje 3.025 museus, dado publicado em *Museus em números*, de 2010, do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)/Ministério da Cultura (MinC). “É um campo em expansão, com franco desenvolvimento e singular organização”, afirma Maria Cristina Oliveira Bruno, museóloga e coordenadora do programa de pós-graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo (USP).

No plano federal, a última década apresentou mudanças significativas: em 2003 foi instituída a Política Nacional de Museus e, em 2009, foram criados o Estatuto dos Museus e o Ibram. Segundo Valdemar de Assis Lima, museólogo do Ibram, “o Estatuto presta um serviço extremamente profícuo aos museus e seus profissionais, especialmente, por defender a elaboração e aplicação

dos Planos Museológicos, ferramenta de gestão fundamental para a proteção das instituições e processos museais, além de contribuir para o seu fortalecimento e o cumprimento de sua função social”. Por sua vez, o Ibram, uma autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, que coordena a Política Nacional de Museus, corresponde a um antigo anseio da comunidade museológica, afirma Maria Eugênia Saturni, diretora secretária do Conselho Federal de Museologia (Cofem).

A regulamentação da museologia, por meio de leis e instituições próprias, também contribuiu para seu desenvolvimento. “A museologia é, portanto, uma profissão regulamentada e o exercício de algumas atividades museológicas são privativas dos profissionais formados na área e registrados nos Conselhos Regionais de Museologia, que são disciplinados pelo Conselho Federal de Museologia (Cofem) que estabeleceu o Código de Ética Profissional do Museólogo. Os Conselhos Regionais de Museologia são responsáveis pela fiscalização e registro das atividades de regulamentação da profissão em seus referidos territórios”, explica Maria Eugênia. A interdisciplinaridade é uma marca desse campo de conhecimento. “Cada vez mais há uma necessidade de diálogo en-



tre as ciências e os saberes populares”, complementa Lima.

PROFISSIONALIZAÇÃO O primeiro curso de museologia no Brasil surgiu em 1932 no Museu Histórico Nacional (MHN). “O intuito era promover o aperfeiçoamento da mão de obra dos funcionários do museu. Na época, quem concluía o curso era chamado de ‘conservador de museus’, termo traduzido do francês”, explica a diretora do MHN, Vera Tostes. Atualmente, entre os profissionais do MHN, estão museólogos, historiadores e profissionais das áreas de pedagogia, restauração e conservação, biblioteca e arquivo.

O país tem 14 cursos de graduação, um programa de mestrado e doutorado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e



Entrada principal do Museu de Arte Contemporânea de Niterói, RJ (esq.). Fachada do Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro

um mestrado recém-criado na USP. Segundo os dados das Sinopses Estatísticas da Educação Superior fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2010, foram oferecidas um total de 631 vagas em graduações presenciais em museologia, com 489 inscritos. Nesse mesmo ano, 91 concluíram a graduação. Nota-se um crescimento na profissionalização, sobretudo em comparação a anos anteriores. Em 2001, por exemplo, foram oferecidas 30 vagas e 12 concluintes no ano de 2000. Até 2006, a USP mantinha uma especialização em museologia e, agora, lança o segundo curso de mestrado do país nessa área, que envolve quatro museus da universidade em suas atividades: o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), o Museu Paulista (MP), o Museu de

Arte Contemporânea (MAC) e o Museu de Zoologia (MZ). A maioria dos museus criados nas últimas décadas se concentra no Sul e Sudeste do país, onde está também a maioria dos cursos de museologia. De acordo com o levantamento *Museus em números* (2010), nessas duas regiões estão cerca de 67% dos museus brasileiros; no Nordeste, 21%; e no Norte e Centro-Oeste, 12%. Dentre os agentes que mais se preocuparam em organizar acervos e expor seus objetos e história, estão os municípios, os bancos, favelas, escolas e empresas. Para democratizar a preservação da memória de vários grupos sociais, o Ibram, em consonância com a Política Nacional de Museus, tem investido na museologia social. “As experiências de construção de Pontos de Memória tem mostrado a capacidade desse programa em fortalecer

as tradições locais e os laços de pertencimento, além de impulsionar o turismo e a economia local, de forma sustentável”, aponta Lima.

Marcela Marrafon de Oliveira

MUSEUS NO CALENDÁRIO

18 DE MAIO Dia internacional de museus, criado pelo Comitê Internacional de Museus em 1977 para chamar a atenção para a importância dos museus no desenvolvimento da sociedade.

SEMANA NACIONAL DE MUSEUS

Evento anual para comemorar a data acima. Museus e entidades culturais participam de debates e atividades públicas.

DA CASA AO CERNE

A casa estava reformada. Pairava como uma ilha, flutuando em algum mar ambiente. A noite era o que cercava tudo. Minha mãe a havia reformado muito e em nenhum tempo, vale dizer, instantaneamente. Isto era, de fato, prodigioso. O grande salão ocupava e cobria a última laje no familiar paralelepípedo, abrindo-se escancaradamente para fora. E tudo transmitia a ambígua mas agradável sensação de frescor tocando pele e de natureza recheando morna cada um de nós. Janelões em pé direito de *villas* italianas voltavam-se para o alto e eram penetrados por uma abóbada profunda, de gemas minúsculas e baças. A preciosidade alucinava os olhos noturnos. Nas salas, lustres amarelados pendiam do teto sobre uma mesa de jantar em que conversavam longamente e para sempre parentes próximos e comensais, e eu os reconhecia um a um. O primo mais velho trazia na testa um luminoso anunciando seus êxitos acadêmicos. Eu lembrava as avenidas, o trajeto de uma pizzaria na Mooca, luzes da cidade como flâmulas de Natal.

Sou a voz de Laura e, por ora ocupo esta sentinela ubíqua e impessoal, da qual eu, tu e ela imaginamos acordar uma única e mesma expressão para o mundo que existe bem antes de mim. Passa um carro. Seu ouvido estereofônico capta novamente um som artificialmente humano, uma buzina que uiva “– E aí, mano?”, balbuciando ainda uma frase que toda vez quase compreende, mas escapa-lhe de fininho junto a uma motocicleta cortando em velocidade o corpo desproporcionalmente urbano de onde mora. Ruminações mecânicas abastecem com movimentos o silêncio que não demorará muito a acabar. Laura mergulha na inconsciência de seu corpo inerte e da matéria viva.

Volto para minha mãe. No início, não havia mundo externo. Talvez ela estivesse esquecida de providenciar uma saída honrosa para os que se vissem obrigados a partir de lá. Mergulho por pura necessidade no lago de sensações que sustentam aquele meio ambiente de ilha, de casa, onde o bem e o mal ainda não se separaram. Por ora, sou uma octópode. Noite. Uma amiga chega com seu bebê menina. É uma criança que se seduz pela festa, sai da zona vigiada e some. Em seguida, aparece no alto de um escorregador, uma espécie de calha da casa. Eu já me tornara uma anfitriã e um gás a preencher os vazios entre convidados. A menina desliza, eu a espero no final. Em meu colo, é um recém-nascido. Menos mal: a mãe não fora avisada do que ocorria na sua ausência. As trajetórias de uns e outros enlaçavam os núcleos humanos perambulando com pulmões, estômagos e palavras entre comidas e bebidas. O ventre vão é a única interioridade do indivíduo. O ar entra e sai, o nutriente. O resto é pura imaginação. Todos servidos, providenciar mais gelo. Fiapos de conversas engancham-se nas pessoas. No que concerne aos adultos, algo dependeria do imprevisto: caminhariam por canteiros em terra crua e densa como uma borra de café. Seus pés, sem se sujarem, deixariam inscrições naquele chão não plasmado,

e partiriam. Volto à tona e respiro fundo. A angústia é a mãe de todos os movimentos. Um livro jaz no criado-mudo. Pensamentos pensados por outros: *o que deveríamos ter visto era um meio ambiente transformando-se falsamente em um ser humano, escondendo dentro de si um indivíduo em potencial, e não um bebê. Com cuidado e sorte, o centro de gravidade dessa organização se alojará no centro em vez de na casca.*

Ela muda de posição em seu sono paradoxal; seus olhos se movimentam, mas a respiração revela a vigília suprimida. Laura afasta de si uma ideia. Mais um pouco, é a última vez. Frutas e suas cascas ressecadas sobre uma toalha xadrez. A história conta uma cura. Os meus olhos se abrem debaixo d'água e vejo uma luz à tona, da qual me aproximo. Ainda não preciso de ar. Num quarto real, de uma filha real, a mãe transformará o banco-parapeito da janela, sujeiras reais e uma ameaça real – a morte. Pintará com grafite e fará dele uma lousa que detenha. A criança estará protegida pelo jogo: escolher a cor do giz; começar o desenho da família, da casa e do bicho.

27...9.8...6...4.3.2.1. Não dá mais, temos de nos separar.

Ela se ergue da cama. Tateia, acha os óculos buscando com os pés as sandálias. As frestas com luz dirigem-na autômata ao banheiro, enxerga o espelho, o tapete, e não se dá ao trabalho de se ver, nem quer. Está esquecida de si mesma e a ausência do sonho é presente. Seus poros reagem ao xixi morno que a dilata, e ouve a descarga contra uma casa estática, aborrecida pela calcinha um tanto úmida. Um cão corre energicamente, ladra solitário e prepara-se para dormir; um carro, outro carro, uma maritaca grita para o sol. Identifica mal uma louça sendo lavada na cozinha. Pelo vitrô, uma luz nevoenta sugere que não está atrasada. Estrala uma vértebra e outras duas. Espreme pasta sobre as cerdas. Mira novamente em frente, tira os óculos e olhos sem lucidez estão na noite recém finda. Tudo aquilo desapareceu, e uma ideia sem palavras passa-lhe pela cabeça. Passeia por sua imagem amassada. A água corre, e tudo demora e demorará séculos para acontecer. Prefiro escovar os dentes antes do banho. A preguiça deixa um pensamento que não é seu impregnar-lhe a imaginação, enquanto a espuma esfolia as gengivas de seus humores. Um voto de docilidade e um panorama seu aparece no espelho. Cospe a água de estômago vazio, tentando inspirar-se de boa vontade e extrair-se com decisão do corpo relaxado, mas os músculos hesitam entre doer e colaborar. A vida é adaptação: o ajuste de cada um em suas próprias circunstâncias materiais, condições. Nunca encontro a toalha de rosto tão seca quanto gostaria. Isso a deixa ligeiramente deprimida. Linhas de pensamentos inscrevem-se em Laura com nexos, e a incapacidade de sustentar imagens desaparecidas faz experimentar um pouco de angústia por não encontrar a mãe. Olha no espelho e por um momento perdeu a esperança de curar-se. Ouve sem saber os gritos que acompanham o sacrifício de um bode e cantos religiosos: nascem seus primeiros desejos. *O mundo está desabrochando, mas não há comida para todos.*

Maria Cecilia Gomes dos Reis, nasceu em São Paulo em 1956. É doutora em filosofia pela USP e professora na UFABC. Tradutora, publicou o De Anima de Aristóteles (Editora 34, 2006), recebendo menção honrosa no Prêmio União Latina de Tradução Especializada. Escritora, publicou O mundo segundo Laura Ni (Ed.34, 2008), romance finalista do Prêmio São Paulo de Literatura, cuja abertura se reproduz aqui, e também A vida obscena de Anton Blau pela mesma editora no início deste ano.

BRUNO DARCOLETO MALAVOLTA

SONETO ARQUISSIMÉTRICO

Antiespetacular, anticircense,
o céu, insidioso, arquissimétrico,
incendeia-se, frio e fotoelétrico.
Eletro-móvil rupestre e pense,
ilude, sob luz, o enredo tétrico
de uma selva sem fim, de algo *nonsense*.
Um abismo ao avesso, o céu espesso
alça voo no vácuo inamovível
no istmo tempo-espaco incoercível.
Gotas de orvalho no universo vário:
nada sendo começo, nada centro:
qual baralho: haverá um coringa dentro?
Tomo um fósforo e acendo o meu
cigarro
para expandir meu brilho solitário.

SONATA ASSIMÉTRICA

Matéria escura: solitude pura:
minha cabeça cheia de poesia
transfigura-me, torna fantasia
travestido de carne e ossatura.
Eu nasci para ler a melodia
das trevas – esta clara partitura
brilhantemente escrita em assimetria:
Ah, quanto descrever é coisa dura
esta selva selvagem, áspera e forte,
em que o silêncio convoca à paura.
Tanto esplendor só há maior na arte.
Mas do que ali cantar por bem achei
algo direi: que parecia um texto
simétrico, simétrico: sem metro.

Bruno Darcoleta Malavolta nasceu em Araraquara (SP) em 1988, onde formou-se em letras pela Unesp, com o estudo “Os sonetos pensativos de Dante Milano”. É autor do livro inédito Colisões, a que pertencem os poemas aqui apresentados.

Artigos Ensaaios

<http://cienciaecultura.bvs.br>
cienciaecultura@sbcnet.org.br

A seção **Artigos & Ensaaios** da revista *Ciência e Cultura* possui quatro páginas destinadas a atender demandas espontâneas da comunidade científica que não se encaixem dentro do Núcleo Temático de cada número. A seção abriga textos com uma reflexão sobre temas da atualidade científica e de interesse da sociedade como um todo, nas grandes áreas do conhecimento.

A formatação dos artigos deverá seguir as **normas** publicadas abaixo. Os textos serão avaliados e sua publicação seguirá agenda de interesse editorial da revista. Não é recomendada a submissão de artigos e ensaios de interesse exclusivo de grupos de especialistas ou que tenham sido anteriormente publicados, em veículos da comunidade científica ou mídia em geral.

NORMAS

SEÇÃO ARTIGOS & ENSAIOS Possui 4 páginas, destinadas a um texto de 17,5 mil caracteres com espaçamento (sem imagens) ou 16 mil (com até 3 imagens).

FORMATO Cada artigo terá o máximo de 3 gráficos, tabelas ou imagens, considerados fundamentais para a ilustração e melhor entendimento do texto. Esse material deve ser enviado em arquivo separado e com antecedência, para sua confecção e checagem junto ao articulista. O envio de número superior a esse deverá oferecer a opção de escolha para a edição, se houver necessidade de corte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS As citações e referências serão indexadas numericamente no texto, em ordem crescente, e aparecerão no final do artigo, sob o título **Notas e Referências**, se ambas ocorrerem; ou **Notas, ou Referências**, se apenas uma das duas ocorrer. Existe, ainda, a opção **Bibliografia consultada**, sem citações referenciadas e numeradas ao longo do texto.

RODAPÉ Notas de rodapé não são utilizadas.

CRÉDITO A assinatura do articulista virá logo abaixo do título e suas qualificações – que devem ser encaminhadas **sempre** no corpo do texto e não exceder cinco linhas – serão editadas ao final. Modelo: *José da Silva é biólogo, professor titular do Instituto de Bioquímica da Universidade de São Paulo (USP) e presidente do Centro de Pesquisa em Biologia Molecular do Instituto XYZ.*

PRAZOS Os textos serão avaliados por membros do conselho editorial da revista. A qualidade de texto, informação e pertinência dos artigos e ensaios são essenciais para a sua aprovação. Uma vez aprovados, os textos serão publicados de acordo com a relevância e urgência dos temas

abordados. Depois de aprovados, os textos passarão por um processo de revisão editorial e reenviados para checagem dos autores, que deverão devolvê-los, com devidos ajustes e/ou aprovação em, no máximo, 48 horas.

DESTAQUES Os destaques dentro do texto – como palavras ou expressões que se queira salientar, devem vir em **negrito** – citações de frases e capítulos deverão receber **aspas**; palavras estrangeiras e títulos de obras aparecerão em **italico**. Deve-se evitar o excesso de destaques por página.

REFERÊNCIAS O padrão de referências adotado segue exemplificado abaixo:

1. Berriman, M.; Haas, B.J.; LoVerde, P.T.; *et al.* "The genome of the blood fluke *Schistosoma mansoni*". *Nature*, Vol.460, no.7253, p.352-258. 2009.
2. Elias, N. *O processo civilizador- uma história de costumes*. Vol.I Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1990.
3. Tavares, J.V. "A violência como dispositivo de excesso de poder. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Vol.37, p.132. Junho de 1993.
4. Diaz, M., *op cit.* p.345-347. 1987.

ENVIO DE MATERIAL Os textos devem ser produzidos em arquivo Word. Ilustrações e gráficos devem ser enviados em arquivo separado, com os detalhes necessários para sua identificação, como: crédito, legenda, fonte etc.

SIGLAS As siglas constantes no texto devem **sempre** aparecer por extenso na primeira vez em que forem utilizadas.

CONTATO É necessário que cada articulista coloque seus dados para eventual contato (e-mail ou tel) quando alguma dúvida surgir no processo de edição.

Realização



Sociedade Brasileira para o
Progresso da Ciência

Produção Editorial



Apoio



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação

